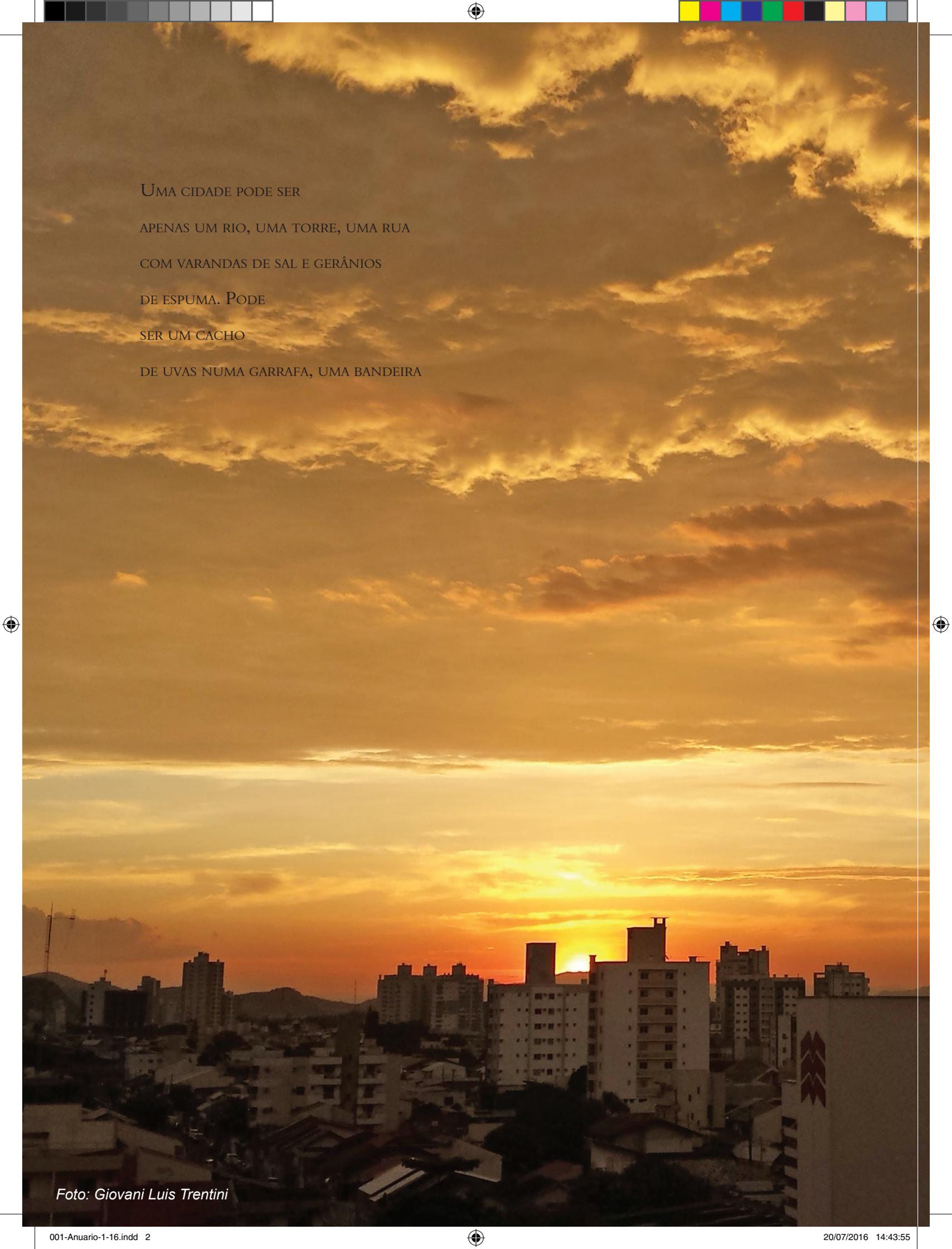


Uma Cidade

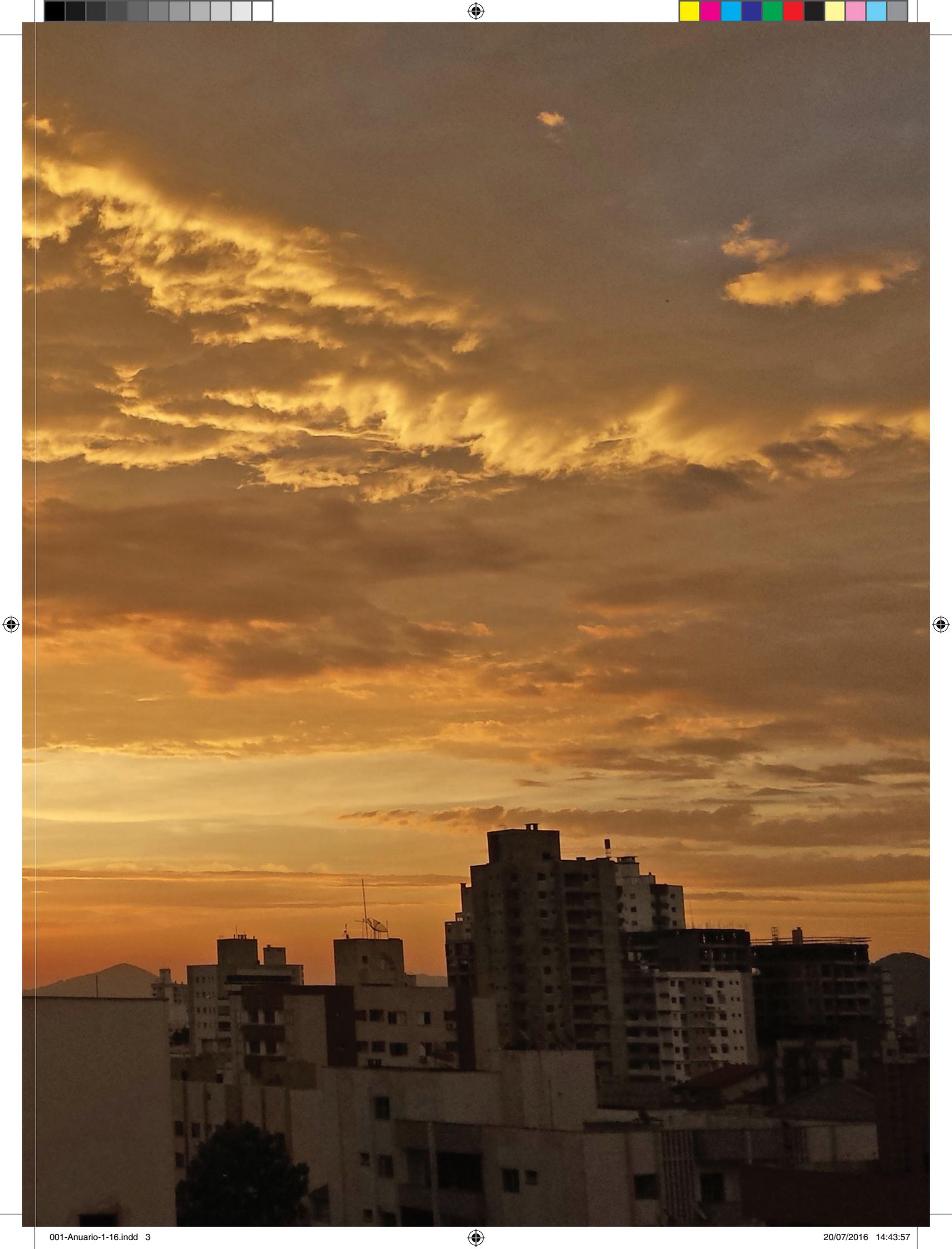
Albano Martins

Foto: Ana Luiza de Melo Pereira



UMA CIDADE PODE SER
APENAS UM RIO, UMA TORRE, UMA RUA
COM VARANDAS DE SAL E GERÂNIOS
DE ESPUMA. PODE
SER UM CACHO
DE UVAS NUMA GARRAFA, UMA BANDEIRA

Foto: Giovani Luís Trentini





AZUL E BRANCA, UM CAVALO
DE CRINAS DE ALGODÃO, ESPORAS
DE ÁGUA E FLANCOS
DE GRANITO.

Foto. Klaus Bubeck



UMA CIDADE

PODE SER O NOME

DUM PAÍS, DUM CAIS, UM PORTO, UM BARCO



Foto: Jorge de Aguiar Barcellos

DE ANDORINHAS E GAIVOTAS
ANCORADAS
NA AREIA. E PODE
SER

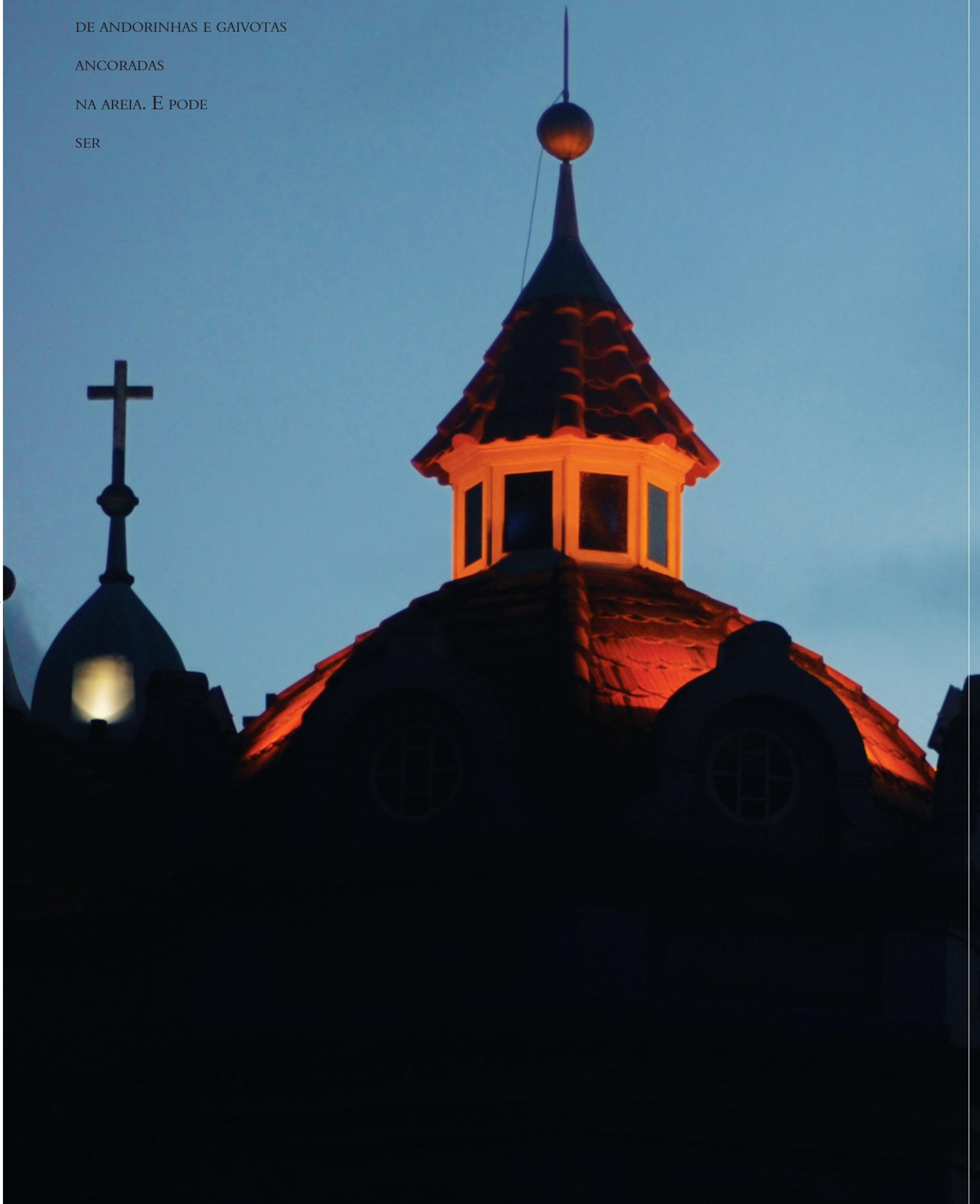
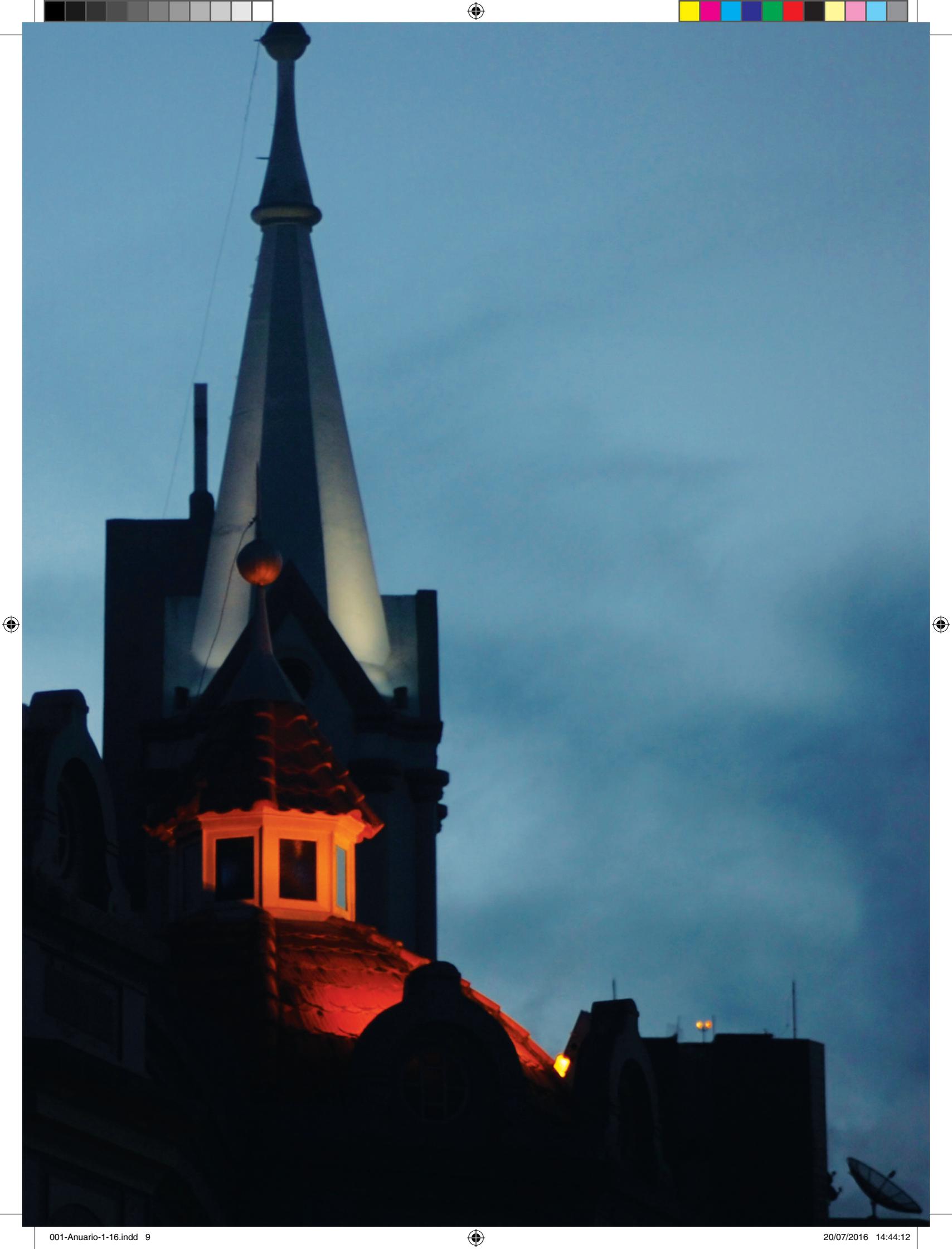


Foto: Marcos Porto



UM ARCO-ÍRIS À JANELA, UM MANJERICO

DE SOL, UM BEIJO

DE MAGNÓLIAS



Fotos: Luciano Santos

AO CREPÚSCULO, UM BALÃO
ACESO

Foto: Lawrence Pereira Curbelo

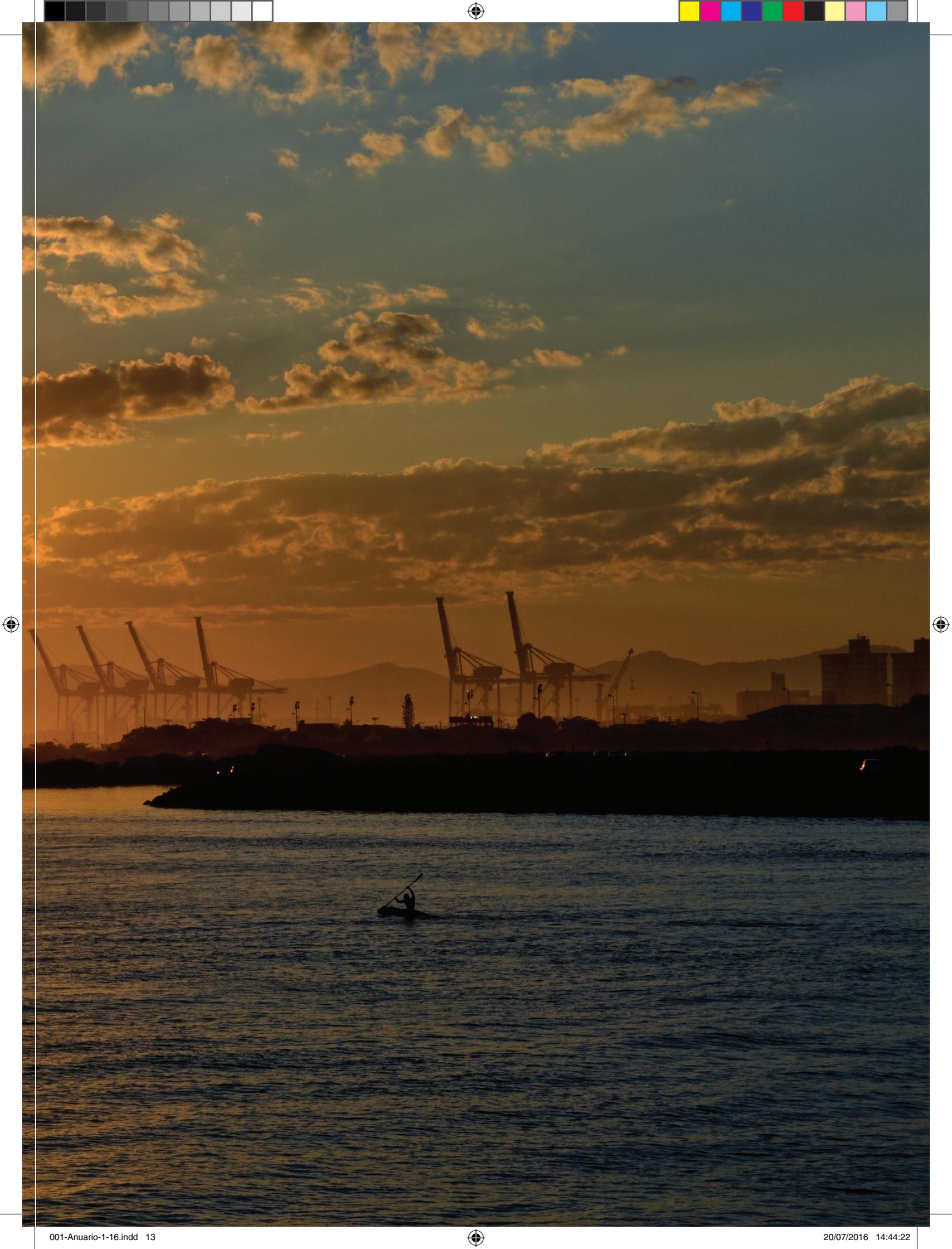




Foto: Juliana Caldeira Veciloski

NUMA NOITE

DE JUNHO.



UMA CIDADE PODE SER
UM CORAÇÃO,
UM PUNHO.

Foto: Paulo Cezar Mendes da Silva



Itajaí - 2015







MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

2015





MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

Prefeito

Jandir Bellini

Vice

Dalva Maria Anastácio Rhenius

Superintendente da FGML

Antonio Carlos Floriano



Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico, Edição e Arte-finalização

Rogério Marcos Lenzi

Capa: a partir da fotografia de Antonio Carlos Floriano

Conselho Editorial do Anuário 2014

Antonio Carlos Floriano

Rosane Rothbarth

Rogério Marcos Lenzi

Conheça mais sobre a Fundação Genésio Miranda Lins

www.fgml.itajai.sc.gov.br

Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores

A636 Anuário de Itajaí 2015 / Fundação Genésio Miranda Lins. –

Itajaí : FGML, 2015.

160 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1. Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica

Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

CRB 14/321

Sumário

APRESENTAÇÃO	23
CARLOS OTHON SCHLAPPAL - O ENGENHEIRO MUÇULMANO QUE SE CONVERTEU AO CATOLICISMO ROMANO EM ITAJAÍ NO SÉCULO XIX	
<i>Telmo José Tomio</i>	24
CASO PANTHER - 110 ANOS DO INCIDENTE EM ITAJAÍ	
<i>Fernando Alécio</i>	32
COISAS QUE FICARAM NO PASSADO	
<i>Émerson Ghislandi</i>	44
IMMANUEL CURRLIN	
<i>Thayse Fagundes e Braga</i>	46
MEMÓRIAS DO FUTEBOL: FLAMENGO E VASCO EM ITAJAÍ	
<i>Fernando Alécio</i>	62
IMIGRANTES, MILITARES, EMPREENDEDORES: ALGUMAS HISTÓRIAS POUCO CONHECIDAS DE ITAJAÍ	
<i>Carlos Henrique Müller</i>	68
O CINEMA, OS GIBIS E DEPOIS OS HIPPIES	
<i>Émerson Ghislandi</i>	76



O LEAL DA MALÁRIA: HISTÓRIAS SOBRE O SURTO DA MALÁRIA EM ITAJAÍ E O TRABALHO DE OSVALDO LEAL

Gisele Leal Krischnegg

..... 78

EVOLUÇÃO E MOBILIDADE URBANA EM CEM ANOS DE MUNICÍPIO: ITAJAÍ - 1860/1960

Edison d'Ávila

..... 94

O PADRE JOÃO RODRIGUES DE ALMEIDA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893

Carlos Henrique Müller

..... 112

CINQUENTA ANOS DO NAUFRÁGIO DO NAVIO REVESBYDYKE

Magru Floriano e Ivan Rupp Bittencourt

..... 120

ITAJAÍ - ANO 1909: O OLHAR DE ANÍBAL AMORIM

Carlos Henrique Müller

..... 132

A TECNOLOGIA NÃO TEM ALMA

Émerson Ghislandi

..... 138



Apresentação

A FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS lança a 15ª edição do Anuário de Itajaí*, importante publicação difusora da história e, especialmente, da memória da cidade e região: um cuidado com o futuro da cidade.

Nesta edição, contamos com artigos escritos competentemente: Carlos Othon Schlappal - O Engenheiro muçulmano que se converteu ao catolicismo romano em Itajaí no século XIX (Telmo José Tomio); Caso Panther - 110 anos do incidente em Itajaí e Memórias do futebol: Flamengo e Vasco em Itajaí (Fernando Alécio); Coisas que ficaram no passado, O cinema, os gibis e depois os hippies e A tecnologia não tem alma (Émerson Ghislandi); Immanuel Currilin (Thayse Fagundes e Braga); Imigrantes, militares, empreendedores: algumas histórias pouco conhecidas de Itajaí, O Padre João Rodrigues de Almeida e a Revolução Federalista de 1893 e Itajaí - ano 1909: o olhar de Aníbal Amorim (Carlos Henrique Müller); O Leal da malária: histórias sobre o surto da malária em Itajaí e o trabalho de Osvaldo Leal (Gisele Leal Krischnegg); Evolução e mobilidade urbana em cem anos de Município: Itajaí - 1860/1960 (Edison d'Ávila); Cinquenta anos do naufrágio do navio Revesbydyke (Magru Floriano e Ivan Rupp Bittencourt).

Junte-se a isso dois cadernos especiais que contemplaram algumas fotos do CONCURSO FOTOGRÁFICO PAISAGENS CULTURAIS, realizado pela Fundação Genésio Miranda Lins e o Centro de Documentação e Memória Histórica.

Plural. Assim é o Anuário de Itajaí.

Boa leitura.

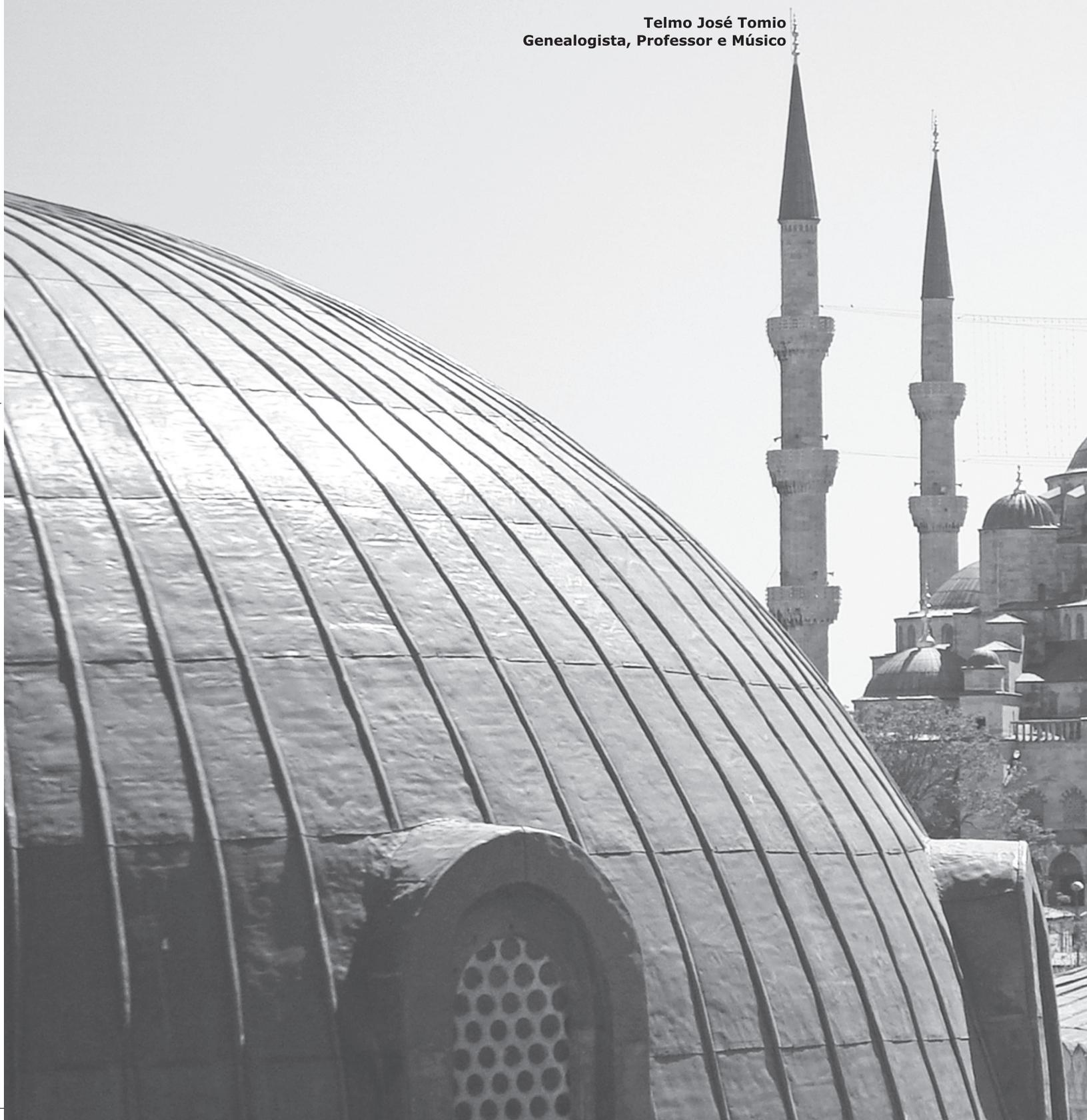
Rogério Lenzi

*Criado pelos eméritos jornalistas itajaienses Juventino Linhares e Jayme Fernandes Vieira, no ano de 1924, essa primeira edição - hoje um volume raro e histórico - não foi seguida de outras, como era a intenção, até 1949, quando Marcos Konder e Silveira Júnior tornam a editar o Anuário, porém sem continuidade. Já no ano de 1959, os jornalistas Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Faria publicaram o Anuário desse ano e o de 1960, em comemoração ao 1º Centenário do Município de Itajaí. No ano de 1998 a publicação foi retomada pela Fundação Genésio Miranda Lins. Desde então o Anuário de Itajaí tornou-se um periódico imprescindível para a difusão dos conteúdos produzidos no município, nos campos da história, da literatura e das artes, que possibilitam o conhecimento e o reviver da nossa cultura e memória.

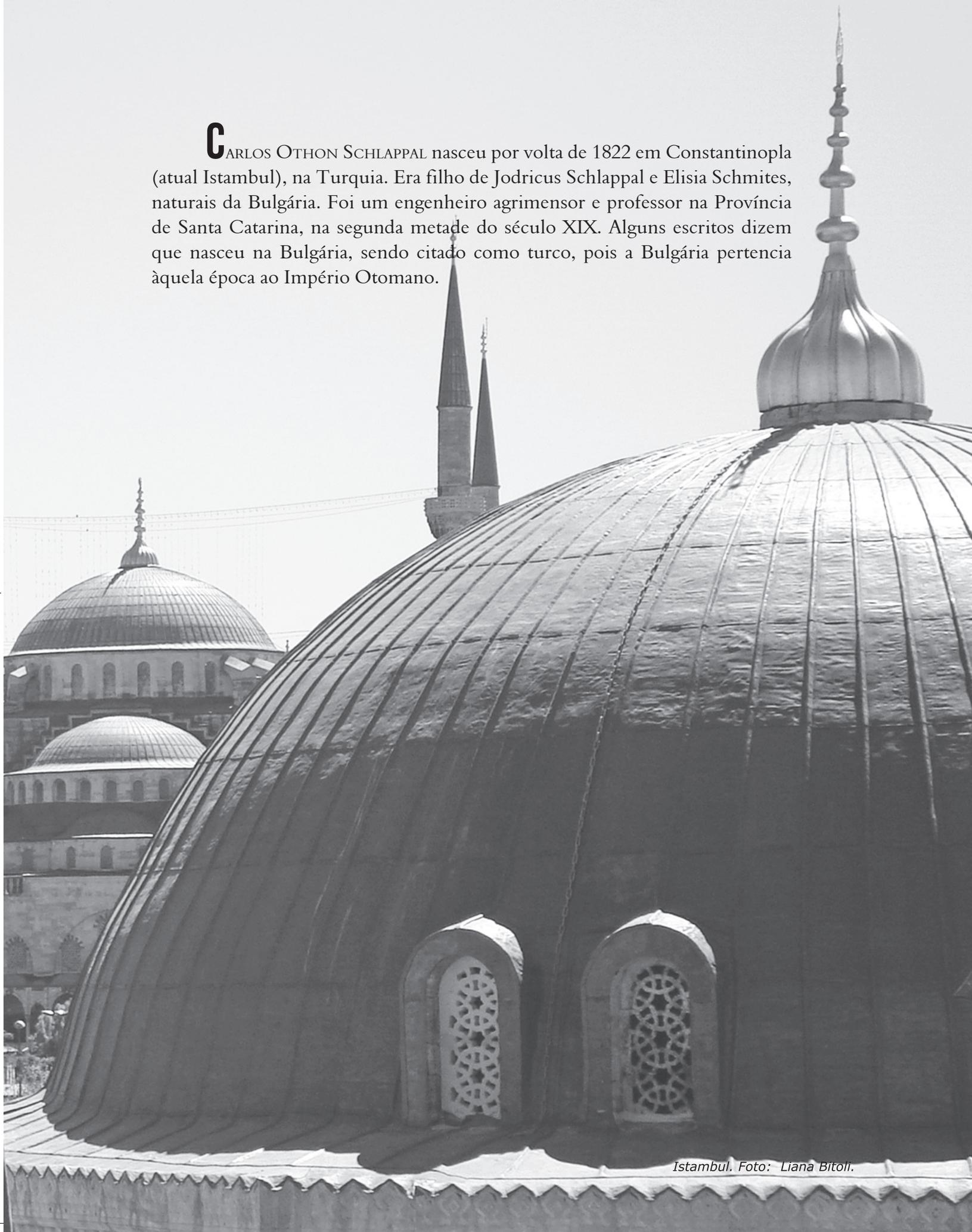
Carlos Othon Schlappal

*O Engenheiro muçulmano que se converteu ao catolicismo romano
em Itajaí no século XIX*

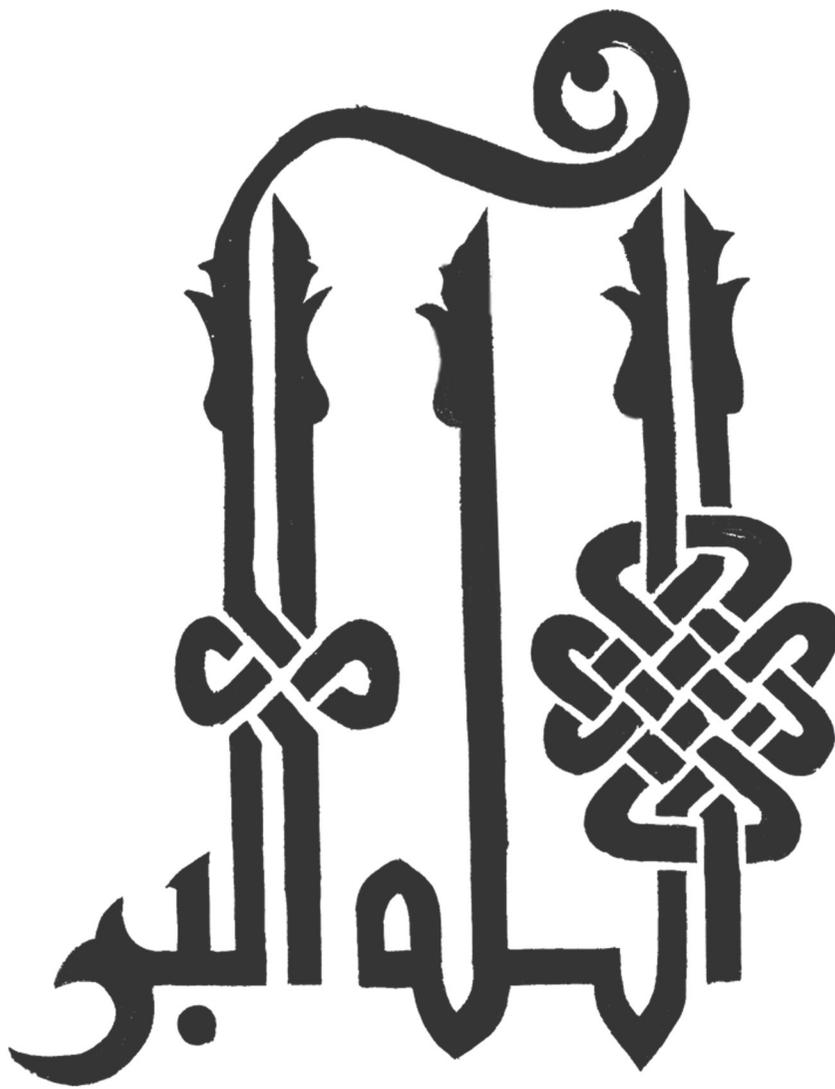
Telmo José Tomio
Genealogista, Professor e Músico



CARLOS OTHON SCHLAPPAL nasceu por volta de 1822 em Constantinopla (atual Istambul), na Turquia. Era filho de Jodricus Schlappal e Elisia Schmites, naturais da Bulgária. Foi um engenheiro agrimensor e professor na Província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Alguns escritos dizem que nasceu na Bulgária, sendo citado como turco, pois a Bulgária pertencia àquela época ao Império Otomano.



Istambul. Foto: Liana Bitoli.



"Deus é maior". Por Abdullah Sabit.

1845, aos 23 anos de idade, foi batizado na Igreja Católica, na Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, onde era vigário o espanhol Padre Francisco Hernandez. Foram seus padrinhos: capitão Benigno Lopes Monção e sua esposa Carolina de Mello Azeredo Coutinho.¹

Carlos Othon Schlappal casou com² Maria Vicência da Veiga, filha de José Joaquim Ferreira da Veiga (natural de Lisboa) e Maria Bueno da Veiga em 3 dezembro 1849 em Desterro, Santa Catarina. Maria nasceu cerca de 1835 em Desterro, Santa Catarina. Ela faleceu³ aos 45 anos, em 11 de setembro de 1879 em Desterro, Santa Catarina, sendo sepultada pelo Padre Carlos Fernando Cardoso. No registro de casamento do casal consta: Ele, batizado em Itajaí. Ela, natural desta cidade. Testemunhas: Clemente Antônio Gonçalves e Antônio Francisco de Faria. Padre Antônio Joaquim Pereira Malheiros, vigário, com provisão do vigário da vara, Cônego Manoel Alvares de Toledo.

Carlos Othon Schlappal e Maria Vicência da Veiga Schlappal tiveram os seguintes filhos:

1 Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, Livro de Batismos de Itajaí 03 - 1844-1847, 25v.

2 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Casamentos Catedral, 1848-1850 f.27v.

3 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Óbitos Desterro, 1878-1881 f.17v.



1 - Dona Anna Elisa Schlappal Marques Leite nasceu em 17 de agosto de 1852 em Desterro, Santa Catarina e foi batizada⁴ em 8 de janeiro de 1853 em Desterro, Santa Catarina. No registro de batismo dela consta: O pai, da Turquia. Avô e avó paternos, da Bulgária. A mãe, desta freguesia. Avô materno, de Lisboa. Avó materna, desta. Padrinhos: João de Araújo Bueno e sua mulher dona Anna Gonçalves de Saibro. Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, vigário. Ela faleceu⁵ em 9 de julho de 1883, aos 30 anos, viúva, em Desterro, Santa Catarina, sendo sepultada pelo Cônego Joaquim Eloy de Medeiros.

Anna casou-se com **José Bernardes Marques Leite**. José faleceu em 18 de dezembro de 1878 em Desterro, Santa Catarina.

2 - Maria Constança nasceu em 19 de setembro de 1854 em Desterro, Santa Catarina e foi batizada⁶ em 23 de dezembro de 1854 em Desterro, Santa Catarina. O registro de batismo diz: Família paterna, da Bulgária. Padrinhos: Antônio Francisco de Farias e a avó materna. Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva.

3 - Carlos nasceu em 28 de setembro de 1857 em Desterro, Santa Catarina e foi batizado⁷ em 1 de dezembro de 1857 em Desterro, Santa Catarina. O registro de batismo diz: O pai e avós paternos, da Bulgária. A mãe, desta freguesia. Padrinhos: Francisco Damasceno Rosado e João Strambi Schutel. Padre Joaquim Eloy de Medeiros, coadjutor.

4 - Cecília nasceu em 31 de janeiro de 1863 em Desterro, Santa Catarina e foi batizada⁸ em 14 de maio de 1863 em Desterro, Santa Catarina. No registro de batismo consta: O pai e os avós paternos, da Turquia. Os demais, desta província. Padrinhos: Fábio Antônio de Faria, representando a José Joaquim Ferreira da Veiga, e Dona Maria Bueno da Veiga. Padre João da Costa Pereira, coadjutor.

5 - Elisa nasceu em 3 de abril de 1875 em Desterro, Santa Catarina e foi batizada⁹ em 24 de julho de 1875 em Desterro, Santa Catarina. O registro diz: Padrinhos: Capitão Tenente Jacinto Furtado de Mendonça Paes Leme e sua mulher Dona Rosalina Villela Paes Leme. Padre José Evangelista Faraco, batizou com licença do vigário Padre José Fortunato Pereira Maia.

Sendo engenheiro oficial do governo imperial, Carlos Othon Schlappal elaborou uma planta da cidade de Desterro em 1848¹⁰. Em 1850, exercia o magistério ainda em Desterro.

4 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Batismos da Catedral, 1850-1858 f.57v.

5 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Óbitos Desterro, 1881-1883 f.49.

6 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Batismos da Catedral, 1850-1858 f.93.

7 Idem f. 137v.

8 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Batismos da Catedral, 1861-1865 f.92v.

9 Catedral Nossa Senhora do Desterro - Florianópolis, Livro de Batismos da Catedral, 1874-1876 f.68.

10 Wikipédia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Othon_Schlappal.

*Carlos Othon Schlappal.
Acervo: Telmo José Tomio.*



Segundo o historiador Carlos Ficker,

A 8 de junho de 1854 chegava a Joinville o professor de primeiras letras, Sr. Carlos Othon Schlappal, enviado pelo Presidente da Província a pedido de Léonce Aubé. Em sua carta, o Presidente Coutinho recomenda a “devida proteção ao professor nomeado e para que se lhe apresente casa para bem desempenhar suas obrigações e servir aproveito aos Colonos e seus filhos”. Era, portanto, o primeiro professor efetivo de Joinville e não deixamos de citar o Reverendo metodista James Cooley Fletcher, que no seu livro “Brazil and Brazilians” - Philadelphia 1857, narra o episódio da sua visita à Colônia Dona Francisca, em 1855, e assim nos conta as suas impressões: “Veio o professor da escola local. Era ele um senhor de aparência elegante vestido à última moda de Paris, e, além disso, pessoa a quem não faltavam habilitações e conhecimentos. Nascera na Bulgária, e era maometano; foi depois para a Alemanha, e finalmente veio para o Brasil com alguns sábios belgas, cujo objetivo era realizar explorações científicas.

O jovem afeiçoou-se por uma moça brasileira de 12 anos de idade, renegou a sua religião, tornou-se católico romano e casou-se com ela”. Ao mesmo tempo, o Pastor Protestante da Colônia (Georg Hoelzel) contou ao Reverendo Fletcher que o professor era um boêmio de nascimento, educado em Viena; e que, por motivo de converter setenta papistas ao protestantismo, fora expulso da Áustria. Entre os habitantes da vila, ele tem a reputação de ser católico apenas em teoria, pois na prática era tão turco como se residisse no coração do Império Otomano. Finalizou o pastor Hoelzel a sua informação com as palavras: “Ele é um vira-casaca!”.¹¹

A pesquisadora Brigitte Brandenburg¹² diz que o texto de Fletcher foi traduzido para o português erradamente, constando que ele havia fugido da Áustria por ter tentado converter uns padres ao luteranismo, mas isso está ligado a Hölzel, que era austríaco da Boêmia e foi lá que aconteceu.

Carlos Otton Schlappal somente lecionava as aulas em língua portuguesa alegando que seus vencimentos não lhe permitiam o trabalho de lecionar em duas línguas, conforme resolução do Governo Imperial.

Segundo Carlos Ficker, o professor pediu exoneração do cargo em 9 de maio de 1856¹³.

De 1860 à 1869 foi diretor da Colônia Angelina, da qual foi encarregado de medir e demarcar os lotes¹⁴.

11 Carlos Ficker. História de Joinville - Crônica da Colônia Dona Francisca.

12 Brigitte Brandenburg, por e-mail, SC_gen@yahoogrupos.com.br.

13 Carlos Ficker. História de Joinville - Crônica da Colônia Dona Francisca.

14 Wikipédia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Othon_Schlappal.

Segundo o professor Evaldo Pauli, na Enciclopédia Simpozio, “Na Exposição Nacional de 1866 encontram-se expositores catarinenses de Erva-Mate: Jorge Tructer (de Lages), Carlos Othon Schlappal e Joaquim Tavares (de Angelina), Todeschini (de Teresópolis)”.

Em 1873, Schlappal residia ainda em Desterro, pois notícias do jornal *O Conciliador*, de 08 e 15 de maio, informam que

[...] no início de maio, o dr. Accioli enfim, embarcou e muitos eminentes liberais foram vistos indo para o Estreito, para esfoguetarem o viajante. O próprio Accioli deu uma declaração de que não havia pedido a ninguém para evitar o foguetório. Uma fofoca do jornal dizia que, no dia seguinte ao embarque, em frente à casa de Schlappal, Pitanga comentava com Crespo que agora é que iria começar a administração da província.¹⁵

Em 1876, elaborou uma carta topográfica de Desterro, juntamente com seu colega, Major Antônio Florêncio Pereira do Lago, por ordem do Presidente da Província, Alfredo d’Escragnolle Taunay.

A partir de 1877, esteve trabalhando na colônia de Braço do Norte. Edital do engenheiro Carlos Othon Schlappal, lavrado no Rio Braço do Norte:

Edital: O Engenheiro Carlos Othon Schlappal nomeado pelo Governo Imperial, para verificar a medição de lotes coloniaes nos valles dos rios Braço do Norte e Capivary, e ahi discriminar as terras do dominio Publico das do particular e Juiz Commissario ad hoc. Faz publico q. ninguem pode abrir picada, medir e demarcar em terras devolutas, ainda que sejam requeridas ou para requerer, sem serem de definitiva propriedade nas respectivas zonas, sem que para isso sejam autorisados pelo Governo: os contraventores serão sujeitos ao Artigo 2º § unico da Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. E para que chega ao conhecimento de todos, mandei afixar o presente Edital nos lugares mais publicos. Rio Braço do Norte em 10 de Novembro de 1877. O Engenheiro Carlos Othon Schlappal¹⁶.

Em 1878, o agrimensor Carlos Othon Schlappal escolhe terras em mata, para um futuro povoado, centro administrativo e religioso de todo o vale do Braço do Norte.

Em 14 de outubro de 1879: Um relatório de Carlos Othon Schlappal mapeia o local da sede da colônia, incorporando-o à Província mediante a aquisição de terras pertencentes a Luís Nazário e Francisco de Oliveira Sousa. Por ser um quadrado de terras reservado para lotes urbanos, foi designado por Quadro, nome que substituiu o de Guerrilha. A sede foi dividida em 89 lotes urbanos, as ruas com 20 m de largura, e a praça com um quadrado de 220 m de lado. São Ludgero, onde as 52 famílias instalaram-se, continuou a ser designada como Braço do Norte, e mais tarde como “colônia”^{17 18}.

15 Jornal “O Conciliador” nº63, p.4 – Desterro, 13 de maio de 1873.

16 Wikipédia: http://pt.wikipedia.org/wiki/Braço_do_Norte.

17 Jucely Lottin – O Verda Vale do Rio Braço do Norte

18 João Leonir Dall’Alba – O Vale do Braço do Norte, p.88.

A partir de 1881, auxiliou o engenheiro Charles Mitchell Smith Leslie, juntamente com o também engenheiro João Carlos Greenhalgh, na medição das terras do patrimônio dotal da Princesa Isabel, resultando na criação da Colônia Grão Pará. Trabalhou posteriormente na Colônia Grão Pará, onde deixou seus documentos, como chefe da comissão do governo para a medição das terras dos colonos. Seus documentos estão guardados no museu Conde d'Eu, em Orleans.^{19 20}

Carlos Othon Schlappal faleceu aos 65 anos, em 21 de setembro de 1883 em Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina, e está sepultado no Cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, segundo o jornal “O Despertador”, nº 2134 de 26 de setembro de 1883.²¹

REFERÊNCIAS

- BRANDENBURG, Brigitte, por e-mail, SC_gen@yahoogrupos.com.br.
 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A História da Política em Santa Catarina Durante o Império.
 DALL'ALBA, Padre João Leonir. O Vale do Braço do Norte, 1973.
 FICKER, Carlos. História de Joinville - Crônica da Colônia Dona Francisca.
 HARGER, Enerzon Xuxa. Os Homens que Fizeram Nossa História, 2006.
 JORNAL “O CONCILIADOR” nº63, p.4 – Desterro, 13 de maio de 1873. <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>
 JORNAL “O DESPERTADOR” nº2134 – Desterro, 26 de setembro de 1883. <http://memoria.bn.br>
 LOTTIN, Jucely. O Verde Vale do Rio Braço do Norte, 2009.
 PARÓQUIA do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Livro de Batizados 1844-1847, fl. 25v.
 PARÓQUIA Nossa Senhora do Desterro – Catedral de Florianópolis. Livros de Batizados, Casamentos e Óbitos.
 PAULI, Evaldo. Enciclopédia Simpozio – UFSC.

WIKIPÉDIA:

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Braço_do_Norte
http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Othon_Schlappal
https://pt.wikipedia.org/wiki/Colônia_Grão_Pará



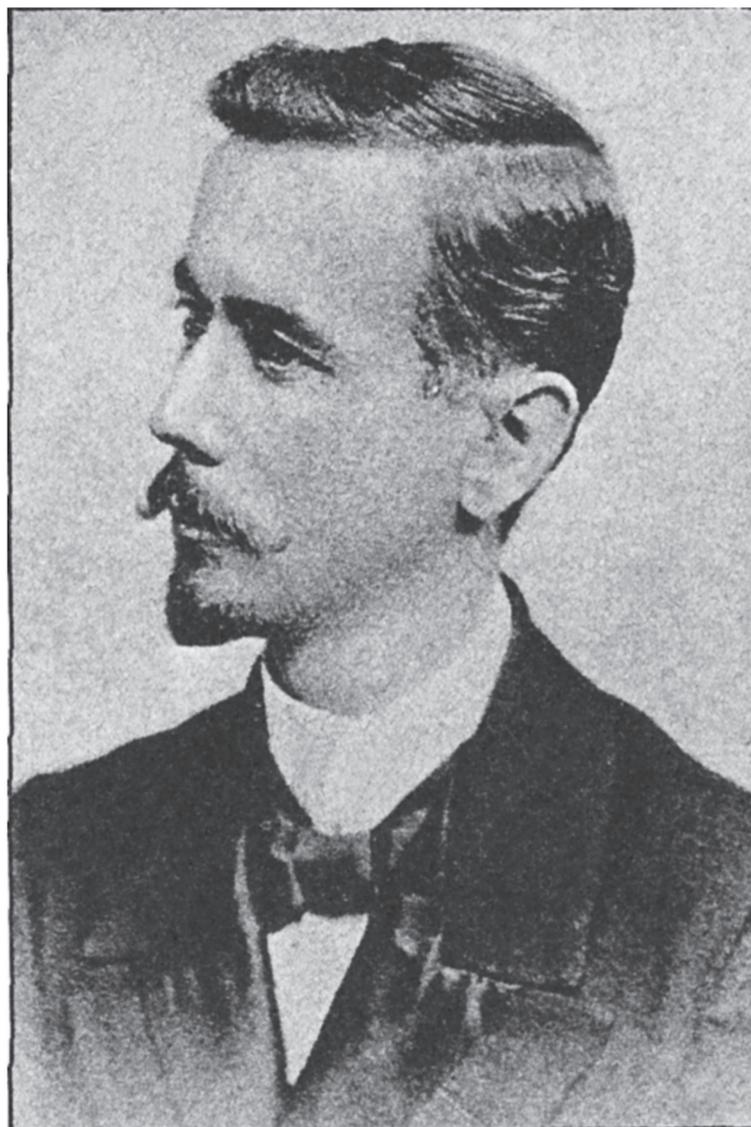
¹⁹ Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Colônia_Grão_Pará.

²⁰ Enerzon Xuxa Harger – Os Homens que Fizeram Nossa História, p. 78.

²¹ Jornal “O Despertador” nº2134, 26.09.1883.



O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, no evento da Sessão Solene de Encerramento do Ano Acadêmico e Social 2015, conferiu o DIPLOMA referente ao PRÊMIO DE HISTÓRIA “LUCAS ALEXANDRE BOITEUX” à FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS pela edição da obra “LAURO MÜLLER - LÍDER REPUBLICANO”.

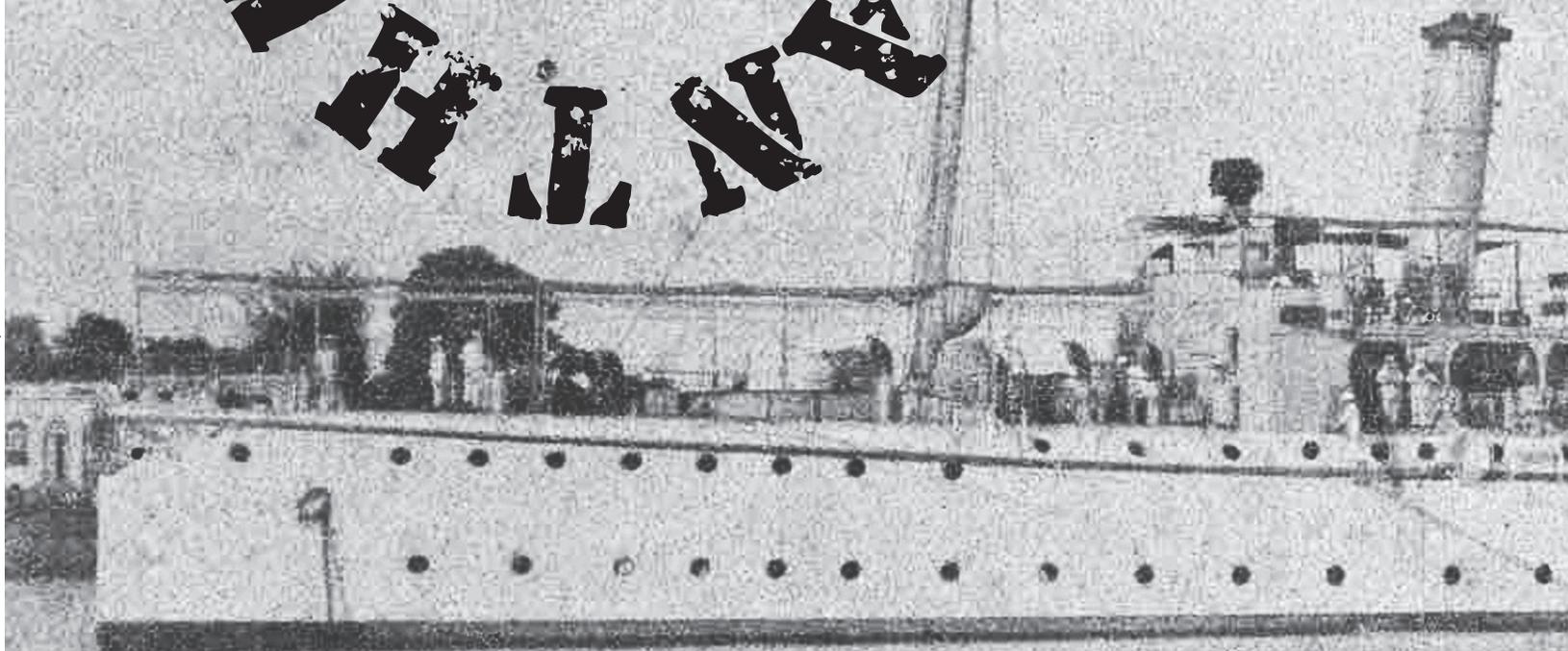


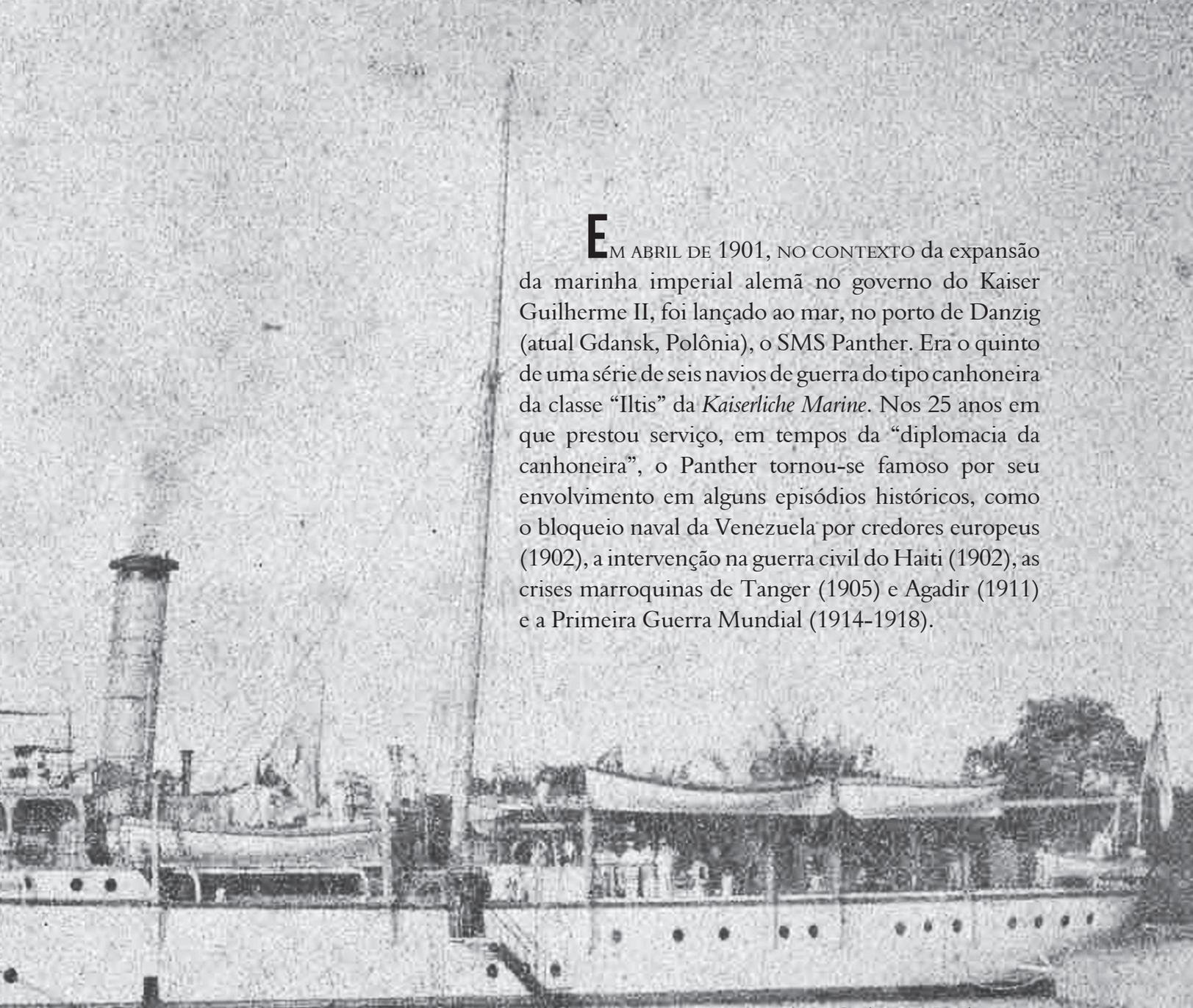
CASO

110 ANOS
DO INCIDENTE
DE ITAJAI

Fernando Alécio - jornalista

FERRAZ





EM ABRIL DE 1901, NO CONTEXTO da expansão da marinha imperial alemã no governo do Kaiser Guilherme II, foi lançado ao mar, no porto de Danzig (atual Gdansk, Polônia), o SMS Panther. Era o quinto de uma série de seis navios de guerra do tipo canhoneira da classe “Iltis” da *Kaiserliche Marine*. Nos 25 anos em que prestou serviço, em tempos da “diplomacia da canhoneira”, o Panther tornou-se famoso por seu envolvimento em alguns episódios históricos, como o bloqueio naval da Venezuela por credores europeus (1902), a intervenção na guerra civil do Haiti (1902), as crises marroquinas de Tanger (1905) e Agadir (1911) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

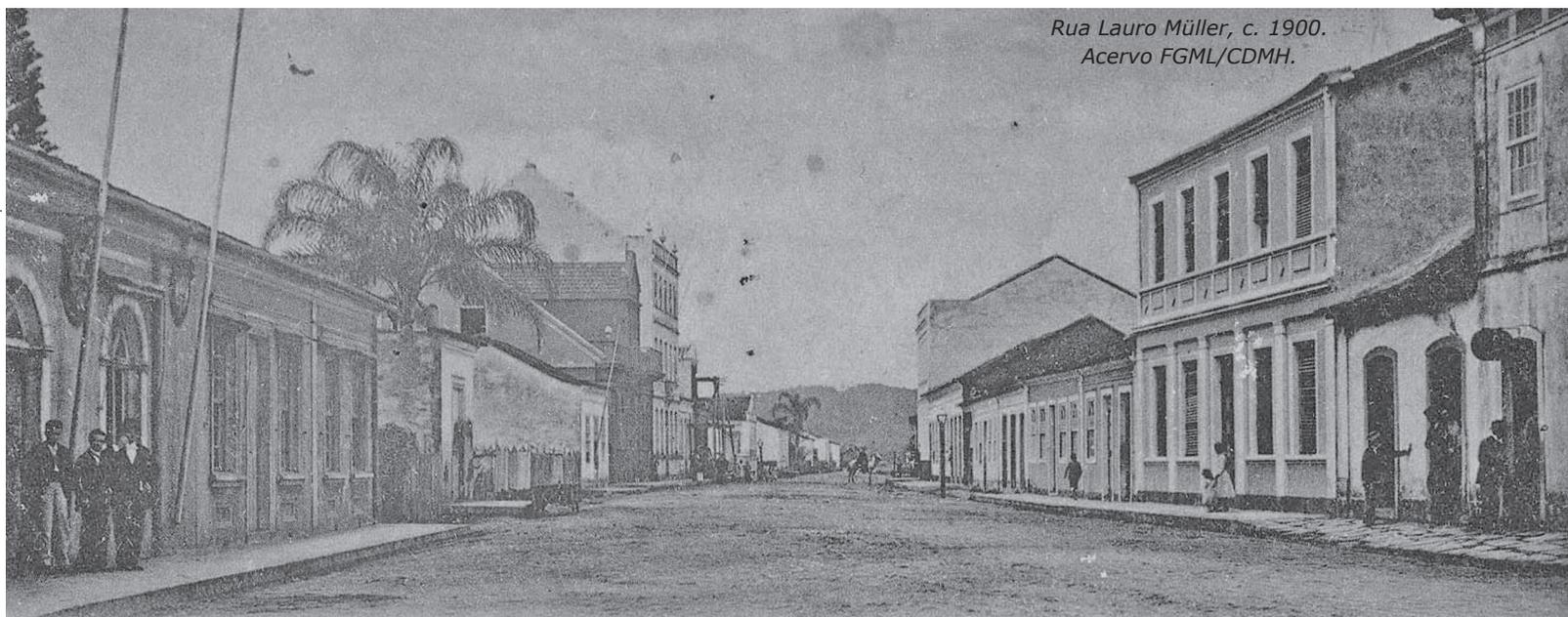
*Canhoneira Panther.
Acervo FGML/CDMH.*

Também histórica – embora esquecida e por muitos desconhecida – foi a festiva e turbulenta passagem do Panther pelo porto de Itajaí, em novembro de 1905. A visita da canhoneira colocou a cidade catarinense – então com pouco mais de 15 mil habitantes – no centro das atenções da imprensa internacional, devido a um incidente diplomático que quase culminou em uma declaração de guerra do Brasil ao Império Alemão. Entre as últimas semanas de 1905 e os primeiros dias de 1906, Itajaí foi notícia nos principais jornais da América do Sul, da Europa e dos Estados Unidos.

A CHEGADA DO PANTHER

O Panther apareceu no Sul do Brasil no final de outubro de 1905, quando aportou em Paranaguá, no litoral paranaense. Seu comandante, acompanhado de 40 dos 121 marujos que trazia a bordo, foi festivamente recebido pela comunidade teuto-brasileira de Curitiba. Dias depois, em Itajaí, porta do chamado “Vale Europeu”, a presença da canhoneira alemã foi festejada de forma ainda mais efusiva. O relatório do governo brasileiro, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores e publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de janeiro de 1906, faz constar:

Em Itajahy, como nos portos brasileiros que visitara, houve festas em honra do seu commandante e officiaes, e demonstrações geraes de sympathia à Allemanha por parte das autoridades e da população. Essas demonstrações foram ainda mais calorosas em Itajahy por serem os seus habitantes em grande parte brasileiros de origem alemã (DOU, 1906).



A elite política e empresarial de Itajaí do início do século XX, composta em sua maioria por imigrantes teutônicos e descendentes destes, preparou uma grandiosa recepção para o navio de guerra alemão. A vinda da canhoneira mobilizou lideranças não só da cidade portuária, mas também de Brusque e Blumenau. João Bauer Júnior e Otto Moldenhauer se incumbiram da organização das festividades em Itajaí. A expectativa gerada na região pode ser medida pelo que foi publicado no jornal **O Pharol** de 17 de novembro de 1905, dia da chegada dos ilustres visitantes:

É esperada hoje a canhoneira da marinha allemã PANTHER que anda em visita nos portos do Brazil. Acham-se aqui diversas commissões de recepção da villa de Brusque e Blumenau que vem se unir a commitiva desta cidade para receberem

esta particulada pátria querida. Sendo a primeira vez que aqui visita um vazo de guerra dessa nação amiga, é de esperar a mais imponente manifestação de jubilo, não somente de seus patrícios e descendentes como da parte oficial que cumpre apresentar homenagens de boa vinda aos intrépidos representantes da nação que mais tem cooperado o engrandecimento do nosso Itajahy.

A edição do jornal **Novidades** que circulou em 26 de novembro de 1905 fornece os detalhes da ruidosa aparição do Panther na foz do Itajaí-açu:

Ao entrar na barra, saíram a receber o navio de guerra alemão: o rebocador “Iam” levando os Srs. Pütter e Blohm, cónsules alemães em Itajaí e Blumenau, e os membros do comitê de recepção; o vapor Blumenau, conduzindo muitas pessoas; a lancha “Selma” com grande número de cavalheiros da vila de Brusque; e o escaler da Alfândega tendo a bordo as autoridades federais, estaduais e municipais. Desde que foi dado o sinal da aproximação do navio até que deitou ferros defronte do edifício da Mesa de Rendas Federais, troaram os ares foguetes em quantidade. Embandeiraram todas as embarcações surtas no porto naquela ocasião. Franqueado o navio, foi extraordinário, mesmo neste resto de tarde, o número de visitantes.

Assim que a canhoneira deu fundo, o então superintendente municipal Pedro Ferreira e outras autoridades subiram a bordo para cumprimentar o comandante e a tripulação. Foram recebidos “ao som da banda de música do navio e estrepitosos brindes”¹. Ao anoitecer, as luzes dos potentes faróis do navio causaram admiração nos moradores da cidade, que ainda não dispunha de energia elétrica. No dia seguinte, no Hotel Central, foi oferecido aos oficiais do Panther um luxuoso banquete “com 50 talheres, distinguidos cada lugar com os respectivos nomes em cartão especial”².

Ao iniciar o banquete, o industrial Carlos Renaux, nascido na Alemanha e radicado em Brusque, discursou no idioma alemão “em nome dos três municípios”³ e brindou ao Imperador Guilherme II. O juiz de Direito de Itajaí, Antônio Wanderley Navarro Lins, também discursou e brindou à marinha germânica. O conde de Saurma Jeltsch, comandante do Panther, respondeu saudando o presidente do Brasil, Rodrigues Alves, e “fez sentir o prazer de apreciar a união e fraternidade entre brasileiros e alemães, pedindo a todos a continuação dessa união tão proveitosa entre as duas nações amigas”⁴.

O banquete se estendeu até a metade da tarde e dali os oficiais seguiram para a Sociedade dos Atiradores, onde lhes foram concedidos “variados prêmios na diversão do tiro ao alvo, continuando as danças animadas até 8 horas”⁵. No dia 21, o comandante e quatro oficiais se dirigiram para Blumenau. Ali encontraram mais festas e homenagens.

1 O Pharol, 24/11/1905.

2 Idem.

3 Idem

4 Idem

5 Idem



Kaiser Guilherme II. Fonte: <http://angelinawittmann.blogspot.com.br/2013/12/imperio-alemao.html>.

Aberta à visitação pública, a canhoneira recebeu grande quantidade de visitantes curiosos no porto de Itajaí, inclusive grupos escolares. Um dos alunos que esteve a bordo foi o menino Irineu Bornhausen, futuro prefeito de Itajaí e governador de Santa Catarina.

O DESERTOR

Na semana em que o Panther chegou a Itajaí, apareceu na cidade, vindo de Joinville, um jovem alemão chamado Fritz Steinhoff (ou Steinhauß). Hospedou-se no Hotel do Comercio, na então Rua Victoria (atual Felipe Schmidt), onde hoje se situa o Grande Hotel. Durante a estadia em Itajaí, Steinhoff fez amizade com um marinheiro do Panther, de nome Hasmann. Na noite de sábado, 25 de novembro, Hasmann dormiu no quarto onde Steinhoff estava hospedado. No domingo pela manhã, ambos saíram juntos a passeio. Hasmann deixara o uniforme no hotel e usava roupas civis que Steinhoff lhe emprestara.

Fritz Steinhoff retornou sozinho ao hotel no início da noite. Hasmann, o marinheiro, não regressou ao navio dentro do prazo determinado pelo comandante e passou a ser considerado um desertor. Saurma Jeltsch comunicou o fato ao cônsul alemão em Itajaí, Max Pütter, que acionou a polícia. Foram notificadas também as autoridades policiais de Brusque, onde acreditavam que Hasmann teria ido. O próprio comandante do Panther telegrafou ao superintendente municipal de Brusque para pedir que prendesse Hasmann e o remetesse a Itajaí, caso o desertor fosse encontrado naquela localidade.

A VIOLAÇÃO DA SOBERANIA

Depois de dez dias no porto de Itajaí, na tarde de 27 de novembro o Panther zarpou com destino a Florianópolis. A euforia das semanas anteriores transformou-se em indignação quando veio a público, no dia seguinte, os atos praticados por tripulantes da belonave alemã em solo itajaiense. Saurma Jeltsch não esperou pelas diligências das autoridades brasileiras e mandou uma escolta de oficiais e marinheiros do Panther

procurar o desertor Hasmann. Gabriel Heil, proprietário do Hotel do Commercio, denunciou: na calada da noite, Steinhoff foi retirado à força do estabelecimento pelos militares alemães e não mais retornou.

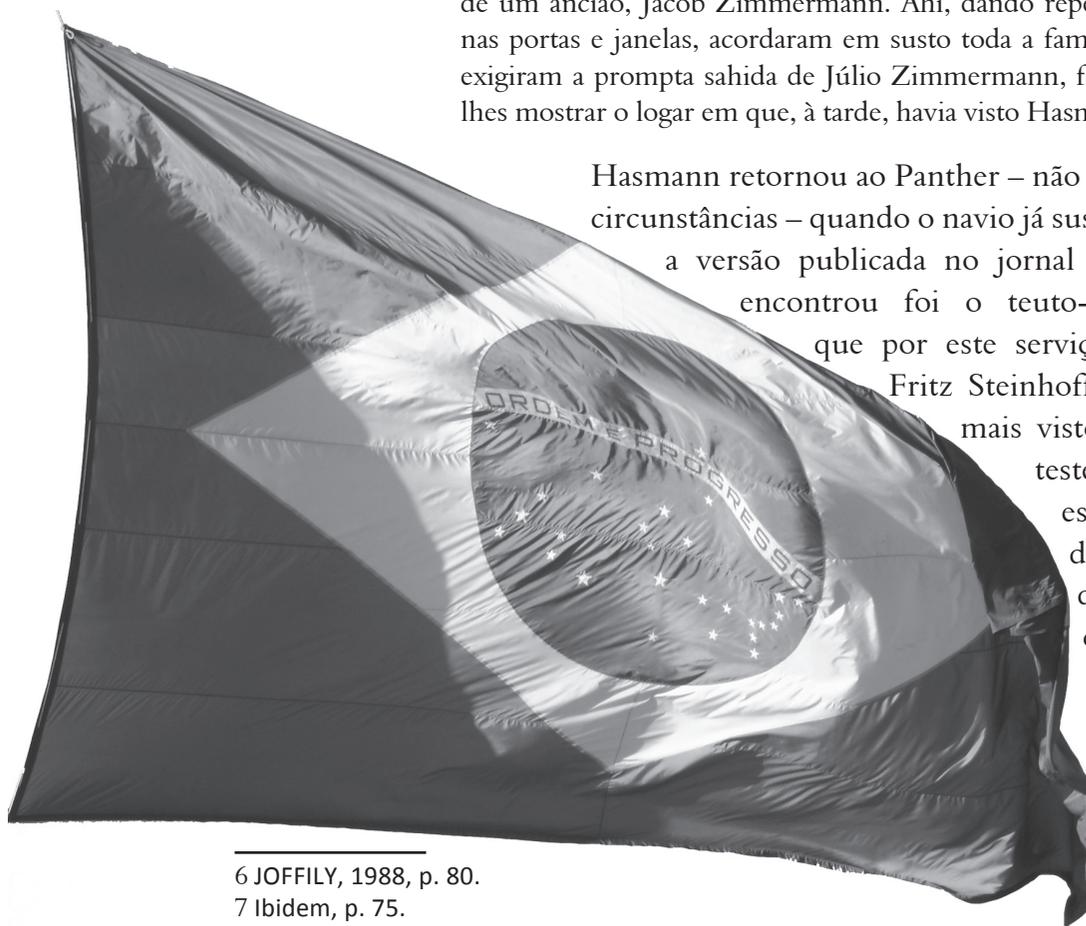
Às 9 horas da noite, oficiais e inferiores foram ao Hotel do Commercio, fizeram chamar Steinhauf, que diziam ter aconselhado Hasmann a desertar, e delle obtiveram a entrega do uniforme do marinheiro. Não tendo podido encontrar Hasmann, voltaram, perto das duas horas da madrugada, ao hotel, bateram fortemente e, com ameaças, obrigaram o proprietário a abrir a porta e a entregar-lhe Steinhauf para que este, segundo disseram, os ajudasse a descobrir aquelle marinheiro (DOU, 1906).

Do Hotel do Commercio, o grupo militar – formado, segundo testemunhas, por três ou quatro oficiais à paisana e dez ou doze marinheiros uniformizados – seguiu para a residência do cidadão Jacob Zimmermann, nas proximidades da Sociedade dos Atiradores. Mediante ameaças, exigiram a presença de seu filho, Júlio (Lulu) Zimmermann. Os militares alemães teriam cercado a casa e ameaçado botar “essa bodega abaixo”⁶. Cedendo às ameaças, Júlio levou-os ao cemitério, onde vira Hasmann pela última vez.

Depois de algumas buscas inúteis, foram, levando sempre Steinhauf, cercar a casa de um ancião, Jacob Zimmermann. Ahi, dando repetidas e violentas pancadas nas portas e janelas, acordaram em susto toda a família e, ainda com ameaças, exigiram a prompta saída de Júlio Zimmermann, filho do dono da casa, para lhes mostrar o lugar em que, à tarde, havia visto Hasmann (DOU, 1906).

Hasmann retornou ao Panther – não se sabe ao certo em que circunstâncias – quando o navio já suspendia ferros. Segundo a versão publicada no jornal **Novidades**, “quem o encontrou foi o teuto-brasileiro João Gern, que por este serviço recebeu... 20\$000”⁷.

Fritz Steinhoff, por sua vez, não foi mais visto em Itajaí e, segundo testemunhas, teria sido espancado por tripulantes do Panther. O sumiço de Steinhoff coincidiu com a partida do navio, levantando a suspeita de que o jovem fora levado à força para bordo, o que



6 JOFFILY, 1988, p. 80.

7 Ibidem, p. 75.

configuraria um sequestro praticado por tropa estrangeira em terras brasileiras. O jornal **O Pharol**, na edição de 15 de dezembro, dá o tom da decepção dos itajaienses:

Não queríamos acreditar que os officiaes do PANTHER, que se diziam da alta diplomacia germanica, desconhecessem ou menosprezassem as leis internas de nossa Pátria. Infelizmente, está patente a aggressão brutal e desastrada, segundo os depoimentos das testemunhas insuspeitas. [...] Brasileiros, tolerantes ao extremo; porém, zelosos a dignidade nacional, temos o dever de protestar-mos, aqui, onde o facto consumou-se.

A repercussão das arbitrariedades cometidas pelos militares alemães em Itajaí não ficou restrita à esfera local. Em poucos dias, o caso já ocupava as páginas dos principais jornais brasileiros e passou a ser pauta também da imprensa estrangeira. Há registro de manifestações nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde “o povo protesta nas ruas contra a prepotência germânica”⁸. A ampla cobertura do incidente pela imprensa carioca, que cobrava do governo brasileiro “toda a energia, de maneira a desagrar os brios nacionais ofendidos com a atitude de oficialidade daquele navio de guerra”⁹, contribuiu para uma atmosfera antigermânica na então capital da República.

Irrompem nas ruas do Rio manifestações populares. Multidões afluem às praças públicas e às redações dos jornais que anunciavam comícios de protesto. A Polícia continua vigilante “para evitar violência contra os súditos alemães visados pela ira popular” (JOFFILY, 1988, p. 96).

O incidente de Itajaí também foi tema de discursos no Congresso Nacional. O deputado Barbosa Lima (pernambucano eleito pelo Rio Grande do Sul) abordou o assunto na sessão do dia 7 de dezembro e voltou a fazê-los nos dias 12 e 14. “Desagravo da honra e do pundonor nacionais”, “ultraje infligido à nossa nacionalidade” e “injúria ao Pavilhão brasileiro”¹⁰ foram algumas das expressões proferidas pelo deputado ao comentar o caso. Curiosamente, os parlamentares eleitos por Santa Catarina silenciaram. Nenhum dos quatro deputados federais – Paula Ramos, Eliseu Guilherme da Silva, Abdon Batista e Ferreira Gualberto – ou dos três senadores – Felipe Schmidt, Gustavo Richard e Hercílio Luz – se manifestou.

Três inquéritos foram abertos para investigar os fatos. Foram ouvidos os depoimentos das seguintes testemunhas: Godofredo Kraick, Aloys Kormann, Henrique Krieger, Gustavo Hackländer, Heitor Pereira Liberato, João Gern, Jacob Zimmermann, Júlio Zimmermann, Francisco de Paula Seára, Leocádio de Medeiros, Gabriel Heil, Arthur Bargmann, Otto Moldenhauer, Carlos Bellow, Reinhold Roenick, Antonio Malluch, Max Pütter, João Asseburg, Alexandre Kroll e Guilherme Grosschang.

⁸ Ibidem, p. 28.

⁹ Ibidem, p. 96.

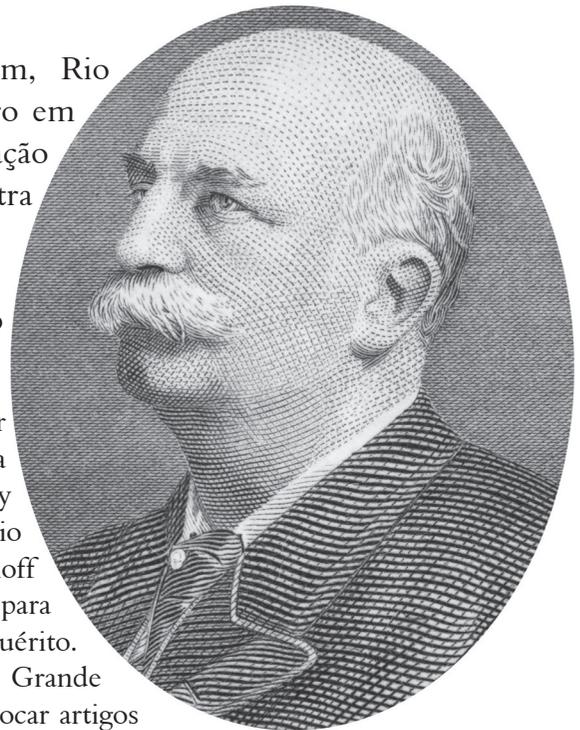
¹⁰ Ibidem, p. 92.

“ACONTEÇA O QUE ACONTECER”

Comunicado oficialmente dos fatos ocorridos em Itajaí pelo governador de Santa Catarina, Pereira Oliveira, o ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, acionou o embaixador brasileiro em Berlim, Costa Motta. Através de telegrama datado de 9 de dezembro de 1905, Rio Branco solicitou ao governo alemão, em tom diplomático, a entrega de Fritz Steinhoff – que se supunha preso no Panther. A chancelaria alemã respondeu que iria apurar a conduta atribuída a seus oficiais, mas antecipou que não poderia entregar Steinhoff porque o mesmo não havia sido preso e nunca esteve a bordo do Panther.

No mesmo dia em que acionou Berlim, Rio Branco enviou telegrama ao embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco, com a orientação de “provocar artigos enérgicos monroístas contra este insulto”. E mais: o chanceler ameaçava – se Steinhoff não fosse entregue – meter o navio alemão “a pique” e “depois aconteça o que acontecer”. Eis o conteúdo do bombástico telegrama:

Marinheiros canhoneira alemã Panther dirigidos por oficiais paisana madrugada 27 novembro desembarcaram Itajahy obrigaram dono Hotel Commercio entregar-lhes jovem alemão Steinhoff refratário serviço militar levaram preso para bordo. ponto. É o que resulta do inquérito. ponto. Panther entrou ontem Rio Grande onde estará dias. ponto. Trate de provocar artigos enérgicos monroístas contra esse insulto. ponto. Vou reclamar entrega preso condenação se formal ato. ponto. Se inatendidos empregaremos força libertar preso ou meteremos a pique Panther. ponto. Depois aconteça o que acontecer.¹¹



O Barão de Rio Branco. Fonte: reprodução/FGML/CDMH.

Após receber o telegrama de Rio Branco, Nabuco comunicou pessoalmente ao governo dos Estados Unidos os acontecimentos de Itajaí, atitude que foi vista por parte da imprensa mundial e da oposição política brasileira como um pedido de intervenção – o que foi veementemente negado por Rio Branco e Nabuco.

Nabuco não entendeu corretamente a intenção de Rio Branco: procurou a Secretaria de Estado, que levou o assunto ao conhecimento do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919). Na interpretação do *Morning Post*, de Londres, por exemplo, o recado brasileiro equivalia à aceitação tácita da Doutrina Monroe.

¹¹ Telegrama de Rio-Branco para Nabuco, 8/12/1905.

Não houve pedido de intervenção, mas Rio Branco temeu que a comunicação do embaixador pudesse gerar equívocos de interpretação (BUENO, 2011).

O suposto pedido de intervenção, noticiado por jornais americanos e europeus, foi duramente criticado pelo deputado Barbosa Lima na tribuna da Câmara dos Deputados: “Deplorei e novamente deploro o encaminhamento que se me afigura tortuoso, hesitante e infeliz, que a nossa chancelaria deu ao caso já agora conhecido por conflito de Itajaí”¹². O governo americano não se envolveu, mas os movimentos que poderiam provocar uma guerra entre Brasil e Alemanha ganharam destaque nos jornais dos Estados Unidos.

Entre algumas as publicações que trataram a questão estavam os americanos *New York Times*, *New York Herald*, *Washington Post*, *Sun*, *Chicago Tribune*, *Saturday Evening Star* e os britânicos *Times* e *Morning Post*. Naturalmente, os jornais alemães também se ocuparam do caso. A imprensa sul-americana, principalmente argentina, acompanhou os desdobramentos do “conflito de Itajaí” com grande atenção. Jornais de Buenos Aires publicaram artigos condenando o “odioso atentado” à soberania do Brasil, “considerando absurdo tratar uma nação culta como o Brasil como se fosse um deserto africano”¹³.

O DESFECHO DIPLOMÁTICO

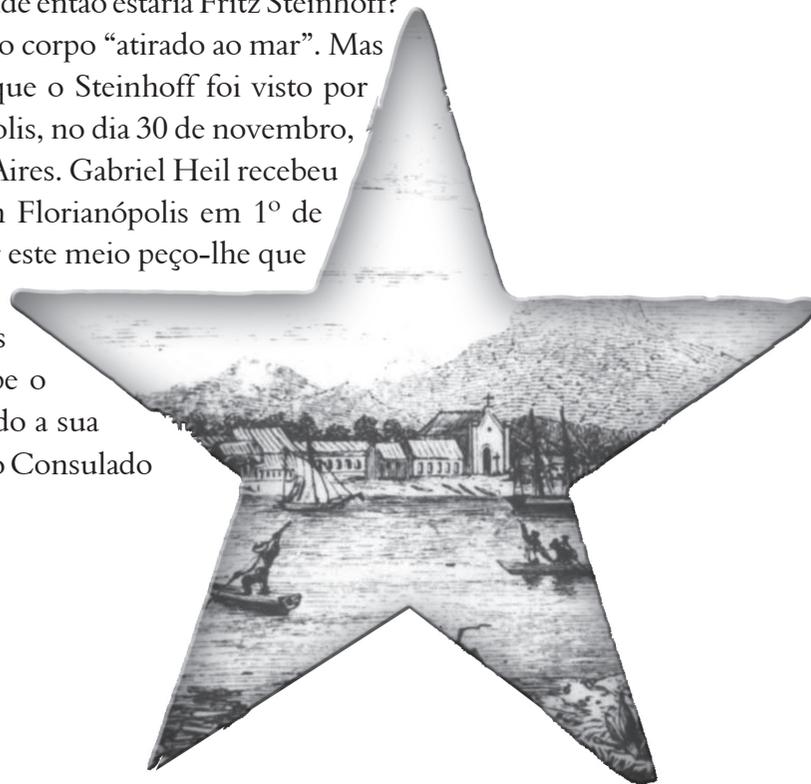
Nas mensagens trocadas entre Rio de Janeiro e Berlim, o Barão de Rio Branco insistia no pedido de libertação de Steinhoff, solicitando que o mesmo fosse entregue às autoridades brasileiras no porto gaúcho de Rio Grande, para onde o Panther se dirigiu ao deixar Florianópolis. Por sua vez, Berlim reafirmava que o rapaz desaparecido não estava na canhoneira. Nas informações prestadas ao governo alemão, Saurma Jeltsch negou a prisão de Steinhoff e garantiu que ele jamais estivera a bordo do Panther.

Se não estava preso na canhoneira, onde então estaria Fritz Steinhoff? Chegou a se cogitar que havia sido morto e o corpo “atirado ao mar”. Mas ele estava vivo. Saurma Jeltsch informou que o Steinhoff foi visto por oficiais inferiores do Panther em Florianópolis, no dia 30 de novembro, e no dia seguinte teria partido para Buenos Aires. Gabriel Heil recebeu um cartão postal de Steinhoff, postado em Florianópolis em 1º de dezembro, com a seguinte mensagem: “Por este meio peço-lhe que guarde intacta a minha mala até que eu lhe mande os 32.800 réis, o que farei o mais brevemente possível. De certo, porque sabe o motivo, não estranhará que eu tenha deixado a sua casa sem lhe falar”¹⁴. E dava como endereço o Consulado

¹² Ibidem, p. 93.

¹³ Ibidem, p. 95.

¹⁴ DOU, 1906.



Alemão em Buenos Aires. A autenticidade do cartão postal foi reconhecida.

Enfim, Steinhoff jamais foi sequestrado pelos oficiais do Panther. Sumiu de Itajaí, deixando sua mala no hotel, por não possuir dinheiro para pagar a hospedagem, enquanto o governo brasileiro chegou até a mandar os cruzadores Barroso, Benjamim Constant e Tamandaré para Rio Grande, caso fosse necessário interceptar a canhoneira alemã como meio de salvar o rapaz...

Reconhecendo que o desaparecimento de Steinhoff estava esclarecido, Rio Branco ainda não dera a questão por superada, pois exigia explicações e a retratação do governo alemão pela conduta inadequada de seus militares em Itajaí, como demonstra a nota enviada à Delegação Alemã em 31 de dezembro:

Os actos de polícia exercidos então por officiaes e marinheiros da Panther importam numa incontestável violação da soberania territorial, e os praticados no Hotel do Commercio e na casa Zimmermann não o poderiam ser, à noite, nem mesmo pelas autoridades locais sem infracção das leis brasileiras. Na própria Allemanha as autoridades policiaes não tem o poder que esses officiaes e marinheiros se arrogaram em terra estrangeira (DOU, 1906).

Finalmente, em 2 de janeiro de 1906, o governo alemão reconheceu que seus militares “incorreram em transgressões do encargo que lhes fora dado”, prometeu que “os culpados, segundo os inquéritos, serão submetidos à justiça militar” e exprimiu “o seu vivo pesar ao governo brasileiro pelo que se passou”. Três dias depois, Rio Branco respondeu e colocou ponto final na celeuma: “Considera o governo brasileiro encerrado este incidente e, por sua parte, mui cordialmente deseja, como sempre, que se fortaleçam cada vez mais os laços da antiga e boa amizade entre o Brasil e a Alemanha”. Não se sabe até hoje se alguma punição foi imposta aos oficiais e marujos do Panther envolvidos no incidente de Itajaí.

FRTZ STEINHOFF

Em maio de 1906, Fritz Steinhoff compareceu ao consulado alemão de Buenos Aires e prestou depoimento. Disse que na manhã de 27 de novembro de 1905 partiu de Itajaí a pé até Tijucas, de onde seguiu a Florianópolis em uma embarcação. Seguiu viagem a pé até Laguna e de lá também a pé até Tramandaí, no Rio Grande do Sul. Nesta localidade, tomou uma embarcação com destino a Rio Grande, chegando em fevereiro. Atravessou a fronteira com Uruguai e depois seguiu para a Argentina.



Ele conheceu Hasmann ao meio-dia de 25 de novembro. Passaram a tarde bebendo, o marinheiro extrapolou o horário da licença para permanecer em terra e ficou receoso de retornar ao navio, temendo ser castigado. Dormiram no Hotel do Comercio e no dia seguinte Steinhoff deixou Hasmann na casa de Júlio Zimmermann, para onde levou os oficiais e marinheiros do Panther na madrugada do dia 27, mas Hasmann já não se encontrava mais na casa dos Zimmermann àquela altura.

Steinhoff confirmou que foi ele mesmo quem mandou o cartão postal a Gabriel Heil e reafirmou o conteúdo do cartão postal, ou seja, que deixara Itajaí por não possuir recursos para quitar a dívida com o dono da hospedagem. E negou ter sofrido violência. “Não sofri o menor mau trato da gente da Panther quando se deu o incidente; nunca estive a bordo da Panther e de modo algum fui maltratado pelos oficiais”¹⁵.

O caso Panther ficou no imaginário popular por alguns anos dada a grande repercussão que teve na época. Poucos meses depois do incidente, um homem foi preso em Santos dizendo ser Fritz Steinhoff. Falando bem português, contou que foi preso e levado a bordo do Panther até Rio Grande, onde o comandante lhe deu dinheiro e mandou-o para Montevideu, mas em vez disso seguiu para o Uruguai, tomou uma embarcação até Paranaguá e de lá foi a pé para Santos. Tratava-se de um falsário, identificado como Alfredo Mafra, que já havia sido preso em São Paulo por “conto do vigário” e no Rio de Janeiro, onde desembarcara com mil libras falsas. Anos mais tarde, um dos combatentes rebeldes da Guerra do Contestado, chamado Henrique Holland e conhecido por “Alemãozinho”, dizia ser desertor da canhoneira Panther em Itajaí...

REFERÊNCIAS

- BUENO, Clodoaldo. O caso ‘Panther’. Revista de História da Biblioteca Nacional, v. 75. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.
- COSTA, Vidal Antônio de Azevedo. Olhares mutantes: facés antagônicas na imagem da máquina no começo do século XX – o caso da canhoneira alemã “Panther”. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, 1998.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Memória, fraude e documentação: Alemãozinho e a memória das ordens. Tempos Históricos, v. 16. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2012.
- PEIXOTO, Renato Amado. “Depois aconteça o que acontecer”: por uma rediscussão do Caso Panther e da política externa de Rio Branco. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 54. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2011.
- JOFFILY, José. O Caso Panther. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEYFERTH, Giralda. O Incidente do Panther (Itajaí, SC, 1905): estudo sobre ideologias étnicas. Rio de Janeiro: Comunicações do PPGAS, 1994.
- SEVERINO, José Roberto. Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível. Itajaí: Univali, 1999.

ACERVOS

Diário Oficial da União (DOU), 10/01/1906

Diário Oficial da União (DOU), 19/05/1906

15 DOU, 19/05/1906, p. 2644



PERIÓDICOS

O Pharol (Itajaí) - acervo da Fundação Genésio Miranda Lins

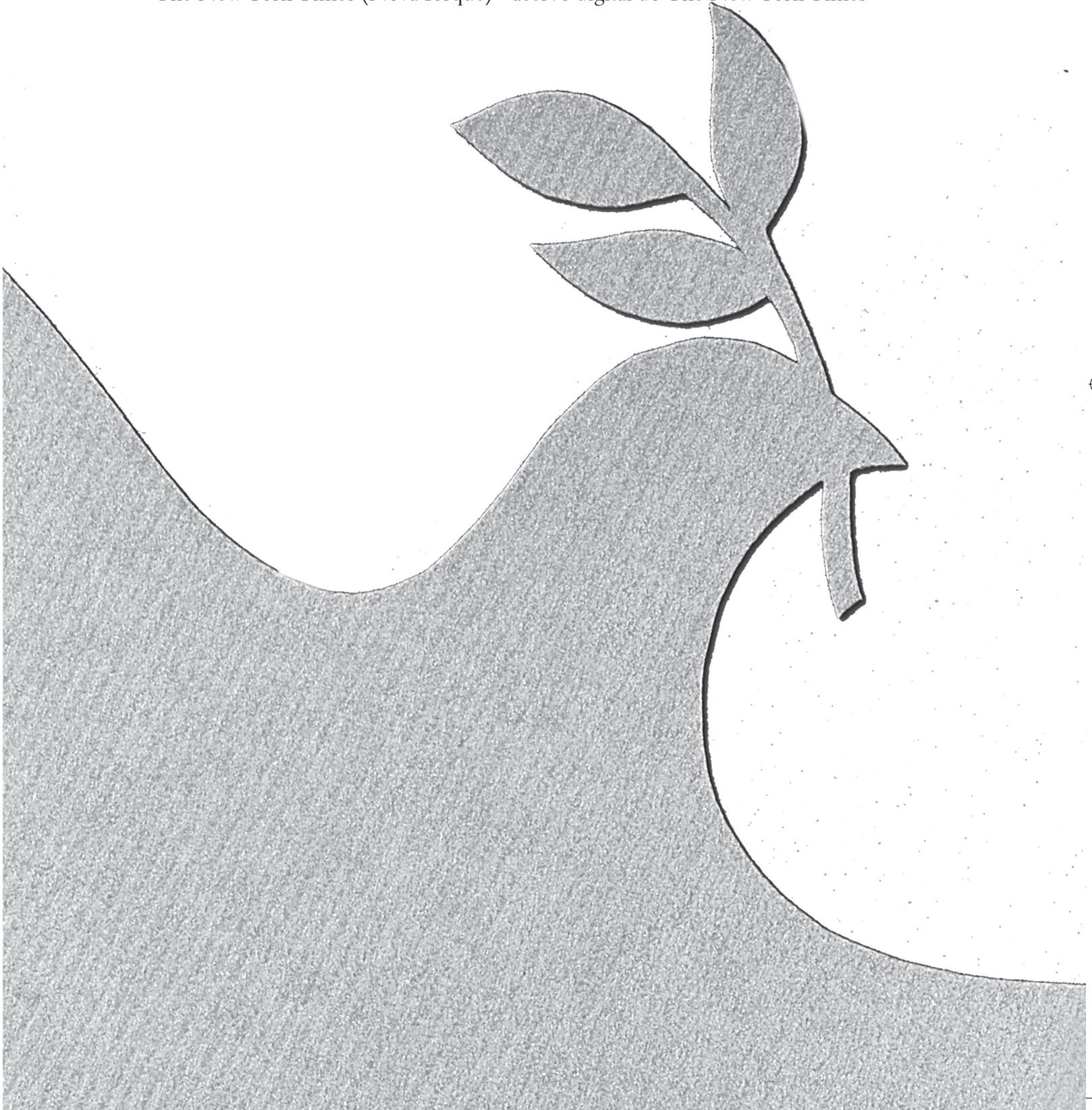
Novidades (Itajaí) - acervo da Fundação Genésio Miranda Lins

O Paiz (Rio de Janeiro) - acervo digital da Biblioteca Nacional

Correio Paulistano (São Paulo) - acervo digital da Biblioteca Nacional

A Notícia (Curitiba) - acervo digital da Biblioteca Nacional

The New York Times (Nova Iorque) - acervo digital do The New York Times



COISAS QUE FICARAM NO PASSADO

Emerson Ghislandi

Jornalista

NÃO SEI EXATAMENTE O QUE ACONTECE, mas esses tempos que se passam a partir de meados do século XX trazem consigo uma aura mágica, algo imaculado, nostálgico, gostoso de saborear com os olhos e com a alma. É a Itajaí que não veremos mais, a não ser em fotografias. O concreto em seu formato vertical está tomando conta da paisagem. É o irrefreável progresso ocupando os espaços urbanos antes dedicados ao lazer e a uma multiplicidade de brincadeiras.

Desapareceram os campinhos de divertidas peladas, os inúmeros e amplos terrenos onde subíamos em árvores para saborear as mais variadas frutas e onde armávamos as arapucas para caçar passarinhos, as caçadas de funda, normalmente infrutíferas (ainda bem), os pequenos córregos com suas piavas e sapos a coaxar, os vaga-lumes que davam

brilho à noite escura, as famílias reunidas na frente das casas para jogar conversa fora para matar o tempo e falar de tudo e de todos, já que raros eram aqueles que possuíam um aparelho de televisão.

E olha que Itajaí já teve uma montadora de televisão, a marca era Ariston, e transmitia em preto e branco. Ficava na rua da antiga Madeireira Irmãos Vitorino, uma transversal da rua Umbelino de Brito. Acordava todos os dias com o ruidoso ranger das serras cortando a madeira, mas não achava ruim porque ao mesmo tempo deliciava-me imensamente com o cheiro emanado desta rotineira tarefa dos trabalhadores. Muitas vezes ficava longos e mágicos minutos apreciando aquela extenuante operação.

Hipnotizava-me o vaivém das serras e o movimento preciso das mãos dos operários no recorte das peças. Eu morava quase defronte à fábrica da Ariston, mais precisamente ao lado da Madeireira Vitorino, onde costumava brincar nas montanhas de cepilho que restavam do beneficiamento da madeira.

Que prazer aquilo proporcionava nos ingênuos deleites da infância! Época em que nós mesmos inventávamos e confeccionávamos os nossos próprios

brinquedos. A tecnologia, que acabou afastando as crianças de hoje da diversão ao ar livre para se postar diante do computador, ainda engatinhava.

Quem na faixa dos 50 anos não lembra dos carros de mola? A viagem nesses veículos que precederam os automóveis eram uma delícia. Fazem parte da minha infância na rua Brusque, quando ainda nem tinha calçamento, em meados da década de 60. Os carros de mola eram carruagens de tração animal usados

na cara! Bom de mira, conseguiu fazer com que o chicote passasse pela pequena janela nos fundos do carro de mola e me atingisse em cheio. A partir daí aprendi a lição e nunca mais repeti a divertida traquinagem.

Bons e inesquecíveis tempos do bilboquê, do pião, do carrinho movido à vela, da pandorga, do rolimã, do pega-pega, dos amplos e arborizados terrenos abertos ao lúdico e ao fascinante contato com a natureza. Mas tudo isto, com o desenvolvimento e a urbanização, virou tijolo sobre tijolo. Tudo isto agora faz parte da



para o passeio das pessoas. Também eram utilizados como táxi.

Costumava me dependurar na traseira deles, até o dia em que um cocheiro acertou-me uma bela e dolorida chicotada

memória, que insiste vez ou outra em trazer à lembrança uma época em que a vida fluía devagar e prazerosamente!



IMMANUEL



CURRLIN

Thayse Fagundes e Braga



Nas imagens, Immanuel Currlin, esposa e filhos. As fotografias da Coleção Immauel foram disponibilizadas pela família Currlin

INTRODUÇÃO

POR QUE O AVÔ CURRLIN?” - foi a pergunta que Lúcia Currlin Japp me fez quando fui entrevista-la. Naquele momento respondi que havia conhecido o trabalho de Immanuel Currlin ao pesquisar sobre a formação sócio espacial de Cabeçadas e que sem a análise dos postais produzidos por ele o trabalho não teria sido aprofundado como foi. Mas nos dias seguintes a pergunta que ela me fez transformou-se em minha cabeça em “Por que não o Currlin?”. Porque até hoje não se teve um trabalho dedicado a investigar a vida, as obras e empreendimentos de Immanuel Currlin diante de tão rica produção que este nos deixou.

As atuais pesquisas sobre Itajaí nas décadas de 10, 20, 30 e 40 são enriquecidas com a análise dos postais de Currlin e muitas averiguações só são possíveis através destas imagens. Ele comandou um dos melhores cinemas da cidade por 30 anos, o “Cinema Ideal”, levou o “Cinema Popular” à Vila Operária pouco tempo depois que esta foi inaugurada, administrou ainda um terceiro cinema, o “Cinema Oriente”. Construiu uma edificação onde funcionou o “Cine Rex” nas décadas de 40 e 50. Era comerciante com a Casa Currlin onde se encontravam revistas de circulação nacional e internacional; foi tipógrafo e produziu dois jornais: “O Commercio” e “Cinema Ideal”; foi secretário da Sociedade Guarani; Secretário do Clube Náutico Marcílio Dias; Tesoureiro da Igreja Luterana em Itajaí; empreendedor com a produção e o comércio de óleo de sassafrás e até uma fábrica de gasosa; comprou os dois únicos carros da marca alemã Orix que vieram para Itajaí em meados de 1915 com os quais lucrou através do aluguel para passeios. E ainda, um de seus maiores feitos, desbravou e divulgou Cabeçadas como um recanto pitoresco e agradável enquanto esta não passava de uma praia habitada somente por algumas poucas famílias de pescadores.



Eugen e seu filho Immanuel em Leipzig. Estúdio de Hermann Walter. Acervo: Família Currlin.

Diante de tantos empreendimentos de grande valor para Itajaí, surpreende o fato de Immanuel Currlin ser atualmente uma figura omitida da história da cidade, fato que se transforma aqui. Através deste artigo se pretende homenagear Currlin,



Cartão postal com vista para a Rua Lauro Muller. No primeiro prédio de dois andares à direita da imagem funcionou o comércio de Immanuel Currilin após mudança de edifício no final de 1925. Fotógrafo: Immanuel Currilin. Acervo: Família Currilin.

registrando parte de sua vida e obra, e agradecer seus familiares que prontamente se dispuseram a ajudar no que fosse preciso.

IMMANUEL CURRLIN - VIDA E OBRA

Immanuel Heinrich Gottlieb Currilin¹, era filho de Eugen Christian Currilin² e Wilhelmine Emma Currilin³; nasceu em Blumenau no dia 24 de maio de 1886. Casou-se em 08 de dezembro de 1914 com Lúcia de Miranda Currilin⁴. Tiveram três filhos: Wilfredo⁵, Ewaldo⁶ e Wanda Gisela⁷.

Immanuel cresceu em Blumenau onde aprendeu com o pai o trabalho no comércio, a fotografia e a produção de cartões postais. A neta de Immanuel, Lúcia, contou que Eugen tirava fotografias de Blumenau e região e levava os negativos para Leipzig, na Alemanha, onde os postais eram produzidos⁸.

Em uma carta de Ewaldo Currilin, um dos filhos de Immanuel, arquivada no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí, há menção a uma viagem que

1 Segundo genealogia levantada por Wilfredo Currilin. É comum ver seu nome reduzido para Immanuel Currilin.

2 Naturalizou-se brasileiro em 1884, pois era natural da Alemanha. Vê-se em alguns momentos este sendo chamado de Eugênio.

3 Na certidão de óbito de Immanuel Currilin ela aparece como Emma Hadlich Currilin. Segundo genealogia levantada por Wilfredo Currilin ela nasceu em 1859 e faleceu em 10 de outubro 1941. Emma e Eugen tiveram mais duas filhas Eugenia e Maria.

4 No livro "Famílias de Itajaí: mais de um século de história" Vol.2, página 229, de Marlene Dalva Rothbarth e Lindinalva Deóla da Silva o nome de Lúcia aparece como Wanda Lúcia Miranda. Ela era filha de Olympio Hermílio Miranda e Maria Schneider, e teve dois irmãos: Olívia Miranda Seára e Olympio Miranda Júnior. Foi casada com o português Alfredo Moraes. Quando casou-se com Immanuel era viúva. Lúcia nasceu em 1890.

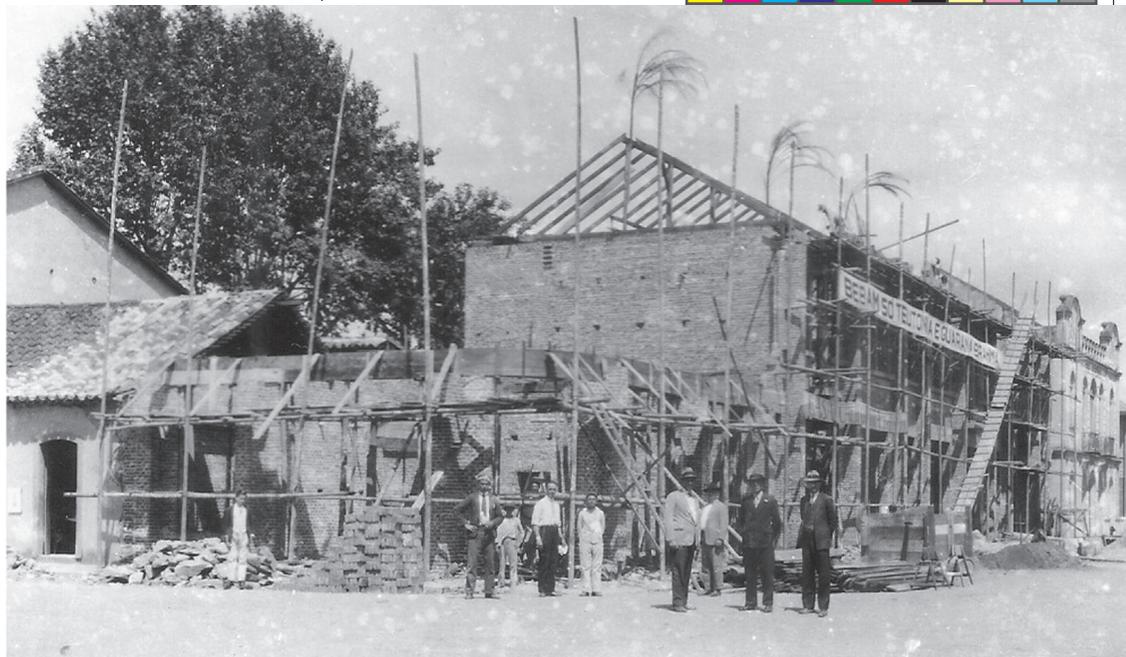
5 Nasceu em 15 de setembro de 1915.

6 Nasceu em Setembro de 1917.

7 Nasceu em 1921.

8 No artigo "Grafias da Luz: Representação e esquecimento na Revista Blumenau em Cadernos" de Carla Fernanda da Silva, há menção de que as fotografias utilizadas para a produção dos postais de Eugen Currilin eram encomendadas de fotógrafos profissionais e não realizadas pelo próprio Eugen.

Construção do Edifício de Olympio Miranda Júnior. Esquina da Rua Lauro Muller com Rua Hercílio Luz. 1929. Acervo: Família Currlin.



Immanuel fez em meados de 1911 para a Alemanha onde concluiu um curso técnico e em seu retorno trouxe para Itajaí um aparelho de projeção cinematográfica com o qual deu início ao Cinema Ideal. Sobre este período em que Immanuel esteve na Alemanha não se tem muitas informações. Em 1897 ele ainda era aluno da “Neuen Deutschen Schule” em Blumenau. Sobre sua estadia na Alemanha sabe-se apenas que desejava fazer engenharia, o que era de grande estima de seu pai, mas por algum impedimento não pode fazer e então estudou carpintaria⁹. Era carpinteiro diplomado. Esta informação esta no livro “O que a memória guardou”, de Juventino Linhares. Juventino trabalhou com Immanuel e só soube da formação do patrão porque ficava curioso do gosto que este tinha de, nos dias de folga ou de chuva, quando o movimento era pequeno na livraria, fazer móveis de madeira em uma sala nos fundos de seu comércio. Linhares ainda registrou que quando Immanuel casou a sala de carpintaria sumiu.

A casa comercial de Eugen Currlin em Blumenau e seus cartões postais fizeram tanto sucesso que sua biografia foi lançada em uma revista em Buenos Aires, “El progreso Sud Americano”¹⁰. Com a divulgação de sua fama, Eugen abriu uma filial de sua casa comercial em Itajaí. A primeira nota de jornal encontrada fazendo propaganda para o negócio de Eugen nesta cidade é de 13 de dezembro de 1907 anunciando a venda de brinquedos, enfeites de Natal e material de livraria; o endereço anunciado é Praça da Matriz, esquina com a Rua Lauro Müller. Não se pode afirmar com certeza que nesta data Immanuel já estava em Itajaí administrando esta filial, mas um jornal de 1961, na data de falecimento deste, afirmou que ele veio em 1906 para Itajaí com o intuito de dirigir os negócios de seu pai nesta cidade¹¹. Até meados de 1910, o comércio dos Currlin em Itajaí recebia o nome do pai, Eugen Currlin. Porém, em 21 de julho de 1910, o jornal “A imprensa”, do Rio de Janeiro, divulgou que Immanuel Currlin era o novo responsável pela casa comercial E. Currlin. O nome Eugen Currlin ainda permaneceu e podia ser encontrado em jornais de 1911, mas com o passar do tempo a casa comercial ficou conhecida apenas como “Casa Currlin”, que era anunciada como

9 LINHARES, 1997, p.218.

10 Jornal República, Florianópolis, 16 de julho de 1903, nº 121.

11 Jornal O Popular, 24 de fevereiro de 1961, nº 97.

livraria, papelaria, tipografia, possuindo ainda artigos de armarinhos, perfumarias, chapéus, calçados e brinquedos.

A Casa Currilin era conhecida principalmente por ser o único local na cidade onde se encontrava grande variedade de revistas de circulação nacional e internacional como as famosas Tico-Tico, O Malho, Eu Sei Tudo, Para Todos, Revista da Semana, Chácaras e Quintais e Leitura para todos. E havia também exemplares de revistas de moda com figurinos e moldes: Brasil Moda, La Bresilienne Chic, Álbum das Famílias e Modas y Passatiempos. Os livros também eram favoritos e passaram a receber atenção especial quando Juventino Linhares começou a trabalhar para Currilin (esta seção era a grande paixão de Linhares). A Casa Currilin também vendia chapéus, gravatas, lenços, colarinhos, calçados, pós de arroz, perfumes, botões, navalhas, brinquedos, grampos, toucas para banho de mar, pasta de dente, música para piano, lança perfume, sementes de flores e hortaliças, cartões postais, artigos para escritório, artigos para jogo de futebol, etc. Sobre os artigos que eram vendidos, a neta de Immanuel, Lúcia, lembrou que o avô, perto do Natal, solicitava à fabricante de brinquedos Estrela um exemplar de cada brinquedo disponível; quando estes chegavam ele desocupava sua sala de estar no andar superior e fazia uma exposição de brinquedos. Assim, as crianças poderiam admirar a exposição, escolher seus presentes que eram encomendados pelos familiares à Currilin. Era uma forma de não ficar com muitos brinquedos no estoque e somente solicitar ao fabricante o que já estava vendido.

*Cartaz do filme jardim de Allah.
1937. Acervo: Família Currilin.*



A Casa Currilin funcionou na esquina da Rua Lauro Müller com a Praça da Igreja Matriz de 1907 até o fim de 1925. Em janeiro de 1926, a Casa já havia se instalado em outro endereço, na Rua Lauro Müller, com mais espaço, dois andares, quintal e um grande terreno que limitava no outro extremo com a Rua XV de Novembro. A antiga casa comercial foi destruída para dar lugar ao Edifício Olympio, do cunhado de Currilin, Olympio Miranda Júnior.

De meados de 1910 até pouco antes de seu casamento, Immanuel acumulou muitas funções. Durante todo este período foi tesoureiro da Igreja Luterana em Itajaí. Em 1911 iniciou sessões cinematográficas no Teatro Guarani com o chamado Cinema Ideal. Foi secretário da Sociedade Guarani por três mandatos seguidos, de 1911 a 1914. Enquanto estava ligado a todas essas funções ainda administrava a Casa Currilin onde se dividia entre o atendimento no balcão e os serviços de tipografia que realizava nos fundos da loja. Neste período o movimento



em seu comércio não era muito intenso, quando um de seus funcionários, o tipógrafo Conrado Miranda, deixou o cargo na loja para assumir uma função nos telégrafos. Currilin trabalhou sozinho, somente com o auxílio de um rapaz que distribuía o que havia sido impresso. Porém, o trabalho na tipografia logo começou a aumentar, pois os engenheiros que chegaram à cidade, responsáveis pela Estrada de Ferro, solicitavam muitos serviços¹².

*Cartão Postal nº 8 com
vista para a Praça Vidal
Ramos. Fotógrafo:
Immanuel Currilin. Acervo:
Família Currilin.*

Foi então que, diante deste significativo aumento de trabalho, Currilin contratou um caixeiro para sua loja, o jovem Juventino Linhares. O rapaz trabalhou com Immanuel por dez anos e lá começou a dedicar-se ao jornalismo. Muitas histórias sobre Currilin só chegaram à atualidade porque ficaram registradas nas crônicas que Linhares publicou em jornal e que posteriormente foram reunidas em um livro de título “O que a memória guardou”. Em uma dessas crônicas, o jornalista lembrou o dia em que foi contratado:

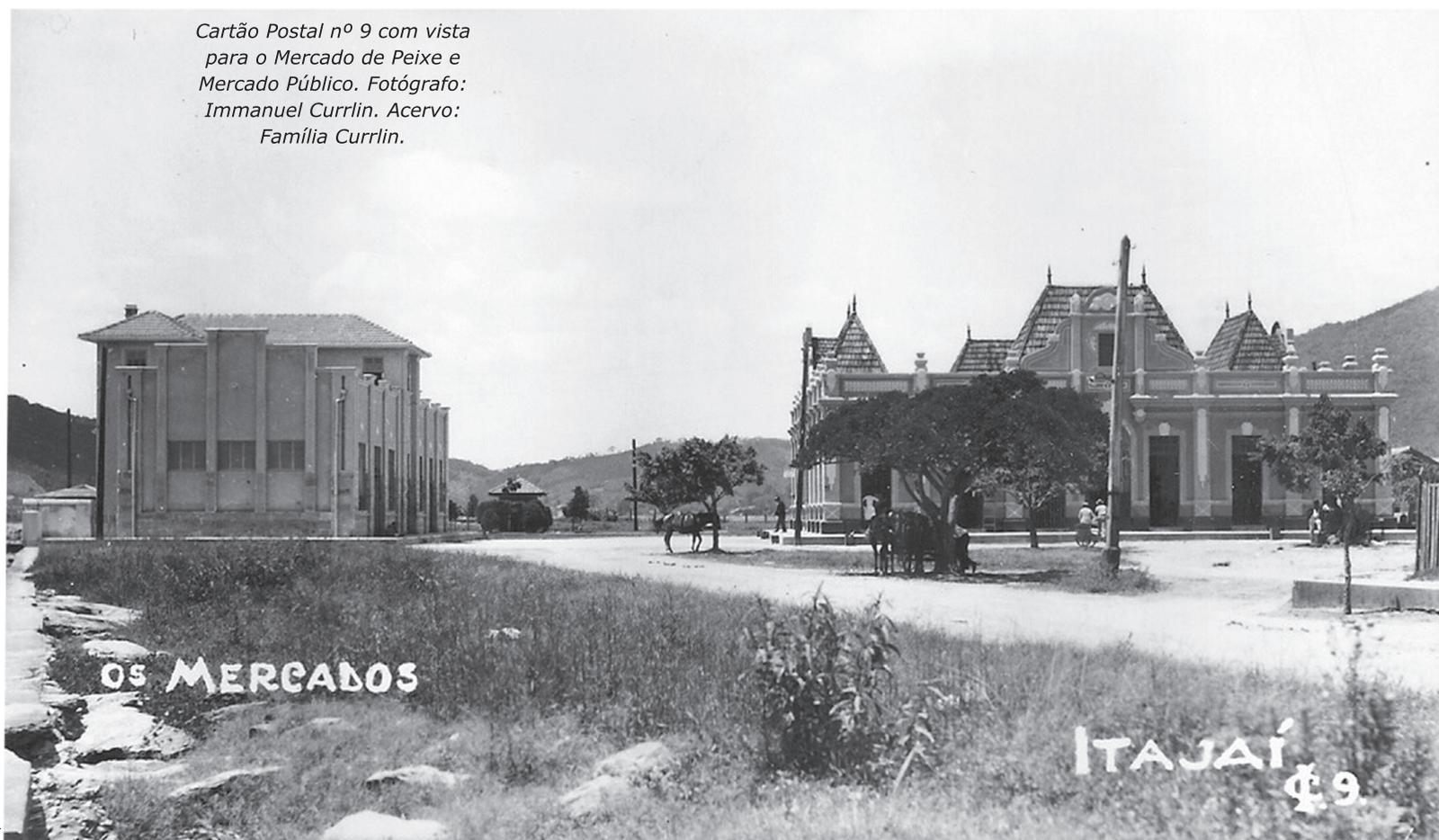
Recebi, porém, uma relação dos materiais e livros requeridos e fui investigar os preços. Quando penetrei, para tal fim, na Livraria Currilin, onde o movimento era intenso, o proprietário me chamou reservadamente e perguntou-me se não me interessava trabalhar ali como caixeiro já que o Conrado Miranda, que prestava serviços no balcão e na tipografia, apresentava-se para ingressar no telégrafo. A oferta surpreendeu-me e alegrou-me; era muito mais do que eu poderia almejar na vida comercial de então: o contato permanente com a tipografia, a qual tanto me afeiçoara; as portas do cinema, a principal e quase única diversão da cidade, abertas ao meu dispor e, sobretudo, o convívio com o mundo dos livros, amigos silenciosos, prestativos e leais que tanto me fascinavam. A resposta afirmativa ocorreu sem vacilações. E alguns dias depois eu me apresentava no novo posto onde deveria permanecer no decurso de dez anos. (LINHARES, 1997, p.214)

¹² LINHARES, 1997, p.217.

Juventino gostava de trabalhar na Casa Currlin. Foi lá que iniciou sua carreira como jornalista. Em julho de 1918, ele e o patrão lançaram o primeiro exemplar do jornal “O Commercio”. A distribuição era gratuita e os anunciantes pagavam pela publicação de suas propagandas. Em todos os exemplares pode se encontrar anúncios da Casa Currlin e do Cinema Ideal. Além das propagandas, o jornal apresentava notícias, poesia, indicações literárias e sinopses de filmes em cartaz no Cinema Ideal. Juventino ficou no cargo de diretor do jornal e seu colega, Pedro Baptista da Silva, era o gerente. Assim permaneceram até que, em 1924, foi anunciada a saída de Juventino e Pedro de “O Commercio”, pois compraram a tipografia do jornal “O Pharol” e passariam para aquela edição, ficando no cargo do jornal de Currlin os senhores Jayme Vieira e Manoel Costa. Naquele ano foi iniciada a cobrança pelo “O Commercio”: o leitor poderia escolher por comprar sua assinatura anual, receber pelo correio ou comprar o número avulso. Não se sabe ao certo quando o jornal de Currlin deixou de ser editado. O último exemplar encontrado no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí é de 08 de abril de 1926.

Dois anos depois do desaparecimento de “O Commercio” a Casa Currlin lançou outro jornal, “Cinema Ideal,” cujo principal objetivo era divulgar os filmes em cartaz naquele cine. Além disso, trazia notícias e propagandas. Este jornal não durou muitos anos e o último exemplar encontrado data de 28 de abril de 1929. Apesar do curto período de duração, ele traz ricas informações sobre os cinemas adquiridos por Currlin em 1928. Segundo Lúcia, o avô fechou a tipografia após Wilfredo, seu filho

Cartão Postal nº 9 com vista para o Mercado de Peixe e Mercado Público. Fotógrafo: Immanuel Currlin. Acervo: Família Currlin.





*Cartão Postal
nº 21 com vista
para Procissão de
Nossa Senhora
dos Navegantes.
Fotógrafo: Immanuel
Currlin. Acervo:
Internet.*



mais velho, acidental-se em uma das máquinas amputando um dos dedos da mão. Provavelmente, a partir deste momento, o jornal “Cinema Ideal” não foi mais editado.

Immanuel se lançou no ramo das sessões cinematográficas em 1911 com a aquisição de um cinema que já estava instalado na Sociedade Guarani. A primeira propaganda do Cinema Ideal encontrada em jornais da época é de maio de 1911. A partir de então são comuns os anúncios, nos jornais “O Pharol” e “Novidades”, dos filmes que seriam exibidos. Quando surgiu o jornal “O Commercio”, em 1918, as propagandas do Cinema Ideal ganharam maior espaço e com a edição do jornal “Cinema Ideal” ganharam ainda maior destaque. Levados pela fama do cinema de Currlin, muitos memorialistas da cidade de Itajaí acreditam que este foi o único cinema a existir na cidade até a década de 30, mas na verdade muitos outros foram abertos na cidade, porém sem alcançar sucesso duradouro.

Um dos concorrentes do “Ideal” era o Cinema Estrella. Suas sessões iniciaram no ano de 1912. Em 1914, por motivo de o negócio ter novos acionistas, o nome do cinema foi alterado para Íris, mas não foi assimilado pelos itajaienses e continuou com o antigo nome. Ainda surgiram o Cinema Catholico e o Cinema Círculo, em 1914; o Cinema Berlim e o Cinema Itjahy, em 1915; e o Cine Baby e Cine Victoria, em 1925, sendo que este último era dirigido por Gabriel Collares. Em outubro de 1928, Immanuel Currlin comprou o Cine Victoria e alterou seu nome para Cinema Oriente em homenagem ao local onde o cine estava instalado, pois foi sede da antiga Sociedade Estrela do Oriente. A aquisição gerou protestos e correram pela cidade boatos de que Currlin cobraria mais caro as sessões e que o serviço diminuiria de qualidade. Em sua defesa foi realizada a seguinte declaração no jornal “Cinema Ideal”:

Na semana atrasada e passada, nos lares, nos cafés, alfaiatarias, barbearias, costureiras, enfim em toda parte em que se encontravam duas pessoas juntas o assunto era o seguinte: O Cine Victoria passou ao Currlin? Deus nos livre!

Agora teremos preços dobrados, fitas que não prestam, não virão mais os filmes da Metro, da Paramount nem da Fox. Não haverá mais orquestra...

E assim por diante, foram os comentários sobre a aquisição do Cine Victoria pela Empresa Currlin.



Por este motivo, caros leitores, queremos dizer algumas verdades, para que todos saibam a nossa intenção.

A Empresa Currilin não visou prejudicar o publico itajaiense ao realizar a compra do Cine Victoria, e sim poder dedicar a este ramo de negócio o maior interesse possível, oferecendo ao publico as melhores produções que vem ao nosso estado, como sejam os magníficos filmes da Metro, Paramount, Fox, Universal, First National, Programas Diamond e Matarazzo, classificando-os e oferecendo-os por preços realmente populares e possivelmente com o acompanhamento de suas excelentes orquestras.

*Cartão Postal nº 35 com
vista para Itajaí. Fotógrafo:
Immanuel Currilin. Acervo:
Família Currilin.*



Já na corrente semana ofereceu duas sessões, sendo uma no Victoria e outra no Ideal, com boas produções e acompanhadas pelas respectivas orquestras, por preços populares de 1\$000 a entrada geral.

E assim continuará, enquanto não lhe faltar apoio dos seus distintos frequentadores. Naturalmente não poderá exhibir, por estes preços, as grandes super e super máxima produções, que terão aumento de preço, relativo, mas, sempre ainda conservará os preços mais baratos do estado, fama esta que sempre teve e também continuará a preservar. Esta aí, pois, o nosso programa e esperamos que os comentários acabem.

Temos dito e esperamos aplausos gerais. (JORNAL CINEMA IDEAL, 7 DE OUTUBRO DE 1928, Nº 21).

Antes de adquirir o Cinema Victoria, Currlin abriu outra casa de projeções, o Cinema Popular, na Vila Operária. Ele comprou um prédio da Construtora Catharinense, responsável pela Vila, e começou a mobiliá-lo em junho de 1928. Em agosto, adquiriu um novo aparelho de projeção cinematográfica que instalou no Guarani para o Cinema Ideal e o antigo aparelho daquele local foi para o Cinema Popular. Não se encontrou a data exata de inauguração do novo cinema, mas em



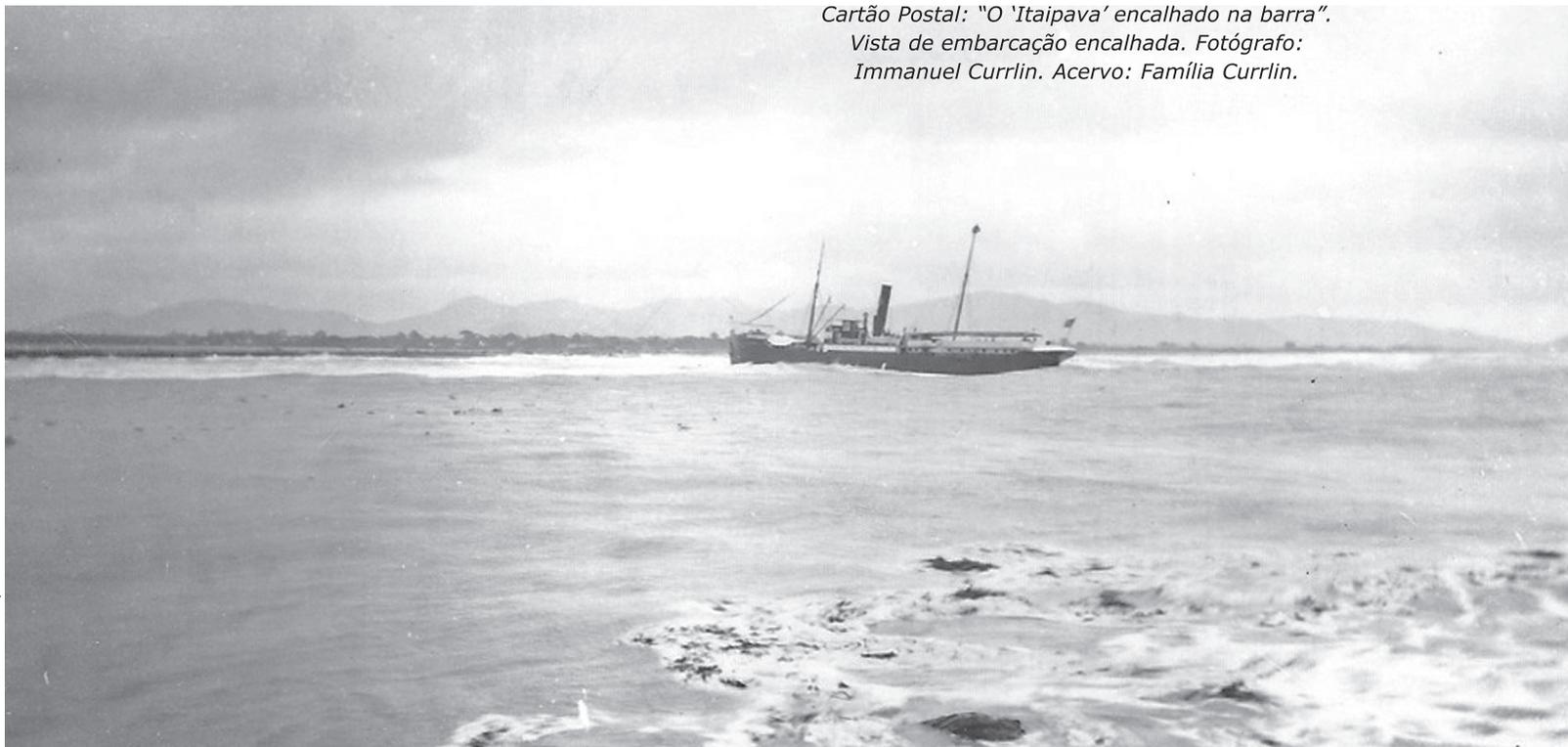
Cartão Postal nº 78 com vista para pescadores em Cabeçudas. Fotógrafo: Immanuel Currlin. Acervo: Família Currlin.

outubro daquele ano já estava em funcionamento. A compra do prédio provavelmente já havia sido planejada há tempos por Currlin, já que ele era sócio daquela Construtora desde que ela surgiu e acompanhou os planejamentos da construção da Vila Operária.

No final da década de 30, Currlin iniciou a construção de uma grande sala de cinema nos fundos de sua casa, com frente para a Rua XV de Novembro. Sua intenção era passar o Cinema Ideal para aquele local, porém, a construção ficou alguns anos parada e no final dos anos 40 foi vendida para a firma Lenzi e Gazaniga, dos irmãos Emílio e Osmar Gazaniga e Otávio Lenzi, que conclui a obra e a inaugura no dia 23

de dezembro de 1948 como Cine Rex, com capacidade para 700 pessoas e aparelhos modernos. A partir de então, sabe-se que na década de 50 Otávio rompeu a sociedade com os Gazaniga e inaugurou o Cine Luz. Entretanto, não há mais informações sobre os cinemas de Immanuel Currlin.

*Cartão Postal: "O 'Itaipava' encalhado na barra".
Vista de embarcação encalhada. Fotógrafo:
Immanuel Currlin. Acervo: Família Currlin.*



Os cinemas e a casa comercial não foram os únicos empreendimentos de Currlin; houve outras tentativas como a montagem de uma fábrica de Gasosas em sociedade com Henrique Jenné, ou a produção de óleo de sassafrás com Max Garmatter Filho, em 1943, experiências mal sucedidas. Em meados de 1915, quando só havia um proprietário de carro em Itajaí, Currlin comprou o primeiro exemplar da marca alemã Orix que chegou à cidade. Foi Busso Asseburg quem lhe vendeu, com a primeira agência daquela marca em Santa Catarina. A firma só recebeu dois carros Orix, um amarelo e outro azul, eram famosos. Apesar de serem considerados possantes e confortáveis não eram apropriados para as estradas da região, muito estreitas e esburacadas. Quando os Fords chegaram à cidade fizeram mais sucesso, pois, apesar de serem “mais feios e desengonçados”, segundo a opinião da época, eram mais leves e muito mais baratos. Com a compra do amarelinho, como era chamado seu Orix, Currlin passou a cobrar por passeios em seu veículo, o que costumava acontecer quando algum visitante desejava conhecer melhor a cidade. As viagens eram até Cabeçudas, Brusque e Camboriú, mas nunca iam além desse limite devido as más condições das estradas. Analisando os lucros obtidos, Currlin comprou o segundo

Orix para o qual contratou um chofer, que neste caso foi Pedro Laus. Algum tempo depois, em meados de 1915, o senhor Otto Nieburh adquiriu um Ford e desejava prestar serviços de condução com o veículo em Itajaí, mas a preferência geral era pelos Orix de Currlin, “mais vistosos e cômodos”¹³.

Juventino Linhares contou em uma de suas crônicas que um dos cartões postais mais vendidos na época era uma vista da Rua Hercílio Luz com os dois carros de Currlin aparecendo. Todos queriam este postal, pois mostrava como a cidade de Itajaí estava “moderna”.

E este jogo de mostrar nos cartões postais o que seus colecionadores e remetentes mais admiravam era uma especialidade de Currlin. Em meados da década de 10 e 20 do século XX o que os itajaienses mais desejavam para a cidade era fazê-la ser e parecer moderna. Esse desejo de mostrar-se era completado com os cartões postais de Currlin que enfatizavam aspectos da cidade que atestavam esse progresso. Certamente, essa habilidade Immanuel aprendeu com os postais confeccionados por seu pai.

Segundo Carla Fernanda da Silva, em “Grafias da Luz: representação e esquecimento na Revista Blumenau em Cadernos”, em que analisou alguns postais de Eugen Currlin publicados na Revista Blumenau em Cadernos, há nas imagens comercializadas por Eugen uma ocultação das áreas rurais e indesejadas de Blumenau. O mesmo ele fez nos postais de Itajaí, as áreas focalizadas eram o porto, a Rua Lauro Müller, Rua Hercílio Luz, a Igreja Matriz e o Consulado Alemão, locais da cidade

¹³ LINHARES, 1997, 233-237.



À esquerda casa de veraneio de Immanuel Currlin e à direita casa de veraneio da família Bauer. Fotógrafo: Immanuel Currlin. Acervo: Família Currlin.

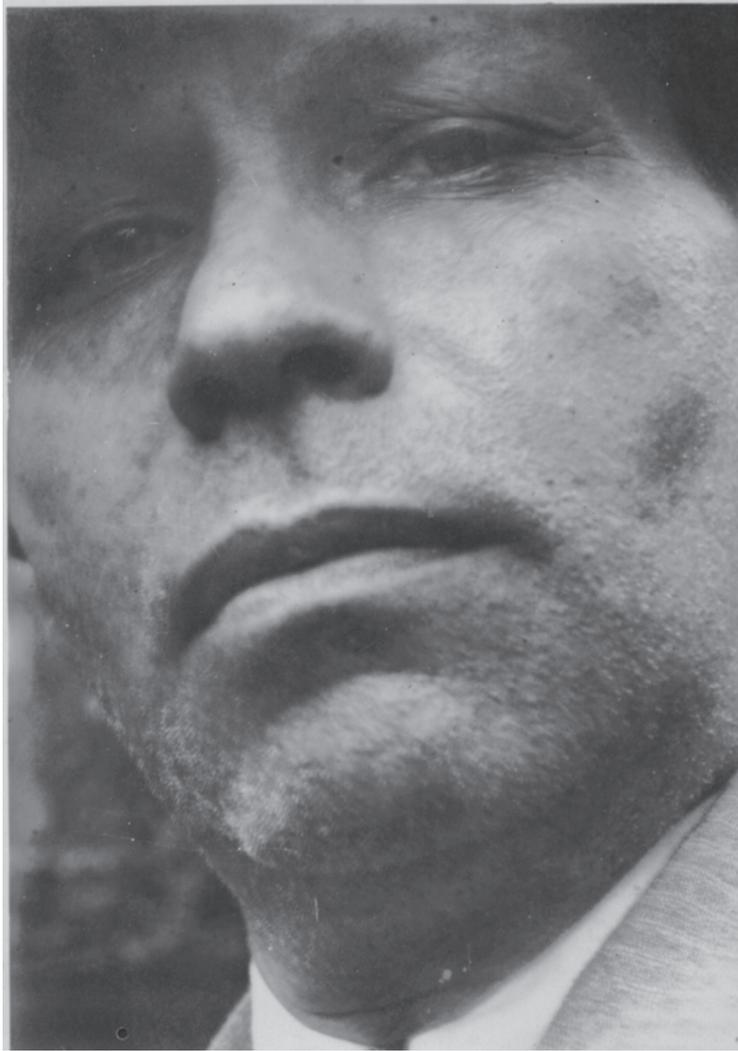
que eram considerados nobres. Para Clara ele “conduz o nosso olhar para espaços que dão visibilidade a ordem, progresso, higiene e beleza...”¹⁴ e ainda “mostra-nos uma cidade renovada, em busca de uma sintonia com o discurso do progresso...”¹⁵. Estas mesmas conclusões podem ser levadas em consideração ao analisar os cartões postais produzidos por Immanuel Currlin.

Sua primeira série de cartões postais encontrada circulou em 1915. Eles são numerados e identificados com seu nome e o nome do local apresentado. Não se sabe ao certo quantos exemplares compõem esta coleção, foram encontrados apenas os de número 1, 4, 5, 6, 7 e 8. A primeira delas direciona a vista para a Rua Lauro Müller, esquina com a Rua Hercílio Luz, onde estão estacionados dois carros que possivelmente são os de marca Orix adquiridos por Immanuel. Neste postal é possível observar a Casa Currlin, o Consulado Alemão, a Casa de Harry Hundt e da família Konder, entre outros. Foi sem dúvida um espaço elitizado da cidade com construções que cabiam no desejo de progresso e modernidade. O exemplar de número 4 mostra o Grupo Escolar Victor Meirelles, onde havia o mais alto grau de estudo na cidade; em sua frente há também um carro estacionado. Para uma cidade que até 1919 só havia quatro carros, Currlin soube utilizar-se dos seus para garantir uma impressão de cidade moderna em seus postais. O de número 8 é uma imagem da Igreja Matriz. Os demais parecem mais curiosos, são três imagens da praia de Cabeçudas, sendo uma do Bico do Papagaio (pedra em formato do pássaro), e as outras duas são fotos posadas, em que homens de terno e gravata se exibem na areia e nas pedras da praia, trajes logicamente inapropriados para a beira-mar. Existe, entretanto, um objetivo por parte do fotógrafo em mostrar nesta cena resumidamente o que era Cabeçudas em 1915. Sabemos que aquele balneário passou a ser ocupado para veraneio no início do século XX, mas o fluxo de visitantes só se tornou significativo na década de 20. É muito claro que os veranistas não costumavam aventurar-se na areia ou nas pedras em roupas de gala; possuíam trajes apropriados com calções, camisolões, maiôs e toucas de banho. Mas, no caso de mostrar que aquele recanto, habitado quase somente por algumas famílias de pescadores e que era a nova moda das elites da época, foi necessário evidenciar através dos trajes galantes a presença desta burguesia. Não são revelados os casebres, os pescadores, a falta de infraestrutura para receber os veranistas, mas apenas a beleza da natureza com areia, pedras, mar e a elegância de seus personagens.

Esta situação muda na segunda coleção de cartões postais encontrada. Este outro grupo de imagens têm características diferentes: é da década de 40; mais extenso, a maior numeração encontrada foi 102; a identificação de Currlin está na sigla IC sobrepostas apenas; as imagens são mais amplas, não focalizam apenas um edifício mas procura ampliar o contexto urbano; aparecem várias imagens tiradas a distância,

14 SILVA, 2011, p. 506.

15 SILVA, 2011, p. 507.



Immanuel Currlin. Acervo: Família Currlin.

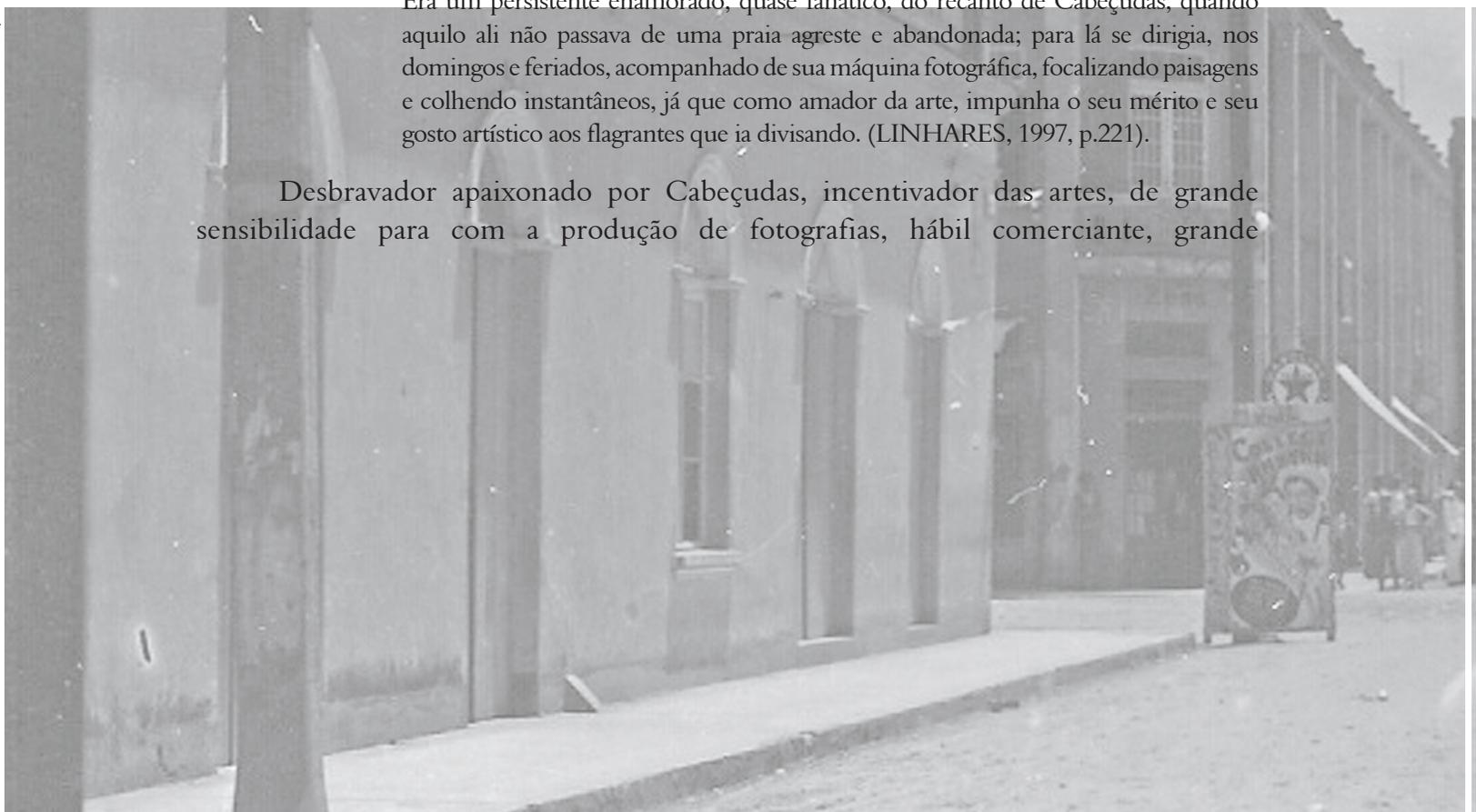


muitas de cima de morros e prédios. Dos trinta e oito cartões postais que foram identificados desta coleção 17 são de Cabeçudas. As imagens desta praia não são mais posadas, mas procuram evidenciar no que o balneário se transformou: um recanto agradável, com infraestrutura apropriada para veraneio, com modernas arquiteturas e um hotel “chique” para bem atender seus requintados hóspedes. Destes 17 postais apenas 1 mostra os pescadores intencionalmente. Outras pequenas coleções foram encontradas, mas estas não contavam com a identificação de Currilin.

Immanuel foi um desbravador de Cabeçudas. Ele foi um dos primeiros a possuir casa de veraneio naquela localidade. Além disso, através de seus postais, foi um divulgador daquele recanto. Mas não era apenas com os postais que realizou tais registros, existem diversas fotografias por ele produzidas mostrando seus filhos na praia, sua esposa posando, a casa de veraneio, os colegas e parentes que lá também veraneavam como o seu cunhado Olympio Miranda Júnior. Naquele balneário Currilin fez grande amizade com Paul Herbst, o proprietário de um pequeno hotel, o primeiro em Cabeçudas, e foi escolhido para ser padrinho do neto do sr. Herbst. Havia uma relação de companheirismo e amizade quase familiar entre os primeiros veranistas de Cabeçudas. Não há dúvidas, a beleza de Cabeçudas realmente atraía o livreiro:

Era um persistente enamorado, quase fanático, do recanto de Cabeçudas, quando aquilo ali não passava de uma praia agreste e abandonada; para lá se dirigia, nos domingos e feriados, acompanhado de sua máquina fotográfica, focalizando paisagens e colhendo instantâneos, já que como amador da arte, impunha o seu mérito e seu gosto artístico aos flagrantes que ia divisando. (LINHARES, 1997, p.221).

Desbravador apaixonado por Cabeçudas, incentivador das artes, de grande sensibilidade para com a produção de fotografias, hábil comerciante, grande



empreendedor, dedicado à família e, apesar de sua fisionomia reservada e carrancuda, como disse Linhares, “era um homem de caráter apurado e de lealdade a toda prova”¹⁶. E esse foi Immanuel Currlin a quem Itajaí deve esta homenagem.

REFERÊNCIAS

- CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. **Uma história do lazer nas praias: Cabeçudas - SC, 1910 - 1930**. Itajaí: Ed. Univali, 2003. 187 p.
- CLUBE de Cabeçudas. **Jornal do Povo**. Itajaí. 19 jul. 1953.
- CURRLIN, E. [Carta] 23 set. 1988, São Paulo [para] D'ÁVILA, Edison., Itajaí. 1f. **Informações sobre Immanuel Currlin**.
- FAGUNDES, Thayse; YUNES, Gilberto Sarkis. A revelação do balneário de Cabeçudas pela fotografia. Itajaí/SC. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 7., 2013, Pelotas. **Anais do VII SIMP**. Pelotas: Ufpel, 2013. p. 282 - 292. Disponível em: <<http://ich.ufpel.edu.br/simp/7/arquivos/anaisA.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- JAPP, Lúcia Currlin. **Immanuel Currlin**. [nov. 2014]. Entrevistadora: Thayse Fagundes. Porto Belo, 2014. 1 arquivo mp3 (1h 03min 04seg).
- LINHARES, Juventino. **O que a memória guardou**. Itajaí: Ed. Univali, 1997. 329 p.
- ROTHBARTH, Marlene Dalva da Silva; SILVA, Lindinalva Deóla da. **Famílias de Itajaí: Mais de um século de história**. Itajaí: Ed. do Autor, 2005. 2 v. 360 p.
- SILVA, Carla Fernanda da. Grafias da luz: representação e esquecimento na Revista Blumenau em Cadernos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3., 2011, Londrina. **Anais**. Londrina: Uel, 2011. p. 500 - 514. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Carla_Fernanda_da_Silva.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.



16 LINHARES, 1997, p.217.

Memórias do Futebol:

FLAMÊNGO e VASCO

em ITAJAÍ

FERNANDO ALÉCIO - JORNALISTA

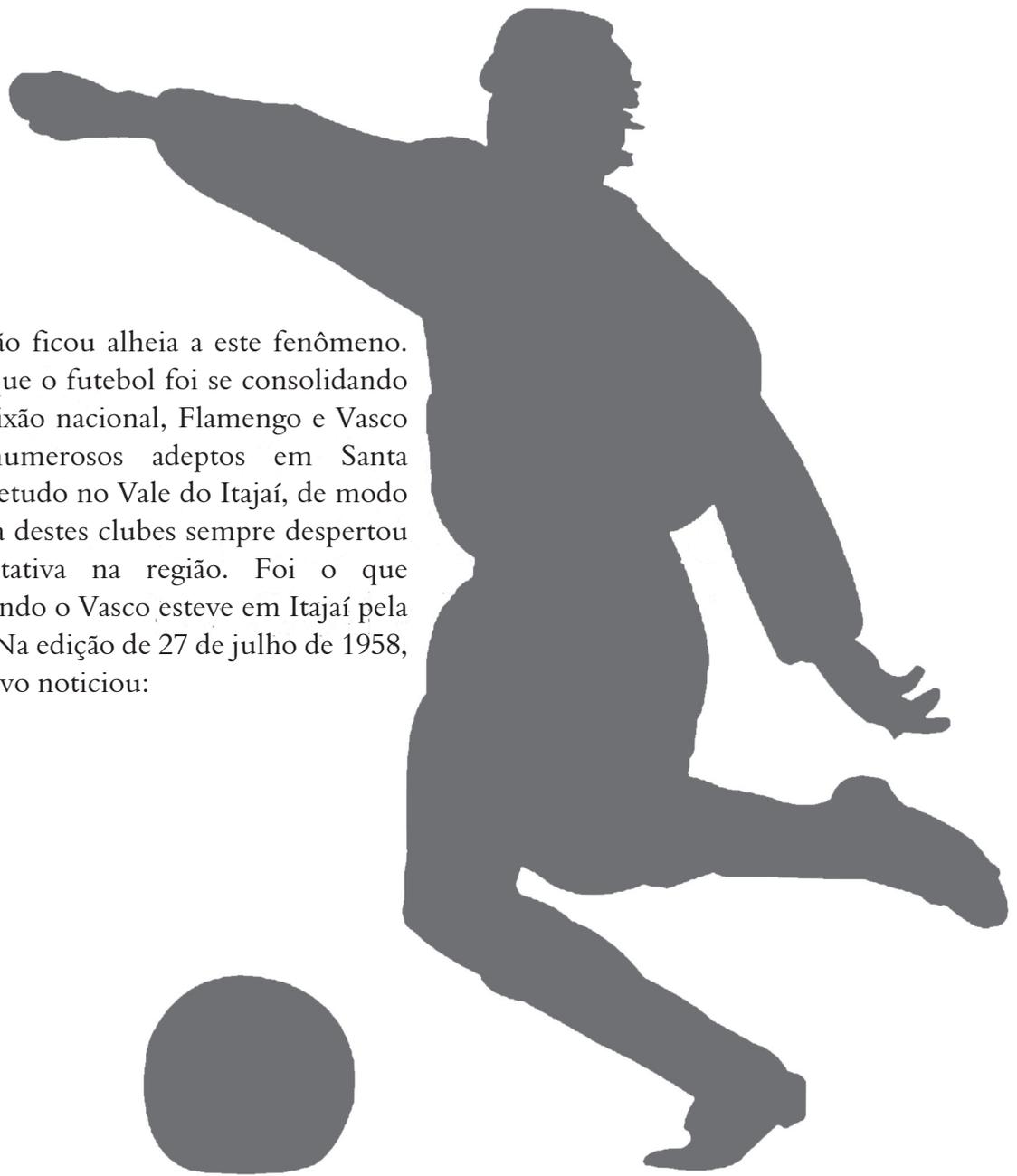
*Britinho zico luiz carlos –
Britinho, Zico e Luiz Carlos no
amistoso do Flamengo contra o
Marcílio Dias em 1976. Acervo
pessoal do ex-jogador Luiz Carlos.*



NO PASSADO, ERA COMUM que os clubes de maior expressão do futebol nacional viajassem para disputar amistosos pelo Brasil afora. Além de uma fonte de renda extra nos períodos de intervalos entre as competições oficiais, estas excursões proporcionavam uma aproximação com a legião de torcedores que estas equipes possuem pelos rincões do país. Os grandes times cariocas, especialmente Flamengo e Vasco da Gama, conquistaram enorme popularidade devido às transmissões da Rádio Nacional, cujo sinal era captado em ondas curtas em vários estados brasileiros, mesmo os mais distantes do Rio de Janeiro.



Itajaí não ficou alheia a este fenômeno. À proporção que o futebol foi se consolidando como uma paixão nacional, Flamengo e Vasco angariaram numerosos adeptos em Santa Catarina, sobretudo no Vale do Itajaí, de modo que a presença destes clubes sempre despertou grande expectativa na região. Foi o que aconteceu quando o Vasco esteve em Itajaí pela primeira vez. Na edição de 27 de julho de 1958, o Jornal do Povo noticiou:



A cidade está festiva com a chegada ontem da delegação do C. R. Vasco da Gama, da Capital Federal, que veio cumprir um contrato há muito firmado com o sr. Camilo Mussi para uma partida amistosa frente a equipe do C. N. Almirante Barroso, com exclusividade no Estado de Santa Catarina. A equipe vascaína se apresentará logo mais integrada de todos os seus titulares, inclusive Bellini, Orlando e Vavá, campeões do mundo de 1958. Grandes festividades foram programadas em homenagem aos vascaínos e o Banco Inco ofertará três medalhas de ouro como homenagem do povo





O capitão Bellini com a Taça Jules Rimet em Itajaí, no campo do Barroso, em 19 de junho de 1960. Acervo FGML/CDMH.

de Itajaí aos três campeoníssimos. A embaixada vascaína está hospedada no Hotel Cabeçadas onde vem sendo cumulada de gentilezas por parte dos esportistas e simpatizantes locais.

Para decepção do público e dos organizadores, os jogadores Bellini, Orlando Peçanha e Vavá, que menos de um mês antes

havam conquistado a Copa do Mundo com a Seleção Brasileira, na Suécia, não vieram. O Almirante Barroso, por sua vez, se reforçou com oito jogadores de outras equipes de Santa Catarina, entre eles Teixeira, que atuava no Carlos Renaux de Brusque e até hoje é considerado o melhor jogador catarinense de todos os tempos.

O “onze” barrosista ficou tão desfigurado que o Jornal do Povo, na crônica do jogo publicada na edição do domingo seguinte, nem sequer mencionou o nome do clube então presidido por Camilo Mussi e tratou a partida como um amistoso entre Vasco e uma seleção do Vale do Itajaí. Os reforços de última hora do Barroso não conseguiram evitar a derrota, mas ofereceram um teste duro ao esquadrão de São Januário, que venceu por 3 a 2. O árbitro do amistoso foi o ex-jogador e estivador Horácio Júlio da Silva, o popular Zicão.

Dois anos depois, o Vasco retornou a Itajaí para disputar um amistoso contra a seleção da cidade. O jogo fez parte das comemorações do centenário da emancipação política do município e foi realizado no dia 19 de junho de 1960, no estádio do Barroso. Desta vez o escrete cruzmaltino veio completo, com os campeões mundiais de 1958. Até a Taça Jules Rimet foi trazida pela delegação vascaína. Exibida antes do jogo, a taça passou a noite guardada no cofre do Banco Inco e no dia seguinte ficou exposta na Casa Zimmermann, uma loja de tecidos da cidade. Não se sabe se era a taça original ou uma réplica. A passagem do Vasco por Itajaí repercutiu além das fronteiras de Santa Catarina. Na semana que antecedeu o jogo, o jornal Correio da Manhã, de Curitiba, noticiou:

Reina desde já grande entusiasmo na cidade de Itajaí, que domingo próximo verá a equipe do Vasco da Gama integrada pelos seus principais valores, destacando-se o “capitão” Luiz Bellini, o médio Orlando, campeões mundiais, Pinga, Sabará, Delém, que recentemente participaram dos jogos da “Copa Rocca”, além da

“Taça Jules Rimet”, que é o motivo de maior atração. Caravanas estão sendo organizadas nesta Capital e nas principais cidades do interior para se dirigirem a Itajaí, a fim de ver o Vasco jogar contra o combinado itajaiense.

Quando a bola rolou, o Vasco não quis saber de festa e aplicou uma goleada de 5 a 1 no combinado itajaiense, que reunia principalmente jogadores do Marcílio Dias e do Barroso, entre eles Lóca, Mima, Idésio e Aquiles. Com menos da metade do primeiro tempo, os cariocas já venciam por 4 a 0. Os tentos do Vasco foram assinalados por Ronaldo, aos 6 e 12 minutos, Sabará aos 19 e Pinga aos 21 minutos da primeira etapa. Delém, aos 3 minutos do segundo tempo, fechou a goleada. O gol de honra dos itajaienses foi anotado pelo craque marcilista Idésio, quando transcorriam 37 minutos da etapa final.

Após o jogo, os integrantes da delegação vascaína foram recebidos em um jantar de confraternização com os esportistas locais. Bellini, Orlando e Delém foram ainda homenageados em um animado baile oferecido pelo Grêmio Recreativo Sebastião Lucas, entidade constituída pela comunidade negra da cidade.

O Vasco voltaria a jogar em Itajaí em mais quatro ocasiões, todas em amistosos diante do Marcílio Dias, a saber: Marcílio Dias 0 x 3 Vasco, em 16 de dezembro de 1976; Marcílio Dias 0 x 1 Vasco, em 25 de novembro de 1981; Marcílio Dias 1 x 1 Vasco, em 11 de fevereiro de 1984; e Marcílio Dias 0 x 0 Vasco, em 28 de novembro de 1987. Conta-se que no dia do jogo de 1984 caiu uma chuva torrencial, a arrecadação foi menor que o previsto e o Vasco teria regressado ao Rio de Janeiro sem receber o valor combinado. A dívida teria sido quitada pela diretoria marcilista algum tempo depois...

Situação muito diferente ocorreu em 14 de fevereiro de 1976, ocasião em que o Flamengo jogou pela primeira vez em Itajaí, a convite do Marcílio Dias. A presença do Rubro Negro despertou grande interesse não só na cidade portuária, mas em todo o Vale do Itajaí. Houve venda de ingressos em Blumenau, Brusque, Gaspar e Balneário Camboriú. No dia da partida, vários postos de venda foram instalados nas imediações do Estádio Dr. Hercílio Luz para facilitar a aquisição das entradas.

De acordo com o Jori e proporcionou uma renda (cerca de 30 mil dólares na c

Vereador Nilton Kucker ao lado do campeão mundial Orlando Peçanha na recepção ao Vasco no aeroporto de Itajaí, em 1960. Na foto também aparece Gabriel Collares, fundador do Marcílio Dias. Acervo FGML/CDMH.





Equipe do C. R. Vasco da Gama em Itajaí, 1960. Acervo FGML/CDMH.

padrões do futebol itajaiense). O valor arrecadado superou em três vezes as despesas estimadas pelos dirigentes do Marcílio Dias – incluindo o cachê do Flamengo, no valor de 85 mil cruzeiros. O sucesso do evento motivou um artigo, publicado no *Jornal do Povo*, sobre a necessidade de melhorias nas dependências do estádio:

O estádio Dr. Herício Luz se tornou pequeno diante daquele numeroso público perante ao espetáculo futebolístico entre Marcílio Dias versus Flamengo, do Rio de Janeiro. Mais uma vez ficou comprovado de que se o jogo reunir bons antagonistas, o público prestigiará. E o jogo de sábado é um espelho fiel disso. Muita gente deixou de assistir a partida por falta de acomodações. [...] Os grandes jogos atraem muitos turistas (o jogo de sábado, por exemplo, atraiu dezenas de pessoas do Paraná) e com isso todos lucram. Mas é preciso que o estádio Dr. Herício Luz seja ampliado, para proporcionar acomodações a um público numeroso. E o dia que isso for feito, podem estar certos que Itajaí se tornará a maior força esportiva do Estado.

Embora fosse apenas mais um amistoso para o Flamengo, a imprensa do Rio de Janeiro deu destaque para a partida de Itajaí. Em matéria de alto de página, o *Jornal do Brasil* noticiava: “O amistoso que o Flamengo disputará às 21 horas contra o Marcílio Dias, no Estádio Hercílio Luz, adquiriu uma importância muito grande porque o time carioca estará defendendo a sua invencibilidade de 12 partidas”. O time itajaiense vivia um bom momento e foi elogiado na matéria do *Jornal do Brasil*:

Não é só a invencibilidade do Flamengo e a grande forma de Zico que despertam interesse pela partida desta noite em Itajaí. O Marcílio Dias, seu adversário, também está invicto na atual temporada e, como o time carioca, credenciado por uma excelente vitória em seu último amistoso, quando venceu o Racing, da Argentina, por 2 a 1.

Um dos principais destaques daquele Marcílio de 1976 era o ponta-esquerda Lico, que depois de atuar no Avaí e no Joinville foi contratado, em 1980, pelo próprio Flamengo. Na Gávea, Lico formou parte do esquadrão rubro-negro que conquistou três campeonatos brasileiros (1980, 1982 e 1983), a Copa Libertadores da América e o Campeonato Mundial de Clubes em 1981, ao lado de Zico, Júnior, Nunes e outros craques.

Dentro de campo, o jogo não teve nada de amistoso. Jogadas ríspidas de ambos os lados marcaram a partida. O Flamengo saiu na frente com um gol de Zico logo aos 8 minutos. O Marcílio empatou aos 33 minutos com Britinho, que aproveitou uma bola mal recuada pela zaga carioca. No segundo tempo, o visitante chegou ao segundo gol com Caio, aos 9 minutos. Carlinhos do Parque cometeu falta violenta em Zico e foi expulso. Aos 25 minutos, o próprio Zico aproveitou rebote do goleiro Tico e fechou o placar: 3 a 1.

O Flamengo se apresentou em Itajaí em mais duas oportunidades. Em 9 de junho de 1982, sem Zico e Júnior, que estavam com a Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Espanha, derrotou o Marcílio Dias por 1 a 0, gol contra o zagueiro Paulinho Portugal. Exatamente doze anos depois, em 9 de junho de 1994, o time mais popular do Brasil fez sua última exibição diante do público itajaiense, empatando em 1 a 1 com o Marinheiro.

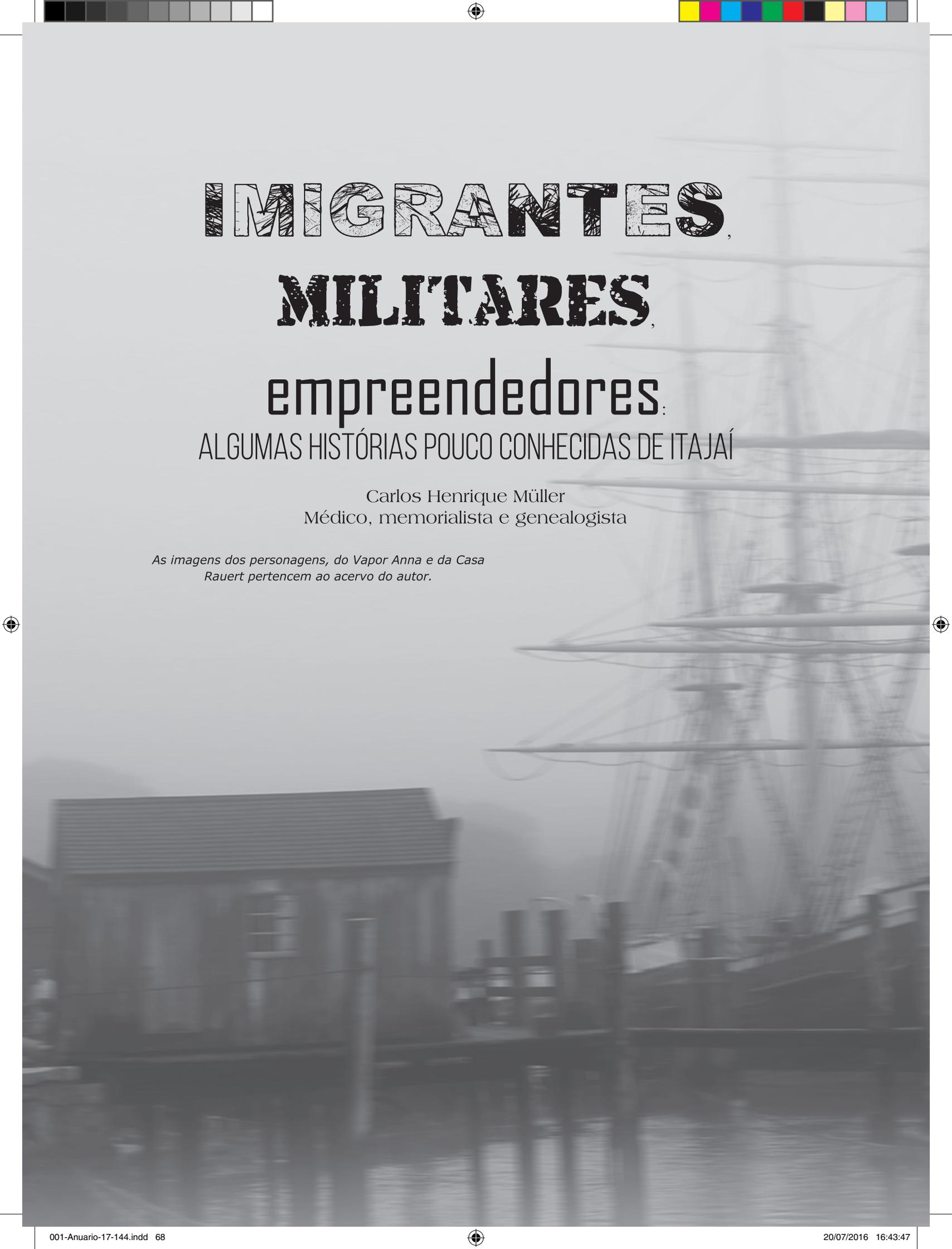
Cabe ainda registrar um episódio ocorrido em 1952, quando o Flamengo veio a Santa Catarina para disputar um amistoso contra o Clube Atlético Carlos Renaux, da cidade de Brusque. No dia 12 de janeiro, véspera do jogo, a delegação rubro-negra desembarcou no antigo aeroporto de Itajaí, localizado na Barra do Rio. A simples presença do Flamengo na cidade, mesmo que por alguns momentos antes de seguir para Brusque, foi o suficiente para que uma grande multidão comparecesse ao aeroporto para saudar os atletas flamenguistas. O então presidente do Flamengo, Gilberto Cardoso, recebeu uma taça como demonstração do carinho dos simpatizantes do clube na cidade. Até o prefeito Paulo Bauer se fez presente para recepcionar oficialmente a comitiva flamenguista de passagem por Itajaí.



*Taça Jules Rimet
exposta em Itajaí.
Acervo FGML/CDMH.*

REFERÊNCIAS

Jornal do Povo (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
 Correio (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
 Correio da Manhã (Curitiba) – acervo digital da Biblioteca Nacional
 Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) – acervo digital da Biblioteca Nacional



IMIGRANTES,
MILITARES,
empreendedores:

ALGUMAS HISTÓRIAS POUCO CONHECIDAS DE ITAJAÍ

Carlos Henrique Müller
Médico, memorialista e genealogista

*As imagens dos personagens, do Vapor Anna e da Casa
Rauert pertencem ao acervo do autor.*



DURANTE O PERÍODO COMPREENDIDO entre o início da Colônia Blumenau e os primeiros anos da República, muitos imigrantes optaram por ficar em Itajaí, ou para cá vieram, depois de algum tempo vivendo na Colônia. Uns foram trabalhadores comuns, outros foram empreendedores e criaram indústrias pioneiras. Existem muitas histórias esquecidas destas pessoas e seria praticamente impossível contá-las em uma pequena crônica, de modo que apenas alguns relatos foram escolhidos para este texto.

Em um passado bem distante, um militar norte-americano investiu na exploração, beneficiamento e comércio de madeiras na barra do rio. Era ele o Tenente Coronel Crawford Allen Junior, um veterano, e também condecorado, oficial do exército americano, da época da guerra civil nos Estados Unidos. Nascido em Providence, Rhode Island, em 1840, ele era filho de Crawford e Sara Allen, e neto de um renomado Professor da Universidade Brown, onde ele estudou. Era um homem culto, pertencente a uma família de grandes posses e após o término dos seus estudos, ele viajou por diversos países da Europa, indo também à China e a algumas ilhas do Oceano Índico. Retornou ao seu país um pouco antes de eclodir a guerra civil, da qual ele participou pela União, no período de 1861 a 1865.

Ele veio para o Brasil em data incerta, em torno de 1868. Como ele soube da exploração de madeiras no vale do Itajaí e porque decidiu para cá se aventurar é ainda um fato a ser pesquisado, mas isto parece demonstrar que as madeiras oriundas do vale eram de uma qualidade conhecida muito além das fronteiras do Brasil. Possivelmente foi por intermédio do comerciante Fernando Hackradt, sócio do Dr. Blumenau, com quem mantinha contato comercial, que ele tenha optado por construir seu empreendimento aqui. A serraria possuía modernas máquinas movidas a vapor para aquela época, com capacidade de produzir em torno de oitenta dúzias de tábuas por dia e ficava localizada cerca de dois quilômetros da barra do rio. As instalações foram concluídas no início do ano de 1869. Além da máquina principal, havia outras duas, para lixar e para plainar madeiras. A propriedade era equipada, ainda, com grande quantidade de ferramentas, um alojamento para hospedagem de operários, além de um grande terreno que servia de depósito para a produção.



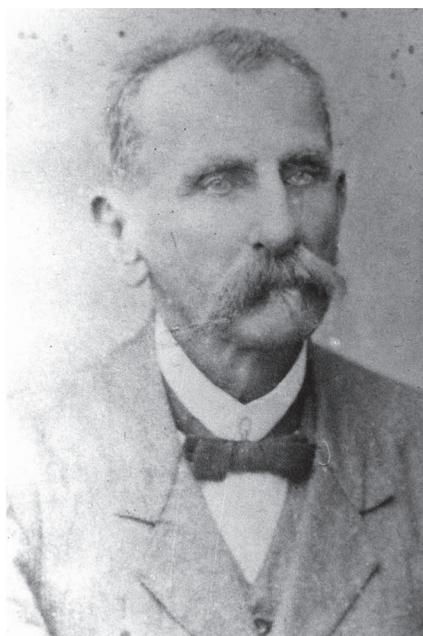
O empreendimento já funcionava durante quase um ano, quando o Coronel Allen adoeceu, sendo levado para a capital da Província, aonde ele recebeu assistência médica prestada pelo Dr. Duarte Schuttel. Talvez tenha sido este agravo de saúde o fator que tenha contribuído para Allen, ao retornar a Itajaí, autorizar o comerciante Antonio Pereira Liberato a vender aquela propriedade. Pouco tempo depois, ele seguiu para o Rio de Janeiro, de onde partiu em definitivo, em fevereiro de 1870, para os Estados Unidos. Como as despesas médicas ficaram sem pagamento, o Dr. Schuttel entrou com uma ação para que seus honorários fossem descontados da venda da serraria, o que se concretizou somente quatro anos depois. Infelizmente, Crawford Allen não deixou nenhum manuscrito conhecido sobre este

breve período de tempo em que esteve trabalhando na barra do rio. Ele se casou e viveu com sua família em sua cidade natal, até vir a falecer precocemente em 1894.

O novo proprietário ou talvez arrendatário se chamava Paul Wetten, um imigrante norueguês que chegou ao Brasil em 1851, com destino a Colônia Dona Francisca, onde não quis ficar, seguindo para Desterro e, posteriormente, para Itajaí, aonde construiu um engenho de serrar madeira na localidade de Brilhante. Viveu neste mesmo local com sua família por quase vinte anos, até se transferir para a serraria construída por Allen. Nela continuou trabalhando até em torno de 1878, quando então ele se mudou para a região do Rio Canoas, em Luiz Alves. Na grande enchente de 1880,

ele perdeu a sua casa, todos os três filhos homens e duas das filhas mulheres. Além da sua família, também foram atingidas as famílias Balbino, Bossi e Santos, somando um total de vinte e cinco pessoas que ali faleceram na ocasião. Paul Wetten ainda era vivo em 1890, sendo desconhecida a sua data e local de falecimento.

Alguns anos depois, o certo é que a propriedade foi adquirida por Marcos Konder Sênior, que em 1894 cedeu a propriedade para o negociante Rudolph Krause, oriundo de Tubarão. Krause montou ali, em sociedade com Konder, uma nova fábrica de serrar madeira, chamada “Progresso Catharinense”, inaugurada no mesmo ano e que foi visitada por Lauro Müller no ano seguinte. Produzindo caixas de madeira para o acondicionamento de charutos, frutas, legumes e grãos, ele dirigiu este empreendimento até o ano de 1903, quando então a propriedade foi vendida pela família de Konder, já falecido na época, para o Senhor Gottlieb Reif, que manteve ali, exclusivamente, a produção de caixas para charutos, até que ali construiu, em 1911, juntamente com outros sócios, aquela que viria a ser a Companhia Fábrica de Papel Itajahy.



Carlos Hugo Praun

São bem conhecidos os nomes de Germano Willerding e de Carlos Hugo Praun, como veteranos da guerra do Paraguai. Porém, outro alemão que participou como voluntário da pátria naquela guerra e aqui se radicou, foi o Primeiro-Sargento, maquinista de terceira classe, Carlos Mellies (Karl Friedrich Mellies). Oriundo de Leckow, na Província de Belgard, na Pomerânia, onde nasceu em 1843, ele emigrou para Blumenau aos dezoito anos de idade. Com o início do conflito, ele se voluntariou para o exército, mas acabou sendo contratado pela Marinha de Guerra do Brasil para ser chefe de máquinas de um navio a vapor. Quando terminou sua participação no conflito, ele

seguiu para a cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, aonde casou e viveu pelo menos até

1875, quando naquele exato ano, já separado da esposa, chamada Rita Blandina da Costa Guimarães (esta foi brutalmente assassinada pela própria irmã, num dia em que a cidade comemorava a festa da Nossa Senhora).

Após esta época, viveu por tempo incerto no Rio de Janeiro e também no Uruguai, antes de retonar para Santa Catarina. Vindo para Itajaí, onde seu irmão Alberto já residia, ele exerceu durante muitos anos a função de maquinista do rebocador a vapor “Jan”. Este rebocador, em razão da grande quantidade de fumaça que sua caldeira



Germano Willerding

expelia, era chamado de “Bückling”, (expressão em alemão que significa “arenque defumado”). Esta embarcação fez o transporte de cargas entre Blumenau e Itajaí e serviu por muitos anos, exclusivamente, como rebocador para os navios que chegavam e partiam do porto. Carlos Mellies exerceu esta atividade durante muitos anos e viveu só e em idade avançada em sua residência na barra do rio, falecendo no ano de 1915.

Dos capitães de navio, Joaquim Rauert foi, juntamente com Albert Stein, Hans Philipp Hansen e Peter Sorensen, um dos poucos comandantes de longo curso que faziam a rota do porto de Itajaí, que aqui viveram e que não tinham ascendência portuguesa. Embora Rauert seja citado como norueguês, ele na verdade apenas iniciou sua vida de marítimo naquele país. Seu nome de batismo era Johannes Joachin Rauert, e ele nasceu em Puttgarten, na ilha de Fehmarn, no norte da Alemanha, no dia 28 de agosto de 1849, sendo ele descendente de um antigo clã daquela ilha, cujos mais antigos registros desta família datam do ano de 1365 e estão guardados em um museu. Lá ele casou com sua primeira esposa, Johanna Catharina Rosenberger, em 1881, e também foi ali que nasceu sua filha mais velha, Maria, a qual, mais tarde, se casaria com Julio Willerding. Ele veio para Santa Catarina antes de sua esposa e a da filha, as quais emigraram em 1887, tendo a família se estabelecido inicialmente em Joinville.

No Brasil nasceram os outros dois filhos do casal: Frida, que casou com Germano Gropp, e o mais novo, Germano, nascido em 1890. Foi após o nascimento deste que Rauert e sua família vieram residir em Itajaí, adquirindo uma propriedade na Rua Brusque, em um local que ficou conhecido naquela época como “Vila Rauert”. Ele fez muitas viagens entre a Europa e o Brasil, sendo que em uma oportunidade, realizou uma longa viagem até o porto de Macau, na China. Em Itajaí, ele foi sócio de Guilherme Asseburg e coproprietário do Lugre “Dom Guilherme”, sendo o primeiro comandante desta embarcação e mais adiante, o comandante do Patacho “Blumenau”. Além destes, ele havia sido comandante do Patacho “Hortensia”.

Sua esposa faleceu em Blumenau em 1899, e ele casou novamente, com Melanie Wandall, três anos após. Foi o Capitão Rauert quem doou, em 1911, o primeiro sino, que ele mesmo trouxe da Europa, para a antiga Igreja Luterana de Itajaí. Posteriormente, quando da construção da nova igreja, este mesmo sino foi doado para a Igreja da Comunidade de Balneário Camboriú. Ele faleceu em 1929, com quase oitenta anos



de idade. Seu único filho homem, Germano, seguiu a profissão do pai, tirando a sua carta de Comandante de navio pela capitania dos portos em Florianópolis. Inicialmente Capitão do vapor “Fidelense”, da Companhia de Navegação São João da Barra de Campos, do Rio de Janeiro, logo passou

O paquete “Anna”.

a trabalhar na Empresa Nacional de Navegação Hoepcke, de Florianópolis, aonde comandou por quase duas décadas o paquete “Anna”. Casado em Blumenau com Bertha Baumgarten, com quem teve três filhas, ele veio após a morte do pai residir na antiga propriedade da família, aonde mandou construir a famosa “Casa Rauert”. Germano teve três filhas, e uma delas, Juta Rauert, depois de viúva, retornou para Itajaí para residir naquela casa até o seu falecimento, em 1997.

Na primeira guerra mundial, muitos alemães tentaram seguir para a Europa para lutar pela pátria, mas foram impossibilitados de seguir viagem devido ao bloqueio naval imposto pela marinha britânica. Não foi com esta intenção que Germano Friese acabou participando daquela guerra e sim contra a sua vontade, pois era uma pessoa de caráter pacífico e humanista e sua vida já estava totalmente integrada no Brasil. Nascido em Dresden, em 1874, ele emigrou com vinte anos de idade e seguiu diretamente para Itajaí. Logo que chegou, trabalhou como ferramenteiro e diarista em obras, mas ele era um mecânico de formação. Depois de alguns anos, ele casou com Paulina Müller, viúva de Henrique Ehrlich e filha do construtor Guilherme Müller.



Germano Friese já havia conseguido, em poucos anos, construir um razoável patrimônio. Dono de um moinho de beneficiar arroz na cidade, em torno de 1906, ele criou diversas máquinas para beneficiamento de grãos e folhas, destinadas para o uso na agricultura e na indústria. Foi no período que antecedeu a primeira guerra mundial que ele viajou para a Alemanha com o objetivo de patentear uma de suas máquinas.

Sendo reservista do exército alemão, ele foi impedido de deixar o país, e assim, ele foi incorporado às fileiras do 23º Regimento de Artilharia de Campo da Brigada da Saxônia, no posto de Sargento. Foi ferido em combate, estando internado durante meses no Hospital Militar, em Berlim. Retornando às fileiras do exército, pouco antes do término do conflito, ele foi feito prisioneiro na região da atual Polônia. Passados dois anos após o término do conflito, a família conseguiu localizá-lo. Quando foi libertado, ele seguiu para a França, de onde partiu do porto de Havre, em agosto de 1920, para enfim poder retornar ao Brasil. Nos anos seguintes, ele trabalhou como agente de comércio marítimo entre Itajaí e o Rio de Janeiro até quase a década de 1940, quando ficou viúvo e voltou em definitivo para cá. Ele faleceu às vésperas de completar um século de idade, no ano de 1974.

REFERÊNCIAS

- BARTLETT, John Russell. **Memoirs of Rhode Island Officers**, who were engaged in the service of their country during the great rebellion of the south. Providence, Rhode Island. Sidney S. Rider & Brother. 1867.
- DEEKE, Niels. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do autor.
- JORNAL A Regeneração. Desterro, 13 de março, 1869.
- JORNAL A Regeneração. Desterro, 24 de julho, 1869.
- JORNAL Itajahy. Itajaí, 18 de agosto, 1929.
- JORNAL República. Desterro, 28 de setembro, 1894.
- JORNAL O Estado. Desterro, 14 de novembro, 1893.
- MÜLLER, Carlos Henrique. **Subsídios para a genealogia e história das famílias Müller, Schneider, Friese e Ehrlich**. Arquivo pessoal do autor.
- MÜLLER, Carlos Henrique. **Evangelische Gemeinde Itajahy**. A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Itajaí. Arquivo pessoal do autor.



O CINEMA E DEPOIS

OS GIBIS

OS

HIPPIES

Emerson Ghislandi
Jornalista



LEMBRO COM NOSTALGIA da troca de gibis na frente dos cinemas. Tínhamos na década de 60 e parte dos anos 70 o Cine Itajaí, o Cine Luz e o Cine Rex, poucos mas o suficiente para tornar os nossos domingos mais emocionantes. Eram tantas revistinhas em quadrinhos que um amigo me ajudava a carregar.

Chegávamos uma hora antes do filme começar, trocávamos gibis, vendíamos, levantávamos algum dinheiro

para a matiné e ainda sobrava algum para uma saborosa bananinha com choco leite numa pequena pastelaria na rua Hercílio Luz, não me recordo o nome. Lembro-me bem é do Samuara e do Cristal Lanches, pontos de encontro da juventude da época. E depois, já adolescente, do badalado Seares Bar, na rua Lauro Müller.

Devo ter assistido à maioria dos filmes de faroeste, que quando demoravam a começar ou algum corte era feito, todos batiam os pés no chão e assobiavam, fazendo uma grande algazarra. Extravasávamos!!

E esta cena: o bandido montado no cavalo, revólver em punho. No chão o mocinho caído com um tiro de raspão no braço e, ao lado dele, um saco de moedas

espalhadas. O bandido, com sua peculiar cara de mau grita, apontando a arma ao mocinho: - pegue as moedas! Clima de tensão na sala do cinema, público em silêncio total, olhos pregados na tela e, de repente, lá do fundo escuro da sala vem o berro estridente: -nããããão!! Riso geral. Foi realmente hilariante! Sempre havia os engraçadinhos e suas tiradas que animavam o público.

Corta! Ação! Como esquecer do lendário “O Dólar Furado”, com o ator italiano Giuliano Gemma, ícone dos westerns spaghetti e que ficou famoso por seu papel de Ringo. Velhos e bons tempos!! Foram nestas três salas de exibição que assisti aos grandes clássicos: Ben Hur, Spartacus, El Cid, A Queda do Império Romano, E o Vento Levou, Os Dez Mandamentos, Noviça rebelde, Guerra e Paz e tantos outros. Antológicos!

Mas eu era fanático mesmo por quadrinhos. Tinha todos, desde os de Walt Disney e Maurício de Sousa até Superman, Batman, Fantasma, Homem de Ferro, Hulk, Flash Gordon, Luluzinha, Bolinha, Bolota, Popeye, Zé Carioca, Riquinho, Tarzan, Homem Aranha, Capitão América, Capitão Marvel, Zorro. Enfim, eram tantos os títulos que fica difícil relacionar assim, de cabeça.

Aliás, a minha referência para uma boa gramática começou com a leitura dos gibis. Eram sempre muito bem escritos e gramaticalmente impecáveis. Transformaram-se no estímulo primeiro para me enveredar na leitura dos grandes mestres da literatura. Alguns anos durou essa deliciosa febre do troca-troca de gibis na frente dos cinemas.

Depois, mais crescidinhos, a adolescência nos reservou uma outra mania não menos divertida: as chamadas festinhas americanas e a moda das calças Lee, cobiçadas ao ponto de serem roubadas dos varais daqueles mais incautos. Eram a vestimenta indispensável dos anos rebeldes e da geração hippie.

O movimento hippie apareceu disposto a oferecer uma visão de mundo inovadora e distante dos vigentes ditames da sociedade capitalista. Em sua maioria jovens, os hippies se entregavam a uma vida regada por sons, drogas alucinógenas e a busca por outros padrões de comportamento. Ao longo do tempo, ficariam conhecidos como a geração da “paz e amor”. Mas aí já começaria uma outra e fantástica história!

Fachada do Cine Rex, março de 1977. Arquivo do Jornal de Santa Catarina (14 e 15 de abril de 2012. Imagem cedida pelo autor.





O LEAL DA MALÁRIA:

histórias sobre o surto de malária em Itajaí e o trabalho de Osvaldo Leal

GISELLE LEAL KRISCHNEGG



A MALÁRIA É A SEGUNDA DOENÇA QUE mais mata pessoas no mundo depois da AIDS. Causada pelo protozoário *Plasmodium*, a moléstia é transmitida pela fêmea do mosquito do gênero *Anopheles*. Ela aniquila os glóbulos vermelhos do sangue causando anemia e debilitando o ser humano e sua característica principal é a sucessão de febres que ocorrem, geralmente, em períodos alternados. A Ásia e a África são os continentes mais atingidos pela doença atualmente. Existem registros de casos de malária no território da Grécia desde o século V antes de Cristo. Em Itajaí, teve seu auge no início década de 1920 e foi erradicada no fim do período de 1970. Era mais freqüente nas comunidades rurais, que viviam próximas das áreas com vasta vegetação, tendo em vista que o principal lugar de reprodução do inseto transmissor do parasita eram as bromélias, dentre elas, as que mais continham larvas do mosquito na região do Vale do Itajaí eram aquelas conhecidas como “gravatás”.

O processo de urbanização e a conseqüente ocupação das áreas com vegetação densa provocaram o aumento significativo do índice de infecções por malária no Brasil. No início da década de 1920, o Governo Federal deu início ao processo de ocupação territorial, dada sua posição estratégica como porto de exportação de madeira. É nesse contexto que a malária surgiu. As tentativas de unificar o território nacional e adotar medidas de controle de endemias foram intensificadas a partir dos primeiros anos da década de 1930, quando o Governo Federal percebeu que o Brasil possuía um território vasto, mas pouco conhecido. Nessa época, os investimentos em políticas de investigação do território nacional para a implantação de ações públicas que abrangessem a população, não apenas dos centros urbanos, em expansão, como o Rio de Janeiro, então capital da República, mas também no interior.

Foi nesse período que surgiram as grandes campanhas nacionais de Saúde e Educação. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, na década de 1930, começou a implantação de uma estrutura de Estado mais eficiente. O então Ministério da Saúde e Educação teve a responsabilidade de implantar campanhas para por fim ao analfabetismo, que beirava os 90, neste período foram adotadas as medidas de combate às endemias rurais, a exemplo da malária. O Serviço Nacional da Malária foi criado no início da década de 1940, em um quadro de políticas públicas autoritárias influenciadas pelo positivismo.

A malária afetava (e ainda afeta), a economia dos municípios por onde se alastrava. Em Itajaí não era diferente. A partir de 1940, foi implantado o primeiro Posto da Malária, no bairro Cabeçadas. Já no período pós Segunda Guerra Mundial, Oswaldo Leal deu início aos trabalhos na busca incessante pela erradicação da doença. Itajaí era uma cidade estratégica economicamente falando, por isso os investimentos aqui tiveram uma aceleração durante a Era Vargas.



Chegada a Itajaí. Oswaldo Leal - sua esposa Acacira de Lourdes e os quatro filhos: a mais velha, Lígia; Ubirajara; no colo do pai, Lia; no colo da mãe, a então caçula, Léa - in memoriam.

O Serviço Nacional da Malária (SNM) desempenhou papel fundamental na erradicação da enfermidade em Itajaí. Foi atuando neste departamento federal que Oswaldo Leal, conhecido como “Leal da Malária”, começou a atuar realizando coletas de sangue, exames laboratoriais, aplicação de medicamentos, além das medidas preventivas de retirada de bromélias em meio à mata, como forma de eliminar os mosquitos transmissores. Em etapa posterior, foi realizada a aplicação do DDT.

O Serviço Nacional da Malária foi extinto em março de 1956. Neste mesmo ano foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais (Deneru), cujas atribuições eram as mesmas do SNM, além de realizar o tratamento de verminoses e filarioses. O Deneru também era federal. Oswaldo Leal seguiu então suas atividades como servidor deste departamento, dando continuidade aos trabalhos.

Em quatro de julho de 1965, pouco tempo antes do “Leal da Malária” se aposentar, foi instituída a Campanha de Erradicação da Malária (CEM), sob responsabilidade do Ministério da Saúde, uma extensão do Deneru. Quando o controle da moléstia já estava bastante avançado, o Oswaldo Leal se aposentou, no ano de 1968.

Seus filhos Lígia Rosa Leal, Ubirajara Leal e Lia Rosa Leal também atuaram no Deneru e aprenderam um pouco da profissão exercida pelo pai. Lígia atuou ainda em cargo administrativo na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), órgão criado em 1970. Lia exerceu o cargo de educadora sanitária pela CEM durante vários anos.

Em 1988, com a Constituição Brasileira, é que foi implantado o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços de controle e prevenção de epidemias foram descentralizados, passando a funcionar sob responsabilidade dos estados e municípios. Neste período, a malária já havia sido erradicada no Vale do Itajaí. O SUS mudou a saúde pública do país. Foi um movimento que nasceu diante da mobilização dos servidores da Saúde. Com ele, várias ações positivas foram implantadas, desde a prevenção até as medidas de intervenção.

A história de Oswaldo Leal desempenhou um grande papel para a saúde pública do Vale do Itajaí. Ele foi pioneiro neste setor, mesmo tendo apenas formação em curso técnico laboratorial.

Reportar sua luta é um desafio, sobretudo porque ele já não está mais entre nós. Fosse vivo, teria hoje 109 anos de idade. Os maiores obstáculos em remontar sua luta



no combate à malária são: a dificuldade de testemunhos e o número pouco significativo de registros disponíveis em arquivos públicos. A história de Oswaldo Leal atuando no combate à malária narra um momento importante da saúde pública de Itajaí.

Oswaldo Leal costumava repetir aos filhos, e eles aos seus descendentes: “sou Leal até no sobrenome”, e isto se tornou lema da família. Ele não foi grande figura política de Itajaí, mas era respeitado pelos mesmos. O próprio ex-prefeito de Itajaí por cinco mandatos, Marcos Konder, reconheceu sua contribuição pelos serviços antimaláricos no município.

Vários relatos sugerem que Oswaldo Leal era dedicado ao bem estar das pessoas. Foi em Itajaí que ele construiu sua história ao lado da esposa, Acacira de Lourdes Leal, e foi onde os dois criaram seus nove filhos: Lígia, Ubirajara, Lia, Léa, Clélia, Célia, Clarisse e os gêmeos caçulas Ubiratan e Ubiragi.

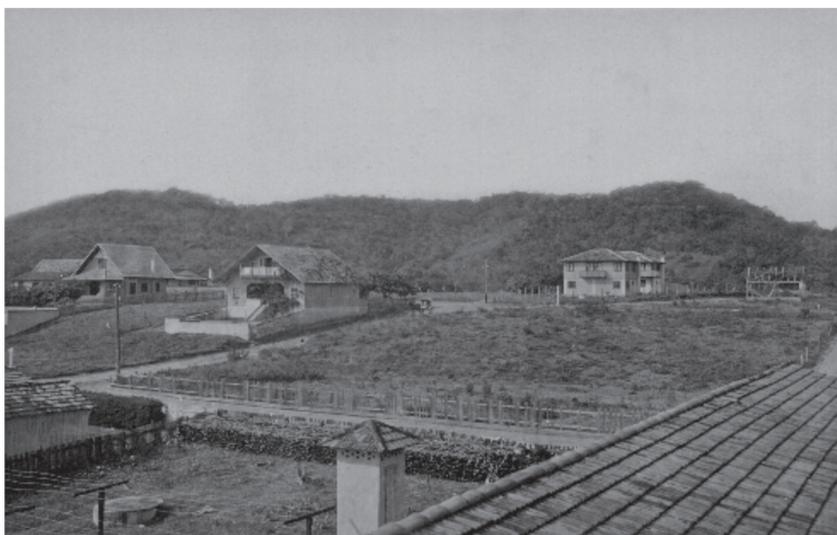
Sua dedicação lhe rendeu uma homenagem póstuma na Câmara de Vereadores de Itajaí (CVI) no ano de 2005, por meio de um projeto de lei ordinária que deu seu nome a uma rua do município.

A trajetória deste homem, que dedicou mais de 20 anos ao combate da malária merece ser contada, porque trata de valores como amor ao trabalho, responsabilidade, e, acima de tudo, LEALDADE.

Oswaldo Leal, no canto, chefiando as equipes que retiravam as bromélias no meio da mata.



Cabeçudas em 1945 - foco de Malária.



HISTÓRIAS QUE SE ENCONTRAM:

Lembro-me quando recebemos de presente um lindo pedaço de bolo, de casamento, e muitos docinhos miúdos. Lembro-me até de quão saborosos eram e que raros, pois, embora a nossa mãe fosse muito perita em bolos e pães, ela caprichava no sabor da massa, mas não se esmerava no acabamento, e, naquela época, nós não estávamos familiarizados com a beleza que costumam ter os doces de datas comemorativas, principalmente casamentos.

Os doces que Lia Rosa Leal se recorda tem um significado especial para ela. Os quitutes foram enviados por Nadir Gallotti Prisco Paraíso, em 1954. O presente era uma forma de agradecimento por sua recuperação após ter sido “mandada de volta a Itajaí para morrer em casa”. Nadir teve malária, numa época em que os médicos, na capital do país, o Rio de Janeiro, a desenganaram. Ela voltou para o município certa de que seu mal não tinha solução. “Ela tinha febre, febre, estava magrinha, magrinha, branca, branca, eu me lembro bem”, conta a irmã de Nadir, Yolanda Gallotti d’Ivanenko.

Lá (no Rio de Janeiro) eles levaram nos melhores médicos... eles não conheciam a malária... acharam que ela estava com tifo. E não estava. Disseram que ela viesse pra morrer em Itajaí. Eles ainda passaram muito rouge, tudo pra ela vir no avião, porque acharam que se desconfiassem que ela estivesse doente, e podia ser uma doença contagiosa, eles não a deixariam embarcar no avião... E ela tinha ido sozinha. A Nadir estava passeando na casa dos nossos tios (recorda Yolanda).

Nadir é filha de José Angeli Gallotti e Maria Ehrlich Gallotti, nasceu em Tijucas e é casada com o médico Henrique Prisco Paraíso. Teve quatro filhos: José Cláudio, Luís Mário, Paulo Sérgio e Carlos Henrique. Além de Yolanda, Nadir tem outra irmã: Ivete Gallotti Blauth.

Dona Nadir veio para Itajaí ainda muito pequena – “Não me lembro quantos anos tinha. Vivi em Itajaí uns 30 anos... Morei em Laguna também”.



Cabeçadas em 1945 - foco de Malária.

Ela não tem idéia de como foi que contraiu malária, mas relata o que aconteceu nos dias seguintes, quando foi ao Rio de Janeiro passar as férias na casa do tio.

Fui pro Rio jovem ainda, e, quando passei por São Paulo, me senti mal. O meu tio, o Luís, me levou ao médico... A gente viajava de trem... Aí o médico disse que eu estava com apendicite aguda. O tio Luís disse que ia me levar pro Rio, pra me tratar lá, porque ele não ia me deixar em São Paulo. Chegando ao Rio, sete médicos não descobriram o que eu tinha. Eu não sei a data, mas sei que era no governo do Getúlio”. (Referência ao ex-presidente Getúlio Vargas). Até o médico do Getúlio foi à minha casa. Foram sete médicos e eles não descobriram. Um único médico lá é que disse que achava que era malária e receitou muito remédio... Mas a minha tia não quis dar, porque achou que não era. Foi a única pessoa, mas ele não deu assim uma afirmação concreta, ele achava que era. Todos queriam me internar no Hospital São Sebastião, achando que eu estava com tuberculose, porque eu emagreci muito.

Até então uma única referência à malária havia sido feita, ainda sem precisão...

Antes de vir para Itajaí, Nadir conversou por telefone com o médico da família, o doutor José Menescal do Monte, então muito conhecido no município.

O doutor Menescal falou comigo e eu disse pra ele o que sentia. Ele me disse - ‘Ô Nadir, eu acho que tu estás é com malária’. Eu ainda estava no Rio, fiquei lá quarenta dias... Ele, (Menescal), me disse - ‘Tens que vir embora logo’. Eu vim pra Florianópolis de avião e daqui eu fui pra Itajaí. Naquela noite mesmo fui falar com o seu Leal... Ele fez o exame e disse com precisão que eu estava com malária. Aí eu fiz o tratamento e fiquei boa. O doutor Menescal me receitou extrato de fígado pra eu ficar mais forte. Tomei injeções de Paludam para me curar da malária, foi o Leal que me falou que depois disso eu ia ficar melhor... Naquele tempo era o que se tomava. Era um injeção doída, que até hoje eu tenho tudo duro aqui (indicando a nádega direita).

O técnico de sobrenome Leal, chamado para verificar se Nadir estava mesmo com malária, retirou uma amostra de sangue, fez alguns exames de lâmina em microscópio



que confirmaram suas suspeitas. Ele se chamava Oswaldo, o pai de Lia. “O Oswaldo Leal, que todos chamavam de ‘Leal da Malária’ era perito. Depois que a Nadir fez esse tratamento ficou totalmente boa”, recorda a irmã de Nadir, Yolanda. O “Leal da Malária” foi chefe do então Serviço Nacional de Malária (SNM), departamento pertencente ao Ministério da Saúde e Educação.

O caso, tão comentado em Itajaí, de acordo com o relato de Lia Rosa Leal, de que a filha de uma família ilustre, a dos Gallotti, fora salva pelo “Leal da Malária”, depois de acometida por uma febre muito forte, demonstra o desconhecimento a respeito da doença por parte dos médicos da época. “A malária era pouco conhecida, não se tinha muitas informações a respeito”, diz Lia.

Quando a Nadir casou com um médico de fora, foi uma festa muito badalada, mas ela não se esqueceu daquele que lhe curara a febre tão misteriosa e desconhecida dos médicos da então capital da República (declara a filha de Oswaldo).

QUEM FOI O LEAL DA MALÁRIA?

Oswaldo Leal nasceu em Biguaçu, Santa Catarina, no dia 20 de dezembro de 1906. Tinha olhos castanhos, porte magro, gostava de vestir-se com simplicidade, mas sempre com bastante elegância, a roupa bem cuidada... Tinha o hábito de usar chapéus (coisa comum aos senhores na época) e o fazia elegantemente. “Ele era um homem muito bem alinhado”, elogia Ilsa Galotti Matias Bonfanti, 83 anos, amiga da família do “Leal da Malária” que contraiu a doença e pediu socorro a Oswaldo.

Ainda muito jovem Oswaldo saiu de Biguaçu. Tinha 18 anos quando e foi para a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, servir no “Tiro de Guerra”, o equivalente ao Serviço Militar. Lá ele conheceu sua esposa Acacira de Lourdes Leal. Só depois foi para Osório, ainda no Rio Grande do Sul. Em Osório atuou na Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e no Corpo de Bombeiros de Osório, antes de concluir o curso de técnico laboratorista do extinto Serviço Nacional da Malária, no qual foi admitido em 1940.

Durante o curso, conheceu os médicos Jorge Barros e Mário Silveira, que participaram de sua festa de despedida antes de começar sua nova jornada como chefe do Serviço Nacional da Malária.

Em 1945 chegou a Itajaí e registrou o momento em fotografia tirada ao lado da mulher e dos quatro primeiros filhos. Foi após firmar residência no município, ele iniciou os trabalhos visando erradicar a malária em toda a região.

“Viemos de ônibus, mas a viagem era longa, durava um dia inteiro, 24 horas, de Osório à Itajaí”, recorda a filha primogênita de Oswaldo, Ligia Rosa Leal, que na época

tinha cinco anos de idade. “Não me recordo de muitas coisas, mas quando chegamos a Itajaí ficamos hospedados no Hotel Prudente Pereira, creio que era onde fica o Grande Hotel hoje, lá no Centro (de Itajaí)”.

Ubirajara Leal, 74 anos, o segundo filho de Oswaldo Leal, tinha quatro anos na época e tem poucas recordações. “Uma imagem que ficou gravada na minha memória foi a de uma baleia morta sendo arrastada por um tipo de guindaste, em Laguna”, recorda. Ubirajara, assim como Lígia e Lia, também trabalhou com o pai na luta contra a malária.

De lá foram morar em Cabeçudas, localidade onde a incidência da doença era bastante significativa, como foi também a região da Praia Brava.

Oswaldo Leal e Acacira de Lourdes Leal, sua esposa, tiveram nove filhos, na ordem: Lígia, Ubirajara, Lia, Léa, Clélia, Célia, Clarisse e os gêmeos Ubiratan e Ubiragi.

Cabeçudas tinha poucas residências e as ruas do bairro ainda não eram calçadas. Ubirajara conta que

Eram ruas de chão de barro e o acesso do Centro até Cabeçudas veio um bom tempo depois. Naquele tempo, eu era ainda criança, eu me lembro que o pai era um dos poucos a ter automóvel, o Jeep da malária. Ele enchia o carro de gente cada vez que ia até o centro da cidade. Vinha muita gente. Os outros moradores que tinham carro não ligavam pro pessoal que precisava de carona, fosse qual fosse o motivo. O pai não, ele dava carona pra todo mundo que precisasse e, se alguém de repente tinha algum problema, uma mulher que estava para dar a luz e precisava de uma parteira, ou uma pessoa doente, que precisava ir ao hospital, era meu pai que mandavam chamar pra fazer as voltas. E o pai não reclamava, era muito prestativo.

A primeira casa que moramos em Cabeçudas ficava na rua de trás da rua da praia, bem na primeira esquina, lá tínhamos vacas, bezerros, galinhas. Eram coisas comuns que as pessoas costumavam ter em casa para sua subsistência. Minha mãe era ótima cozinheira e, por mais que não fosse de preparar pratos refinados, o sabor de sua comida, do seu tempero, era inigualável.

Ele conta que em se tratando de comida, sua família era bem servida.

Não éramos ricos, mas o meu pai comprava sempre um exagero de comida. Acho que herdei essa mania. O pai comprava cachos de banana, caixas de abacaxis e laranjas. A minha mãe fazia muitos pães. A gente comia muito bem, apesar de sermos uma família grande! Meus pais tiveram nove filhos... Nós nadávamos no mar, e era muito bom. Eu não sei como a minha mãe dava conta. O pai trabalhava e ela cuidava de nós....

Escorregar o morro na casca do coqueiro, comer fruta colhida do pé (goiaba, araquá, uva, mamão, entre outras), desafiar o perigo se pendurando na folha do coqueiro

passando de um lado ao outro à beira do barranco... Essa era a rotina dos filhos de Oswaldo Leal, quando não estavam em horário de aula, geralmente durante as tardes.

O meu pai era um homem meio bravo, mas nos passou bons valores. Nós o respeitávamos por isso. Hoje em dia, o respeito para com os pais parece ter se tornado uma coisa rara. O meu pai também me ensinou a ser honesto e honrar meu nome e minha família. Essa foi a principal herança que ele me deixou e que eu repassei às minhas filhas (orgulha-se Ubirajara).

Os netos também se recordam de Oswaldo Leal com saudosismo. “Uma recordação bastante presente pra mim é do vô Leal carregando a gente no colo e dando uva pra gente comer. As uvas que ele mesmo catava dos parreirais que tinha lá na casa de Cabeçudas”, diz Léa Cristina Leal, filha do Bira, neta de Oswaldo.

Heloisa Helena Leal Gonçalves, irmã de Léa, lembra

[...] de muitas coisas, mas o que mais me recordo era que durante as noites o vô gostava que a gente fizesse silêncio para poder observar o mar da sacada da casa de Cabeçudas. Ele ficava sentado, na cadeira de balanço, olhando para o horizonte, parecia se perder nos seus pensamentos.

A casa de Cabeçudas construída por Paulino Leal, que mantinha unida a família de Oswaldo, o “vô Leal” para os netos, já tem mais de 60 anos. Possui sete quartos, um deles ainda com os móveis que pertenciam a Oswaldo e Acacira com uma penteadeira, uma cômoda, um roupeiro e uma cama, todos em mogno. Foram construídos, posteriormente, um banheiro, em anexo a este quarto e outro banheiro no quarto que fica ao lado, cujas portas de madeira do tipo que abre para os dois lados, como uma porta de guarda roupas, se encontram uma em frente à outra. No sótão, mais quatro quartos espremidos entre o chão e o telhado inclinado, com janelas do tipo venezianas protegidas por grades de ferro, provavelmente para que os filhos pequenos de Oswaldo não corressem o risco de cair lá de cima. Ainda no sótão, uma clarabóia ilumina a escada no centro do corredor que separa os quartos. O chão é de madeira, do tipo “taco”. A casa passou por uma reforma promovida por Ubirajara, que se sente na obrigação de manter preservado o patrimônio da família.

Tive que mudar algumas coisas, trocar telhas e algumas tábuas por causa dos cupins. Também encurtei a sacada, pois houve um desbarrancamento muito grande no morro que beira o entorno da casa. Ainda assim dá para identificar muitas coisas que existiam naquela época e que não mudaram até hoje (comenta o Bira).

A casa, o mato, a vista para o mar, conferiram aos familiares de Oswaldo Leal uma certa tranquilidade e um apego à natureza. O “Leal da Malária”, conforme descrevem alguns familiares, parecia ser um homem que gostava de viver bem e de fazer o bem. Que cuidava da família e se sentia realizado em ajudar os outros. Que



preservava valores como amizade e solidariedade. E que vivia rodeado de amigos. E era considerado um líder, não por imposição, mas pelo seu carisma. Enfim, na antiga Cabeçudas, ali, naquela casa, no morro, viveu uma família que soube aproveitar a vida, graças ao conforto que Oswaldo Leal lhes garantiu com muito trabalho. Diz Bira:

Hoje, nos meus 74 anos, vivo de bem, comigo e com minha consciência, porque sei que aprendi a dar valor às coisas simples e porque sei que nunca agi em desacordo com os valores que meu pai me passou e que fiz muitas coisas boas.

Oswaldo Leal, o “Leal da Malária” ou o “vô Leal”, cuidou bem daquilo que amava.

MEMÓRIAS

UMA AMIZADE:

O “Leal da Malária”, modo como era conhecido em Itajaí, foi figura respeitada por políticos locais em virtude dos trabalhos que realizou voltados à erradicação da malária. Ele recebeu o reconhecimento do ex-prefeito de Itajaí e ex-deputado estadual Júlio César, a quem cuidou quando contraiu malária no município de Apiúna, em 1955. O ex-prefeito de Itajaí por quatro mandatos e ex-deputado estadual por três mandatos, Marcos Konder, também tinha grande apreço pelo “amigo Leal”, como tratava Oswaldo. Declara Lígia Rosa Leal, filha do “Leal da Malária”:

Marcos Konder, assim como o “Leal da Malária”, era morador de Cabeçudas e os dois tinham longas conversas à beira mar. “Às vezes eles passavam horas conversando e o Marcos Konder costumava chamar o meu pai de amigo e parente, nunca descobrimos o porquê, pois até onde conheço a genealogia da família, não tínhamos parentes em comum. Deve ser pela grande consideração que o Marcos Konder tinha pelo pai.

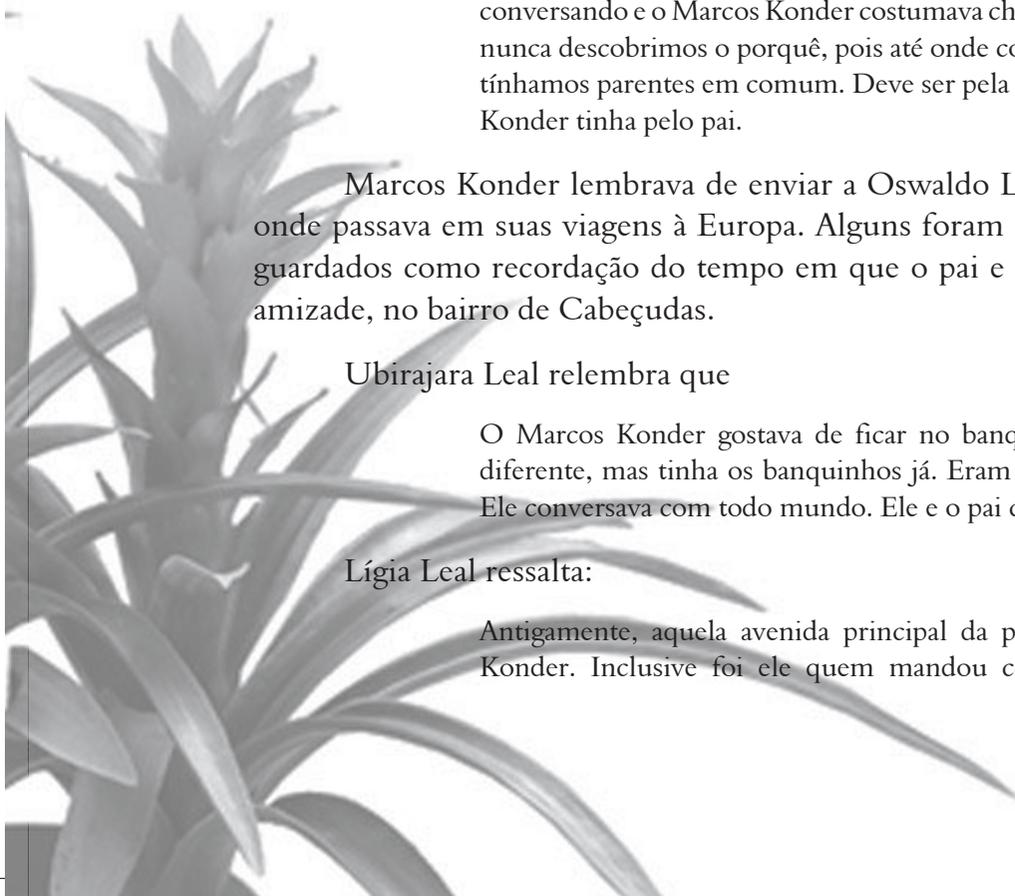
Marcos Konder lembrava de enviar a Oswaldo Leal os postais dos lugares por onde passava em suas viagens à Europa. Alguns foram encontrados pela filha Lígia e guardados como recordação do tempo em que o pai e o político mantinham acesa a amizade, no bairro de Cabeçudas.

Ubirajara Leal relembra que

O Marcos Konder gostava de ficar no banquinho, lá onde é a pracinha. Era diferente, mas tinha os banquinhos já. Eram de ferro trabalhado, bem bonitos. Ele conversava com todo mundo. Ele e o pai conversavam bastante.

Lígia Leal ressalta:

Antigamente, aquela avenida principal da praia se chamava Avenida Marcos Konder. Inclusive foi ele quem mandou colocar aqueles sombreiros ali no





calçadão. Depois o nome mudou para Juvêncio Tavares do Amaral. Para mim é uma pena, mas sei que ele ganhou o nome de outra rua importante, no Centro de Itajaí. O Marcos Konder era um bom homem.

Oswaldo Leal não era um político, mas costumava se envolver em causas que acreditava serem boas. Ele se fazia presente na vida das pessoas de Itajaí. Talvez por isso foi tão popular. Bira acredita que

O meu pai era um homem muito conhecido. As pessoas brincavam dizendo que até os cachorros da cidade conheciam o Leal, dada sua popularidade. Acho que era o carisma associado a uma atitude solidária, aliadas a uma profissão que levava meu pai a visitar muitas pessoas que contribuíram para isso.

A amizade com Marcos Konder se estendeu ao longo dos anos. Valério Konder, filho de Marcos Konder, também foi amigo de Oswaldo Leal e dividiu com ele o interesse pela área da saúde. O ex-presos político na época da Ditadura Militar, Carlos Fernando Priess, fala que

O Valério Konder, num determinado momento da história de Itajaí, foi o único médico sanitaria do Brasil. Era uma autoridade tão forte no assunto que, quando foi preso por suas 'idéias comunistas', isso antes dos anos 1960, houve uma reunião sobre esse campo importante da medicina e ele foi libertado para representar a América Latina, depois voltou para a cadeia.

Priess, que também foi amigo do "Leal da Malária", confirma: "Realmente era muito difícil não ficar amigo do Oswaldo".

LAGOA DA CONCEIÇÃO – FLORIANÓPOLIS:

Júlio César, ex-prefeito de Itajaí e ex-deputado estadual, 75 anos, nascido em Itajaí, filho de Aníbal César e Cândida dos Santos César, também se recorda de quando teve malária e foi atendido pelo "Leal da Malária" - ele conta sobre sua trajetória em Itajaí, do tempo em que viveu em Cabeçudas, como contraiu malária e como conheceu Oswaldo Leal.

Morei em Cabeçudas de 1959 a 1960. Depois, o Irineu perdeu a eleição (Irineu Bornhausen, para o governo do Estado) e o Celso Ramos fechou o meu cartório (Cartório Júlio César). Fui embora pro Paraná, porque estava sem emprego, em Itajaí não tinha". Júlio César, a esposa Guiomar Ribas César e a filha Isabela Ribas César permaneceram no Paraná de 1961 a 1964, voltaram a Itajaí e permaneceram no município por nove anos, de 1965 a 1974. Depois vim pra Florianópolis, quando fui eleito deputado.

Júlio César contraiu malária em Aquidabã, município hoje chamado de Apiúna, localizado entre Indaial e Rodeio.

Fui comprar madeira porque o meu pai, quando morreu, deixou uma madeireira e eu tive que tocar. Vim do Rio de Janeiro e fiquei tocando a firma, apesar de toda a minha ignorância em madeira, eu tinha que aprender. Em Aquidabã eu fui comprar a madeira num lugar que se chamava Grotta Grande, não, é Vale Grande. Bom, isso ficava no meio do mato... Quando eu cheguei a casa, no outro dia, ou dois dias depois, comecei a sentir um frio danado.

Júlio César lembra da data, pois foi um momento marcante para ele; flamenguista “de carteirinha”, ouviu pelo rádio a vitória que deu ao time o título de tricampeão.

Isso foi em 1955, eu estava de cama e ouvi no rádio a final do campeonato carioca. O Flamengo foi tricampeão eu escutei o jogo na cama... Eu comecei a sentir um frio, um frio, a minha mãe não estava, eu era vizinho ali da tia Cláudia e do tio Argemiro (Dr. Argemiro Noronha, um dos primeiros dentistas formados de Itajaí) - A rua citada é a Olímpio Miranda Júnior.

Júlio César continua:

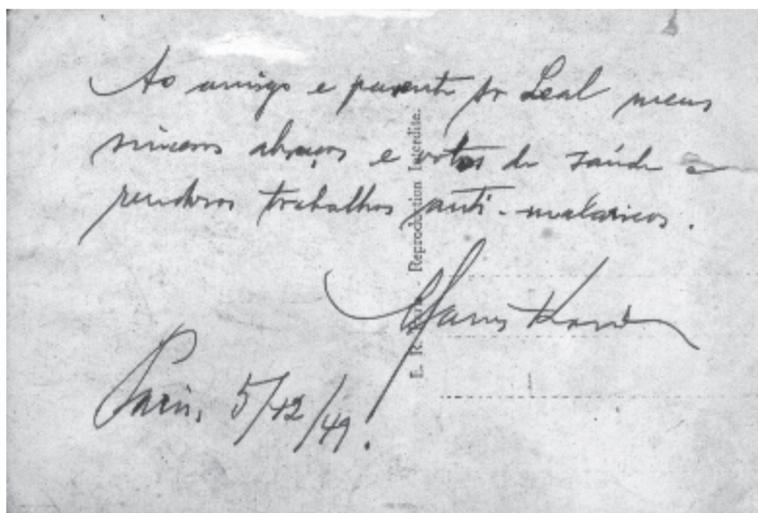
Aí eu chamei o Binha (Aníbal César Filho) e a Leninha (Maria Helena César) e pedi: ‘vão lá chamar o tio Argemiro’. Quando tio Argemiro chegou, eu tava com uma febre danada, uns 40 graus... Lembro que ele disse então: ‘Chama o Leal da Malária’, aí eu falei: ‘O que é que o Leal tem com isso?’. (Júlio César relata que nesse momento ficou um pouco assustado): Aí o Leal chegou, tirou o sangue e saiu... Eu acho que no mesmo dia ele voltou e trouxe uma cartela com uma porção de comprimidos, era Aralen. Ele disse: ‘Toma quatro agora e mais quatro de noite’. Não lembro se era de oito em 8 horas, mas lembro que ele disse ‘toma quatro’. Foi só tomar e já me senti bem melhor.

Sobre como conheceu Oswaldo, Júlio César perguntou: “Quem é Oswaldo?”. Explicado que Oswaldo era o primeiro nome do Leal da Malária, Júlio César respondeu: “Ah, eu não sabia que o nome do Leal da Malária era Oswaldo, eu só o conhecia por Leal da Malária mesmo”. Respondendo à pergunta inicial, declarou:

Itajaí inteira o conhecia, ele era um homem popular, todos ouviam falar do seu trabalho no Serviço Nacional da Malária. Quem é que não conhecia o Leal da Malária? Todo mundo conhecia. Ele era mais conhecido que o prefeito! Ele era um homem muito trabalhador, nunca se furtou a nada na vida. Ele ia atender qualquer pessoa que precisasse, em qualquer situação, independentemente da sua situação social, financeira, religiosa ou política, enfim, ele atendia todo mundo igualmente. A impressão



Postal enviado pelo ex-prefeito
Marcos Konder a Oswaldo Leal.



que eu tinha dele era a melhor possível. No período em que morou em Itajaí ele se dedicou a um trabalho de grande utilidade para a nossa comunidade, pra nossa gente. Porque havia malária... e ele trabalhou muito para acabar com essa doença.

O LEAL DA MALÁRIA NA MEMÓRIA DE ITAJAÍ

“O Oswaldo Leal sabia sorrir. Saber sorrir é valioso na vida das pessoas. Ele era muito simpático e conseguia se relacionar bem com todos, devido a esse dom que ele tinha”, conta Carlos Fernando Priess, que foi preso político em 1964, em plena ditadura militar. Priess foi amigo de Oswaldo Leal. E afirma:

O Oswaldo, apesar de não ter nascido em Itajaí, teve grande contribuição para a saúde pública do nosso município. Foi aqui que viveu e trabalhou. Era um grande brasileiro e foi reconhecido por sua especialidade diante de um problema crucial do país, quiçá do mundo. O trabalho do Oswaldo com sua equipe era muito presente na vida das pessoas. Ele fazia as visitas nas casas. O que posso dizer é que sua contribuição para Itajaí foi valiosíssima e sempre me recordarei com muito carinho. Com esta homenagem, o ‘Leal da Malária’, merecidamente, tem sua memória imortalizada no nosso município.

Priess aponta que Oswaldo Leal participou da luta pela transformação do Hospital Santa Beatriz em uma instituição voltada ao tratamento de tuberculose.

O Santa Beatriz estava abandonado e os comunistas de Itajaí é que batalharam pela sua reativação nos anos 60. O Leal ajudou muito, através contato que tinha com o governador Celso Ramos. Ele também pleiteou junto ao governador oito leitos para que quem não pagasse a previdência tivesse atendimento gratuito no Hospital Marieta Konder Bornhausen. O Leal ainda participou da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Itajaí, que era uma farmácia idealizada por Valdevino Vieira Cordeiro. O Oswaldo ajudou muito por ser um homem ligado ao campo da saúde. Através de convênio com o Ministério da Saúde, nós (comunistas) comprávamos medicamento a um determinado preço e calculávamos o quanto

podíamos vender esses remédios para pagar apenas o aluguel e o salário do médico responsável, que era o doutor Dirceu de Sena Madureira. Tínhamos ainda um farmacêutico responsável que trabalhava pra nós de graça. Às vezes tínhamos um problema: quando quebrava uma lâmpada ou acontecia qualquer coisa que não estava prevista no nosso orçamento, tínhamos que colocar uns centavos a mais no preço do medicamento, senão não tínhamos como pagar. Fazíamos isso porque não tinha outra opção, porque a gente não gostava quando isso acontecia. A idéia era atender as pessoas que não tinham acesso à saúde e baratear os custos dos remédios. O (governador) Celso Ramos nos atendeu várias vezes graças às intervenções do Oswaldo Leal.

Segundo Carlos Fernando Priess, a participação do “Leal da Malária” no movimento comunista era indireta.

O Oswaldo era muito discreto. Ele sabia fazer as coisas. Era muito mais velho que eu na época. Eu era jovem, tinha 20 e poucos anos e, assim como a maioria dos jovens, cometia equívocos. O Leal nos orientava, dizia como fazer para alcançar nossos objetivos e também fazia os contatos com o Governo do Estado e o Governo Federal, dada sua influência. Essas ações que nós conseguimos realizar na época tinham a participação importante dele.

Priess relata que Oswaldo Leal participou da campanha pela implantação do colégio Pedro Antônio Fayal.

A implantação do Colégio Fayal foi uma conquista dos comunistas de Itajaí e do movimento sindical. O Oswaldo e outras figuras de influência no município permitiram que a gente tivesse um contato com o Ministro da Educação para que obtivéssemos a concessão para ter um ginásio gratuito, que foi o primeiro passo do Colégio Fayal. O ginásio ficava lá onde é o colégio Nilton Kucker (hoje o Cemespi). O governador Celso Ramos veio aqui num ato solene, isso foi em 1962. O Oswaldo Leal participou de uma época muito rica de lutas. Ele nos apoiava, estimulava, não militava diretamente. Era um homem muito ocupado por causa dos problemas da malária. Tenho a honra de ter conhecido pessoas na época extremamente leais ao pensamento e à idéia comunista. Tínhamos orgulho da participação de um homem como Oswaldo Leal que tinha uma posição respeitada na cidade e era um dos poucos técnicos laboratoristas do Brasil. Tive a honra de conhecer também o Hugo Leal, isso em Joinville. O Hugo era e ainda é um companheiro de ideais e sonhos, um romântico como era o Oswaldo e como eu também sou. Pensávamos que iríamos salvar o mundo. Hoje não tenho tantas ilusões, mas sei que graças a esse sonho conseguimos muitas conquistas. Como o Oswaldo era um dos mais velhos, sempre tinha uma noção do caminho que deveríamos tomar.

Oswaldo Leal faleceu por enfisema pulmonar no dia 14 de abril de 1979. No dia 28 do mesmo mês, José Norberto Silveira, colunista no Jornal do Povo, escreveu o artigo *O destruidor de manjolas*, referência feita ao “Leal da Malária”. A denominação de manjola era usada nas comunidades rurais da época aos gravatás, espécie de bromélia

que era local de reprodução do mosquito transmissor da malária. No artigo, Silveira sugere que fosse dado o nome de uma rua do município, merecida homenagem ao homem que tanto trabalhou em prol do combate à malária em Itajaí. Passados 26 anos, em 2005, a homenagem se concretizou e o nome de Oswaldo Leal ficou registrado na memória de Itajaí, graças a sua contribuição para a erradicação da malária no município.

Em 31 de setembro de 2005, foi sancionada a lei ordinária de número 4.384 que dá o nome de Oswaldo Leal à rua localizada no Portal II do bairro Espinheiros. A votação aconteceu em seção ordinária no Legislativo Municipal e o projeto foi aprovada por unanimidade.

Oswaldo Leal está imortalizado na memória de Itajaí. Mesmo aqueles que desconhecaram o papel que o “Leal da Malária” exerceu no município, sentirão os seus reflexos, pois, em Itajaí, ninguém mais padeceu por malária. Espera-se que assim permaneça.



Oswaldo Leal - a direita- em Porto Alegre.



EVOLUÇÃO E

MOBILIDADE

URBANA

EM CEM ANOS DE MUNICÍPIO: ITAJAÍ - 1860/1960

Edison d'Ávila - historiador

INTRODUÇÃO

OBJETIVO PRIMEIRO DESTA TRABALHO é contar a história da evolução da cidade de Itajaí; portanto, unicamente do espaço urbano e de como os gestores municipais enfrentaram os desafios da mobilidade e serviços públicos no crescimento deste espaço nos primeiros cem anos do município; isto é, desde 1860 até 1960.

Como afirma Roberto Lobato Corrêa, a cidade é um dos elementos que constitui a complexa sociedade em que se vive, juntamente com as classes sociais, o campo, o Estado, os partidos políticos, as artes, as religiões, etc. Nesse todo social complexo, contraditório e em transformação, esses componentes sociais se articulam e se inter-relacionam. Há que se destacar, no caso de Itajaí, um componente social referencial. A cidade, nascida a partir da iniciativa de comerciantes, no período dos cem anos deste estudo, teve sua administração conduzida majoritariamente por políticos provenientes do comércio; portanto, oriundos do capital.

Também ensina Corrêa, que a organização espacial da cidade é resultado do trabalho das pessoas ao longo do tempo e que o grande e pequeno capital, além do Estado, são agentes da organização espacial e possuem estratégia de ação específica.

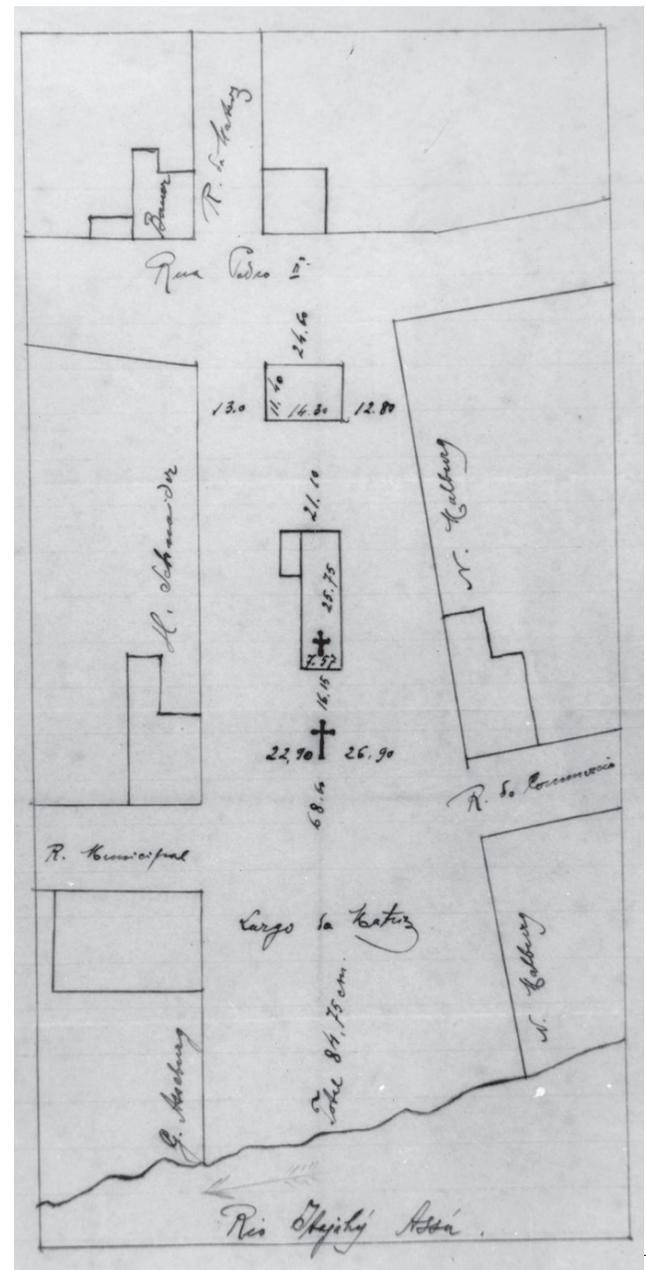
Por isso, constatar a efetividade desta afirmação ficou sendo também um dos objetivos a se buscar neste artigo; sem, no entanto, que no trabalho se faça estudo profundo e acabado da questão.

GESTÃO DA CIDADE NO TEMPO DO IMPÉRIO

Ao se emancipar em 1860 o município de Itajaí, o perímetro urbano se resumia à pequena área limitada ao norte pela foz do ribeirão Caetana; ao sul, pelas extremas das terras da fazenda da viúva d. Felícia Alexandrina de Azeredo Leão Coutinho, origem do bairro Fazenda, mais ou menos o traçado da avenida Joca Brandão; a leste, pelo rio Itajaí-açu e, a oeste, quarenta braças para o centro, que chegava no que é hoje a rua XV de Novembro; a “rua de trás”, depois, Pedro II.

Não se pense, no entanto, que neste primeiro território urbano houvesse algum cuidado com

*Planta do centro da então Vila do Ss.
Sacramento. Itajaí, 1887. Acervo: FGML/CDMH.*



alinhamento das casas ou zelo maior com arruamento. O pequeno número de casas existentes nas ruas do Comércio e Municipal seguia apenas a margem do Itajaí-açu e todas de frente para a praia do rio. O largo da Matriz era tão somente um grande descampado, com um areal que da porta da Igrejinha se estendia até o rio, com touças de capim espalhadas no perímetro urbano no começo do município, contavam-se cerca de sessenta casas; poucas construídas de alvenaria de pedra e tijolos e caiadas, onde moravam perto de 270 pessoas.

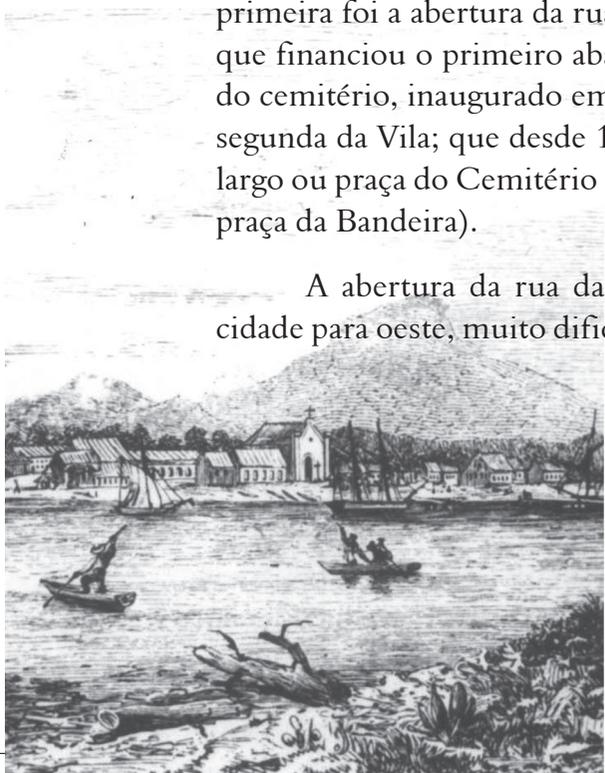
Cabe por fim lembrar que as limitações urbanísticas do centro da nova Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí eram tantas, à época de sua instalação, que a Câmara de Porto Belo chegou ao extremo de informar em 1855, quando indagada sobre a viabilidade de criação do novo município, que era “um lugar impróprio e incapaz até mesmo de nele se habitar”!

Certo que houvesse essas limitações, mas aqui no porto os comerciantes tinham seus negócios; então, foi na freguesia de Itajaí que se instalou o novo município. Porque houvera quem advogasse para sede do novo município a freguesia de Armação de Itapocorói.

Em 1860 havia demanda por comunicação com o grupo de moradores e o pequeno comércio da Barra do Rio Pequeno, a noroeste; onde desembarcavam os imigrantes europeus para as colônias do Vale do Itajaí. Para o sul, iam e vinham viajantes de Camboriú e adjacências, região agrícola já relevante. As pessoas e cargas para aqueles lugares transitavam pela rua do Comércio (rua Pedro Ferreira), na direção norte, e rua Municipal, depois, Conde d’Eu (rua Lauro Müller), na direção sul.

Os anos seguintes, até o final do Império, acrescentaram algumas melhorias com vistas a favorecer a circulação das gentes e das mercadorias na Vila de Itajaí. A primeira foi a abertura da rua da Matriz (rua Hercílio Luz, nome dado ao governador que financiou o primeiro abastecimento d`água da cidade em 1897), até o novo local do cemitério, inaugurado em 1863, com a criação de nova praça pública em frente – a segunda da Vila; que desde 1956 é a praça Irineu Bornhausen (antes conhecida como largo ou praça do Cemitério e depois chamada da República; em 1938, denominada de praça da Bandeira).

A abertura da rua da Matriz marcou o início do lento e gradual avanço da cidade para oeste, muito dificultado pelos baixios e alagadiços das margens do ribeirão Caetana e das áreas circunvizinhas ao Campo do Marcílio Dias. Aliás, o pântano e o lodo desses baixios e alagadiços que circundavam o centro do aglomerado urbano inicial eram a principal razão das críticas às suas condições de habitabilidade.



A segunda melhoria que a área urbana ganhou consistiu na abertura da rua da Vitória, que agora se chama rua Felipe Schmidt. A implantação desta via veio junto com a criação de uma nova praça pública – o largo da Vitória. As denominações idênticas da rua e da praça celebravam a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai em 1870, época da realização dessas obras. O terreno da antiga praça, hoje ocupado pelos prédios dos Correios e do Colégio Salesiano Itajaí, foi cedido pelo município para estas construções na primeira metade do século XX. O largo da Vitória em 1916 foi renomeado de praça Estrela; assim como, a rua República recebeu o nome de rua Guarani. Ambos os nomes eram homenagens aos clubes sociais, cujas sedes se localizam nas cercanias desses logradouros, Sociedade Estrela do Oriente e Sociedade Guarani (antiga sede).

Ainda no período imperial, em 1875, concluiu-se a abertura pelo governo provincial de Santa Catarina da estrada entre Itajaí e a Colônia Itajaí-Brusque, fundada em 1860. A produção de mercadorias desta colônia precisava chegar também por terra ao porto. Esta ligação viária ia até a Barra do Rio, onde estava o galpão de recepção dos imigrantes, e ficou então conhecida, no trecho daqui, como “Caminho dos Alemães” ou “Estrada do Rio Pequeno”, a atual rua José Pereira Liberato. Nessa ocasião, deu-se a construção da variante da estrada que, partindo do cruzamento do antigo caminho do interior com a nova “Estrada do Rio Pequeno”, fosse em linha reta até o largo do Cemitério, que veio a ser a atual rua Brusque. Antes o caminho para o interior partia do largo do Cemitério, enveredava à esquerda na altura mais ou menos do que é agora a rua João Bauer, depois dobrava à direita e ia bordejando o morro, como o faz atualmente a avenida do contorno sul, até chegar à margem do rio Itajaí-mirim. Todo este percurso era feito por serem evitados os alagadiços do ribeirão Caetana.

Por fim, uma inovação ainda da época do Império foi o planejamento e abertura da rua Tijucas, a partir do largo do Cemitério e a terminar na estrada que ia para a Barra do Rio, no lugar então conhecido como Paraíso, que é a praça do Gonzaga. Esta nova via se fez necessária após a catastrófica enchente de 1880, quando a foz do ribeirão Caetana se alargou e aprofundou de tal jeito, que cortou o único acesso até então existente entre o centro urbano e aquela localidade, margeando o Itajaí-açu. A implantação da rua Tijucas era a obra viária da municipalidade pela primeira vez executada por um técnico, o engenheiro Pedro Luís Taulois.

Nas quase três décadas do Império, em que o município fora administrado exclusivamente pela Câmara de Vereadores, pois não havia poder executivo municipal no regime monárquico, em que pese ter sido a Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí elevada à categoria de cidade em 1876, pouca evolução urbana e criação de novos serviços públicos aconteceram. Permaneceu a cidade com

a mesma área e quanto a serviços públicos, além dos já comuns de segurança e abertura/conservação de ruas, criaram-se apenas os do Hospital de Santa Beatriz em 1887 e o da travessia do rio Itajaí-açu, este último concedido a particular através de leilão público promovido pela Câmara Municipal.

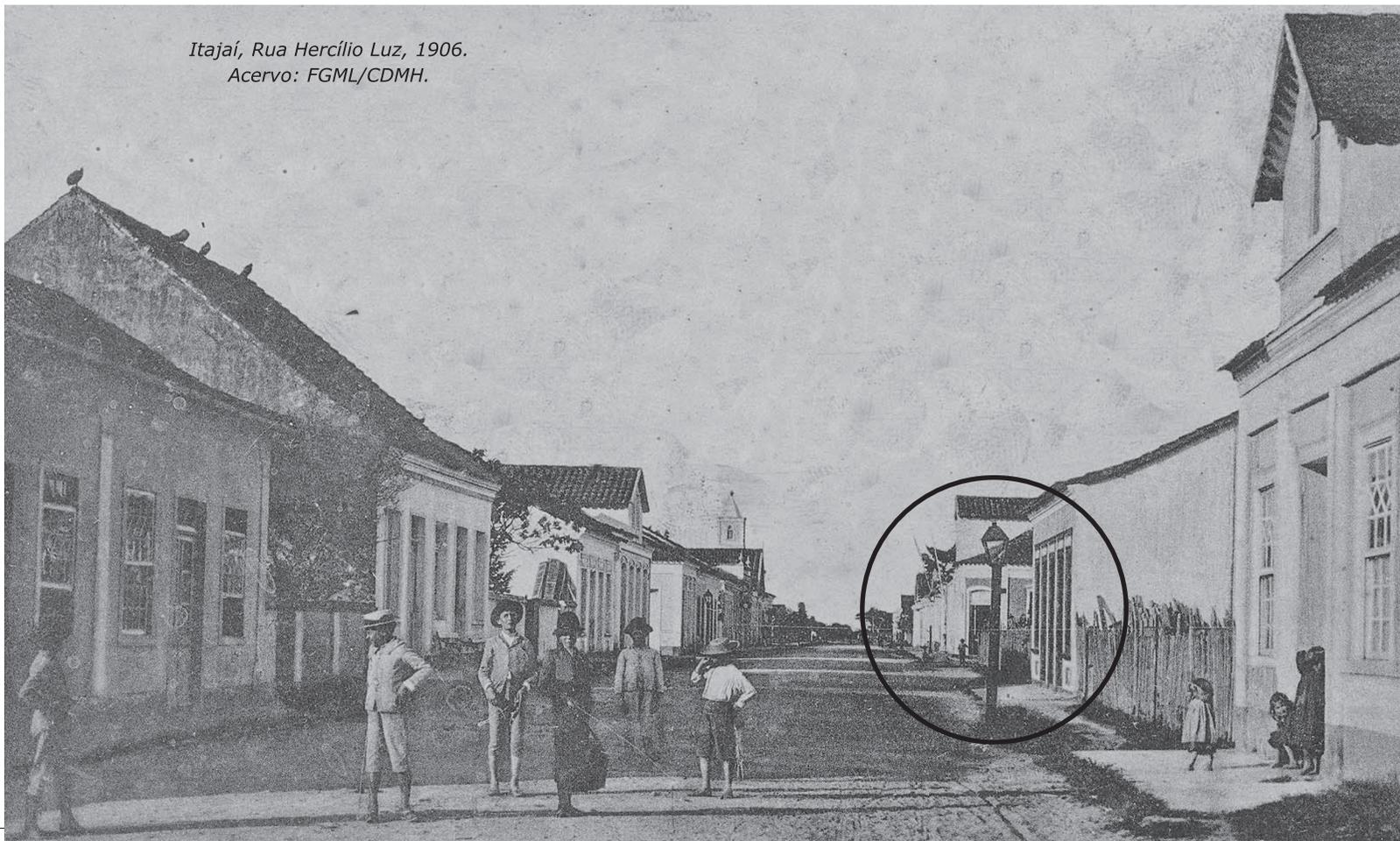
TEMPO DA REPÚBLICA: GESTÃO MAIS DINÂMICA

A República trouxe maior dinamismo econômico ao porto, o aumento do comércio, incentivo à indústria, maior apoio à economia de mercado; conseqüentemente, cresceram as demandas de mobilidade no espaço urbano e entre as regiões produtoras de Blumenau, Brusque e Camboriú com Itajaí. Cresceu o poder político dos comerciantes e capitalistas.

Os administradores do município precisaram melhorar ainda mais as vias existentes e prover novas que facilitassem os acessos ao centro da cidade, onde se localizava o porto, e ampliar o perímetro urbano do município. Em 1894 seria criado o cargo de superintendente/prefeito, como executivo municipal, o que deu mais desenvoltura à gestão do município.

A área da cidade devia crescer para acolher novos moradores, novos empreendimentos comerciais/industriais e receber melhores cuidados do poder público municipal. Mesmo vivendo a grande crise política decorrente da Revolução Federalista de 1893/1894, a Câmara Municipal aprovou a Resolução nº 4, de 4 de maio

*Itajaí, Rua Hercílio Luz, 1906.
Acervo: FGML/CDMH.*



de 1893, que estabeleceu o novo perímetro urbano. Este ficou assim estabelecido: ao norte, o Rio Pequeno; ao sul, o canto da Praia da Fazenda, na estrada que se encaminha para Camboriú; a oeste, da praça da Matriz, ao ribeirão que atravessa a estrada para Brusque, próximo dos cemitérios, três quilômetros mais ou menos. Veja-se que o avanço da cidade para o centro ainda fora lento, em comparação com os avanços feitos para o norte e para o sul; porque para oeste se foi somente até o que é atualmente o começo da rua Uruguai. Em trinta e três anos de município a urbanização continuava apegada à margem do rio Itajaí-açu e ao longo da praia da Fazenda.

Para favorecer a mobilidade se deu início ao prolongamento da antiga rua das Flores (que era o trecho atual da rua Cônego Tomás Fontes), já então denominada de rua 7 de Setembro, até a Fazenda; e com isto se criou nova opção de comunicação com o sul/Camboriú. Esta obra fora autorizada em 1899 e só concluída em 1904, por sua grande extensão e porque exigiu muito aterro nos banhados do trecho entre a rua Hercílio Luz e a avenida Joca Brandão. Na sequência se começou, em 1906, a prolongar a rua Silva; primeiro, no trecho entre a rua 7 de Setembro e a rua Tijucas; depois, em 1915, até encontrar o “Caminho dos Alemães”, no Rio Pequeno. Estava, portanto, criado outro acesso para oeste/Brusque e um vetor para urbanização das terras além ribeirão Caetana, que na década seguinte dariam origem ao bairro da Vila Operária.

As obras de melhoria do canal de acesso ao porto tiveram diversos impactos na paisagem urbana de Itajaí. Elas se iniciaram em 1906, com a construção do guia-corrente a partir da atual praça do Mercado (praça Félix Busso Asseburg), em direção ao Morro da Atalaia e praticamente se concluíram com a inauguração do cais do novo porto em 1957, na avenida Coronel Eugênio Müller. Neste período de mais de cinquenta anos, o porto mudou de lugar; foram construídos os molhes de fixação do canal de acesso; fez-se o acréscimo por aterro da área da praça do Mercado; foi feito o desmonte do morro da Atalaia; a praia da Fazenda transformou-se no remanso do saco e se abriu o caminho para Cabeçudas.

Sobre abertura da estrada para Cabeçudas, é Juventino Linhares quem conta ter sido uma decisão do engenheiro Roberto Schiefler, da empresa Cobrazil – das obras do porto –, que avançara com a estrada até a curva do Morro da Atalaia. Então, ele atendeu o pedido de alguns itajaienses, dentre eles, Joca Brandão, para “prosseguir no avanço em direção a Cabeçudas, dotando aquela praia de uma via de acesso que descobrisse os seus encantos e atraísse a preferência dos que se apraziam em passear e demorar-se em recantos dessa natureza”.

A estrada foi aberta por volta de 1909, quando surgiu por dinamitações das encostas rochosas da montanha à beira-mar o icônico Bico do Papagaio. Em verdade, caminho aberto já existia até o Hospital de Santa Beatriz, inaugurado em 1887; dali em diante, apenas uma rústica picada até o sopé do Morro da Atalaia, onde residia



o responsável pelo sistema de vigia e sinalização para orientar os navios que adentravam o rio rumo ao porto. *Diretoria do Centro Aformoseador de Itajaí, 1908. Acervo: FGML/CDMH.*

Aformoseamento era como desde o final do século XIX se tratava o paisagismo, o mobiliário urbano e toda melhoria da infraestrutura que embelezassem as praças e vias públicas da cidade. Dos lugares da cidade a mais reclamar cuidados estava a margem do rio, ao longo das ruas que partiam da praça da Matriz, para o norte, rua São Francisco, e para o sul, rua Santa Catarina, por ser o centro da cidade. Um comentário do jornal “Progresso”, de 18 de março de 1899, assim descreve este cenário: “vê-se na parte correspondente ao centro da cidade no mais insólito menosprezo da higiene e do aformoseamento...”

Para tanto, em 1903, foi fundado o Centro Aformoseador de Itajaí, uma associação privada sem fins lucrativos, que logo se encarregou de implantar o primeiro ajardinamento da praça da Matriz – uma novidade na paisagem urbana de Itajaí - obra executada em 1904 com uma planta enviada pelo Ministro Lauro Müller. A praça foi então cercada e o jardim contava com flores, bancos, caramanchão, um repuxo de água com peixes, e mudas de árvores plantadas; dentre as quais, as de eucalipto, espécie até então desconhecida por aqui e muito recomendada, dizia-se à época, por suas qualidades sanitárias e saneadora de terrenos úmidos.

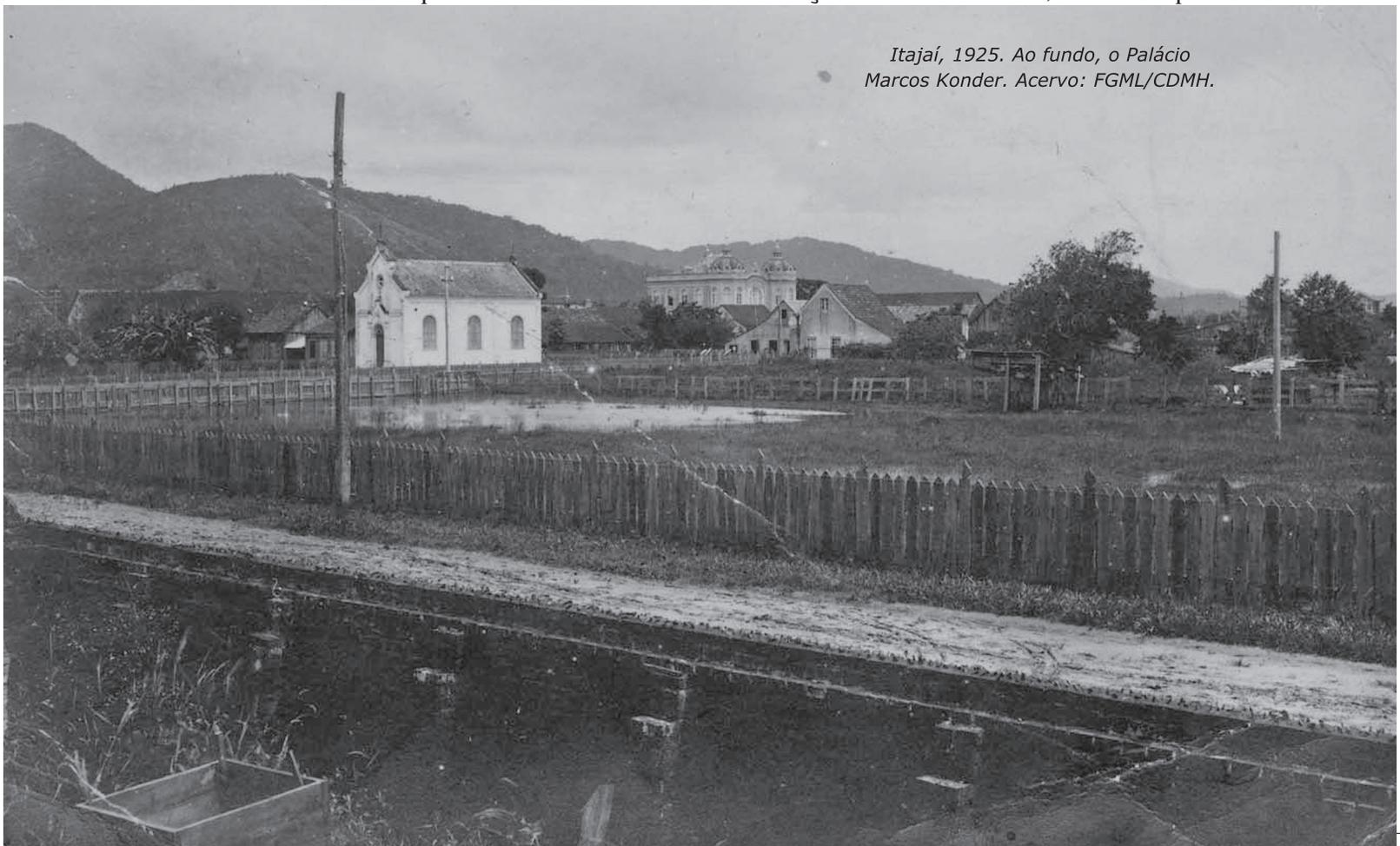
Depois dessa primeira obra privada de paisagismo, somente em 1937 o município realizaria uma grande obra de reforma na agora chamada praça Vidal Ramos (a praça fora assim denominada como agradecimento ao governador de Santa Catarina que implementara a reforma da educação pública catarinense e construiu o Grupo Escolar Victor Meirelles em 1913), no jardim fronteiro à Matriz, já chamado de Lauro Müller,

desde 1926, e criando um novo jardim aos fundos do templo, que na ocasião recebeu o nome de Bruno Malburg.

Nas duas primeiras décadas do século XX, outro notável interesse da administração municipal fora avançar com o centro urbano mais para oeste, fazendo em 1906 a rua República, depois Guarani e atual Dr. José Bonifácio Malburg, chegar à praça da República e prolongando a rua 15 de Junho, atuais Olympio Miranda Jr. e Gil Stein Ferreira, até o Cemitério. Deve-se destacar, que esta área circunvizinha à praça constituía-se a melhor área urbana para investimentos do capital privado pela proximidade com o centro da cidade e por sua rápida valorização.

Mas os administradores do Município muito bem entendiam que duas ações de governo eram necessárias para concretizar esse desiderato: transferir de local os cemitérios (o público municipal e o luterano, que lhe era contíguo) e edificar no entorno da praça edifícios públicos de relevo que ancorassem a urbanização pretendida. Daí, a construção em 1913 do Grupo Escolar Victor Meirelles; do Palácio Marcos Konder, em 1925, próximos à praça da República; e a nova Igreja Matriz, de 1941 a 1955, no antigo local dos cemitérios, que consolidou em definitivo a urbanização de toda a área.

É preciso destacar que a mudança dos cemitérios fora aprovada na Câmara Municipal em 1899, sofrera oposição de grande número de cidadãos de diversas classes sociais, que através de abaixo-assinado se manifestaram contra a transferência e somente se completou em 1936. Para a construção da nova Matriz, o município



cedera primeiramente em 1909 área da praça da República, onde em 1920 foi lançada a primeira pedra fundamental do templo católico. Com a remoção dos cemitérios, houve nova permuta entre a Igreja e o Município, porque se julgou mais conveniente construir a nova Matriz no lugar dos antigos campos santos, retornando a praça ao patrimônio municipal.

O avanço gradual do centro da cidade mais a oeste em direção à praça da República fizera com que o prefeito Marcos Konder no relatório do ano de 1917 à Câmara Municipal considerasse já a rua Hercílio Luz como a “principal artéria urbana” de Itajaí.

MODERNIDADE CHEGA À “PEQUENA URBS”

O período que se inicia na segunda década do século XX e coincidente com a 1ª Guerra Mundial deu às atividades no porto de Itajaí maior volume em razão do crescimento da indústria catarinense pela venda de seus produtos no mercado brasileiro. Com isto

a cidade também crescia e demandava por melhorias em infraestrutura e serviços. A gestão da cidade nas décadas de 1910 e 1920 demonstrava entender estas necessidades e foi quando Itajaí ganhou centro de comércio popular (Mercado Público), novo edifício administrativo (Palacete Municipal), primeiro cadastro urbano, vias públicas estruturais, novo abastecimento d'água.

Um novo eixo viário norte/sul fora planejado para ligar a esplanada, onde seria construída a estação ferroviária na Fazenda, à rua Fluvial; hoje, avenida Coronel Eugênio Müller, novo local do porto. As primeiras desapropriações para a abertura desta nova via urbana foram feitas em 1913, apenas no trecho entre as ruas Gil Stein Ferreira e Dr. José Bonifácio

*Itajaí, Mercado Público, 1917.
Acervo: FGML/CDMH.*



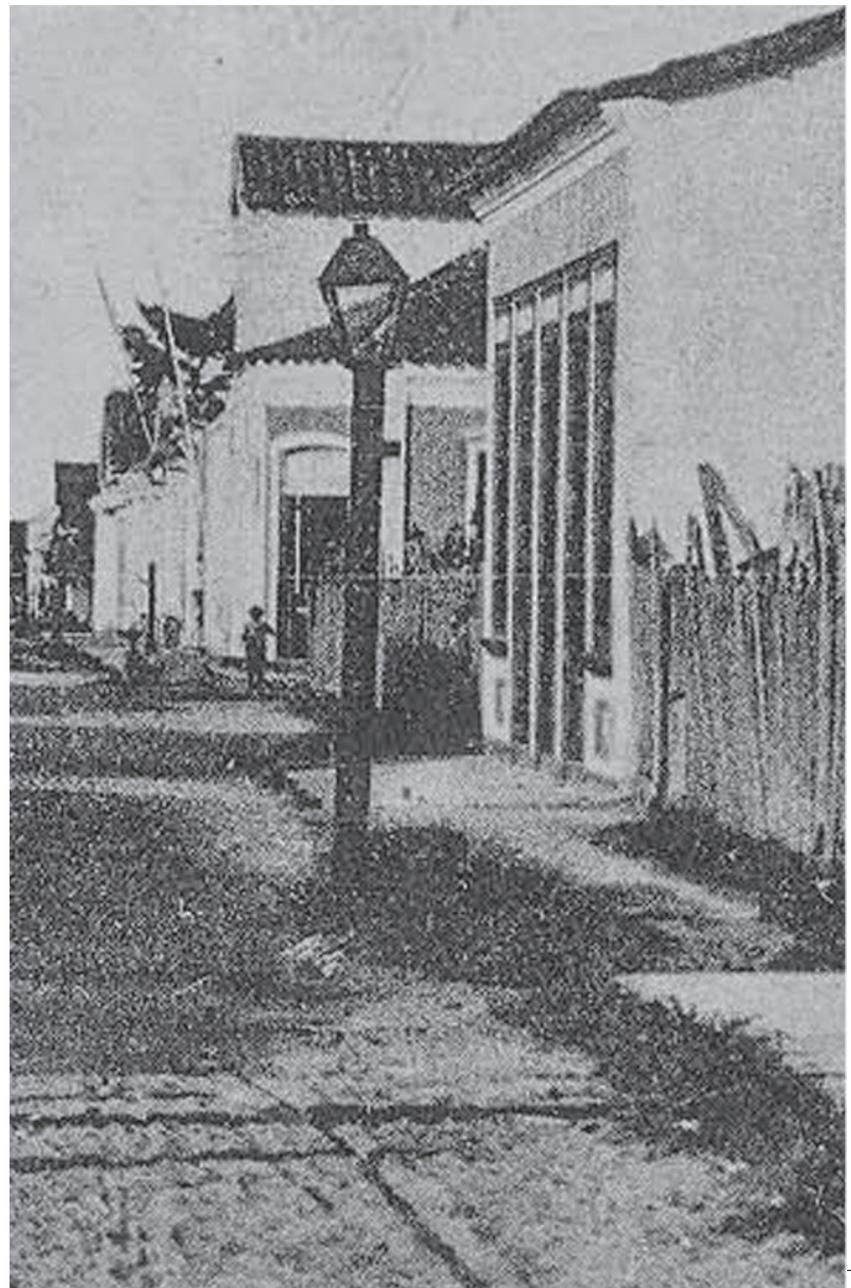
Malburg; trecho que se denominou rua São Bento. A rua São Bento foi depois renomeada de avenida Vasconcelos Drummond e, finalmente, de avenida Coronel Marcos Konder, em 1969, quando foi implantada em definitivo; mas sem chegar até a Fazenda.

Os novos serviços públicos introduzidos na cidade a partir das primeiras décadas do século XX estavam ligados à energia, transporte e comunicação. Eles anunciaram a chegada da modernidade à “pequena urbs”, como Itajaí fora chamada pelo prefeito Marcos Konder naquela ocasião, 1917.

A iluminação pública das ruas centrais da cidade, com lampiões a querosene, acesos às dezoito horas e com combustível que durava somente até às vinte e duas horas, teve sua inauguração a 1º de janeiro de 1895. Mas a grande novidade mesmo seria a iluminação pública com energia elétrica que se inaugurou com grande festa na noite de Natal de 1909. A chegada da energia elétrica, à semelhança do que aconteceu mundo à fora, contribuiu para a transformação da vida econômica e social da cidade, aos poucos dando-lhe o ritmo da modernidade.

Como em tantos outros lugares, foi da ferrovia que os itajaienses pela primeira vez tiveram notícia da próxima chegada do transporte público intermunicipal, via terrestre, à cidade. Em 1909 o município concedeu à Companhia Estrada de Ferro Santa Catarina terrenos, isenção de direitos e impostos e permissão de uso de espaço público para a chegada do trem. Todavia, somente em 1925 era lançada a primeira estaca da linha férrea na esplanada do bairro Fazenda, onde haveria também de ser construída a estação ferroviária, cuja definitiva operação somente ocorreu em 1954. A ferrovia se tornara uma obra pública em que muitos naqueles tempos já não acreditavam mais!

O transporte intermunicipal de passageiros, que já acontecia através da navegação fluvial (Itajaí/Blumenau,



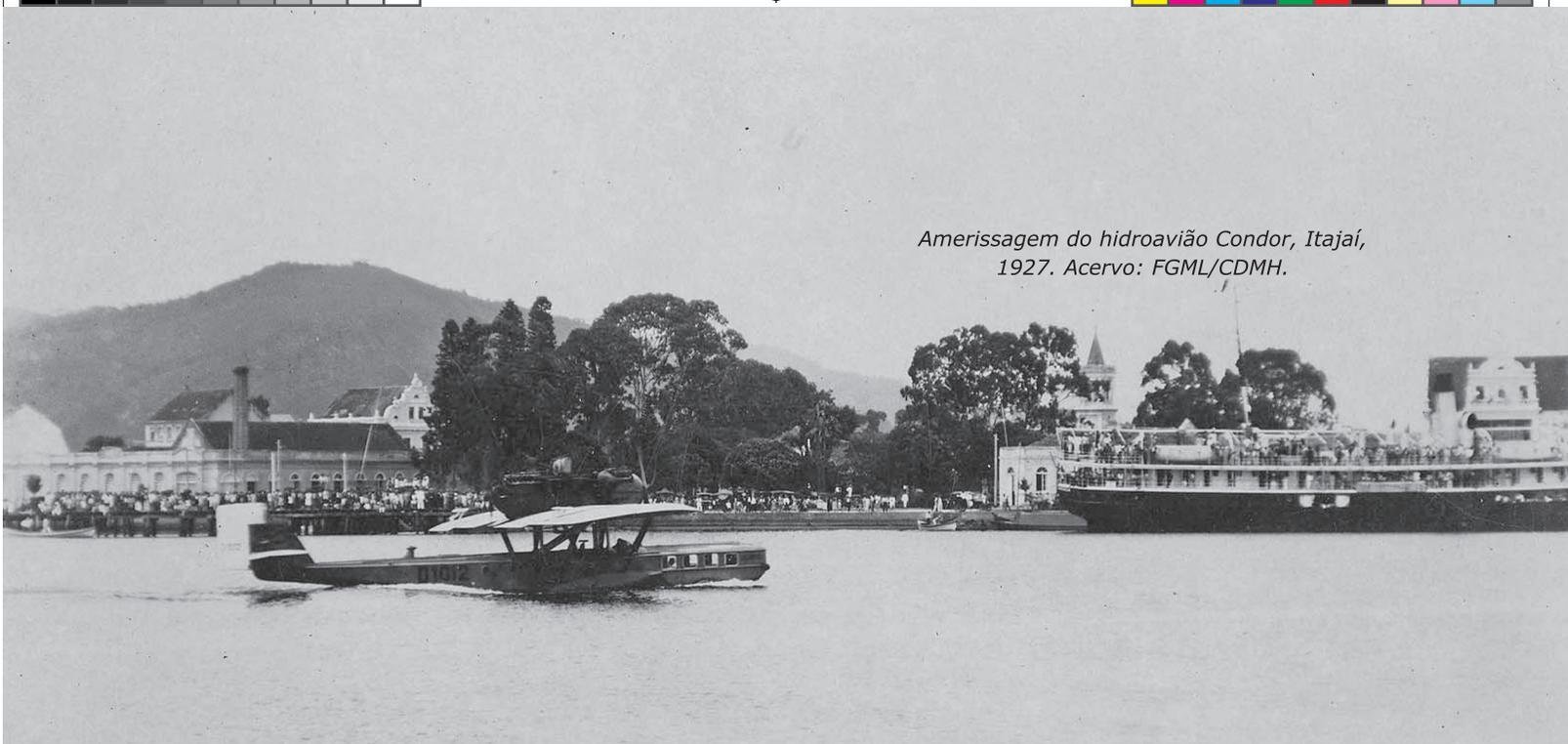
1879) e marítima desde o século XIX, foi introduzida na modalidade rodoviária a partir de 1924 com o aparecimento dos primeiros ônibus. No começo dos anos de 1950 esta modalidade já estava definitivamente consolidada e um bom número de ônibus fazia esse transporte coletivo. Como os ônibus ficavam estacionados para embarque e desembarque de passageiros nas ruas centrais da cidade, iniciou-se um clamor público pela construção da estação rodoviária; para aquilo que a imprensa da época chamou de “descongestionamento do tráfego nas principais ruas da cidade”. Aliás, tratava-se da primeira referência a problemas de trânsito na Itajaí de 1955. Uma questão de mobilidade urbana discutida claramente na imprensa de então. A Estação Rodoviária assim reclamada ficou pronta nesse mesmo ano.

Os serviços de comunicação via Correios já existiam na cidade desde 1860; os do Telégrafo vieram alguns anos depois, como serviços públicos prestados pelo governo do Império/República. Antes, Correios e Telégrafo eram serviços públicos separados, pertencentes a ministérios diferentes; foram unificados em 1931 durante o governo Vargas. Já para a telefonia, a Câmara Municipal em 1913 concedeu a um particular, por 25 anos, os direitos de explorar a rede telefônica que viesse a instalar na cidade. O concessionário, Aloys Fleischmann, porém, não levou a cabo a implantação. Somente em 1928 o município celebrava contrato com a Companhia Telefônica Catarinense, que veio enfim a implantar o serviço telefônico na cidade.

Um registro ainda merece ser feito, enquanto se trata de concessões públicas, embora seja afeto à propaganda no espaço público. O registro é à resolução da Câmara Municipal de dezembro de 1910, concedendo a particular, sem ônus algum para a municipalidade, pelo prazo de dez anos, o direito de colocar nas ruas e praças da cidade de Itajaí, em postes apropriados, quadros de anúncios. Há que se considerar sobre esta concessão diferentes questões. O concessionário, Reynaldo Scheffer, certamente entendeu haver na Itajaí de 1910 mercado para publicidade e propaganda de rua; o poder público reteve para si o controle dos assuntos a ser veiculados, conforme consta do texto da resolução e, por fim, restou sem saber se a experiência pioneira da publicidade em “quadros de anúncios” realmente se efetivou.

A amerissagem do hidroavião da empresa Condor em 1927 nas águas do rio Itajaí-açu, em frente à cidade, marcou o começo das viagens aéreas em Itajaí. O primeiro campo de pouso fora o terreno da municipalidade na rua Uruguai, na área da rua Jorge Matos, que por razões técnicas substituiu-se pela grande área de 270.160 metros quadrados, na Barra do Rio, desapropriada em 1938, onde foi construído pelo município o Campo de Aviação. O Campo de Aviação ou Aeroporto de Itajaí teve duas denominações: Salgado Filho em 1950 e, depois, Ministro Victor Konder em 1960; já a sua Estação de Passageiros, ficou denominada Getúlio Vargas em 1954, quando da inauguração.

As viagens aéreas, assim como antes as viagens marítimas, fizeram de Itajaí um polo de atração de viajantes das regiões circunvizinhas, inclusive, do médio e alto Vale do Itajaí.



Amerissagem do hidroavião Condor, Itajaí, 1927. Acervo: FGML/CDMH.

Já o transporte coletivo urbano intentou-se implantar em 1913, através de concessão pública dada a particular, por sessenta anos, de linha de bonde à tração animal, a vapor ou elétrica, para condução de passageiros e cargas, nas zonas urbanas e suburbanas. Estas ficaram nominadas como Fazenda, Cabeçadas, Barra do Rio e Estrada de Brusque, até a ponte do rio Canhanduba. A concessão nunca se efetivou, talvez pelo aparecimento dos veículos automotores, talvez pela perspectiva de pouca rentabilidade do negócio.

O transporte coletivo urbano somente surgiria na segunda metade da década de 1940 pelo pioneirismo da mulher empreendedora Cecília Bento ou Cecília Isabel da Silva, com as primeiras linhas centro/Barra do Rio e Cabeçadas, feitas com um único ônibus; depois sucedida pela Empresa Circular Ern Ltda e pela atual Empresa Coletivo Itajaí. Cecília Bento, como era conhecida, residia na Barra do Rio e, juntamente com filhos, dedicou-se depois ao transporte rodoviário de cargas; inclusive de madeira que se destinava ao porto.

Ainda no transporte de passageiros na cidade, cabe referência aos automóveis de aluguel, modernamente conhecidos como táxis. O automóvel de aluguel surgiu em Itajaí em 1913 e uma legislação da Câmara Municipal concedeu isenção de imposto ao proprietário Alcebíades Otaviano Seára, enquanto seu veículo, um “Stoewe”, fosse o primeiro a prestar este serviço. Logo, no ano de 1915, Otto Nieburh passava a prestar o mesmo serviço na praça com o seu Ford “bigode”.

Automóveis e motocicletas, surgidos na cidade a partir da década de 1910, geraram natural espanto pela velocidade e pelos perigos, muitos assim julgavam, que seu uso ocasionaria ao movimento das ruas. Pois, o primeiro acidente de trânsito envolvendo automóvel, com vítima fatal, ocorreu em 1919, quando o Ford “barata” dirigido pelo comerciante Félix



Cecília Bento ou Cecília Isabel da Silva. Foto cedida pelo autor.



*Vila Operária. 1925.
Acervo: FGML/CDMH.*

Das modificações urbanas introduzidas nessa época, especificamente no ano de 1916, destacaram-se a obrigatoriedade da construção de passeios e meio-fios, a numeração das casas e a nomeação de vias da cidade que, embora importantes na mobilidade urbana, não tinham ainda identificação oficial. Foram elas: rua Fluvial, rua Blumenau, rua Cabeçadas (que compreende agora as rua Jorge Tzaschel, alameda Ernesto Schneider, avenida deputado Francisco Evaristo Canziani), rua do Mercado (atual avenida Ministro Victor Konder), rua Andrade (atual capitão Adolfo Germano de Andrade), Largo Gonzaga. A obrigação de se construir passeios e meio-fios frente às casas, posto que fosse tão somente nas ruas centrais da cidade, gerou mesmo assim resistência e oposição de alguns proprietários, mas afinal, segundo o prefeito, “convencidos de que se tratava de uma obra necessária a bem da estética urbana, pois nivelavam-se assim os passeios de todas as alturas que tanto enfeavam a nossa pequena urbs”.

CIDADE, DEMANDAS SOCIAIS E URBANAS: ANOS 20 A 50

Reflexo do que acontecia no contexto nacional, Itajaí adentrou os anos de 1920 com desenvolvimento econômico moderado; uma classe operária a crescer com mais consciência de si e o desenvolvimento urbano ainda não suficiente para todas as demandas de cidade mais justa, que já estavam postas no horizonte social do país.

Ao meio desta década surgiu na cidade o primeiro empreendimento empresarial no ramo da construção civil; um largo investimento comercial de capital privado. Tratava-se da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Construtora Catharinense, presidida pelo político e empresário José Eugênio Müller, vereador e sobrinho do senador Lauro Müller. Zé Müller fazia um mix de empresário e político, com forte apelo social. Depois em 1930, ele acabou sendo o chefe da Aliança Liberal na cidade. Tocado pela questão social e inspirado na urbanização modernizadora da cidade do Rio de Janeiro levada a efeito por seu tio, quando ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, José Eugênio Müller criou a construtora e com ela implantou o primeiro bairro previamente planejado na cidade de Itajaí, que denominou de Vila Operária.

A vila operária, construída a partir do eixo viário da rua Silva, rumo ao oeste, buscava solucionar problema social candente à época - trabalho/moradia - ao construir

habitações para a classe média e trabalhadora junto às fábricas do seu distrito industrial.

O novo bairro Vila Operária, inaugurado em 1924, teve a primeira avenida da cidade com duas pistas e canteiro central arborizado, praça, abastecimento d'água, energia elétrica, comércio, escola, igreja, clube social, cinema e até campo de futebol. Com isto reproduziu aí como que um novo centro urbano e adicionou maior valor comercial às terras adquiridas pela companhia construtora e por outros investidores que se agregaram a elas logo após.



*Inauguração da Ponte Marcos Konder. 1930.
Acervo: FGML/CDMH.*

A expansão da cidade a partir do vetor da rua Silva, onde aqueles que detinham o capital faziam investimento imobiliários e o surgimento de Cabeçudas como balneário e área de residência da elite social da época, onde a Construtora Catharinense construía um hotel para veranistas entre os anos de 1926/1927, criaram a necessidade de mais ampliar o perímetro urbano da cidade de Itajaí. A Resolução nº 216, de 9 de junho de 1938, estabeleceu o novo perímetro da área urbana que, a leste, partia do porto da enseada de Cabeçudas (lugar do atual Iate Clube) até a foz do rio Itajaí-açu; ao norte e noroeste, da foz do rio Itajaí-açu, subindo por este até sua confluência com o rio Itajaí-mirim; a oeste, rio Itajaí-mirim até encontrar as terras de Alberto Werner e Pedro Werner Sobrinho; sul e sudoeste, a partir da margem direita do rio Itajaí-mirim até encontrar a estrada Itajaí/Brusque e deste ponto pelo caminho da Caixa d'Água da Ressacada até a chapada do Morro da Ressacada e daí até os mananciais da Fazenda e até a Caixa d'Água; daí seguindo pela estrada da Caixa d'Água até a Estrada Itajaí/Florianópolis. Desse cruzamento em direção reta até o lugar Porto, na enseada de Cabeçudas.

A nova área urbana fora mais expandida para o sul, ao incluir Cabeçudas, e principalmente para oeste, onde as vastas regiões da Vila Operária, Rio Pequeno e os altos da rua Brusque até o cruzamento desta com a Estrada do Rio Pequeno agora faziam parte do território da cidade.

A cidade com esta área maior haveria de ser aquela que perduraria até 1967, quando um novo perímetro urbano se estabeleceu. A cidade com este tamanho atravessaria o grande ciclo econômico da madeira, nos anos de 1950, e assistiria à expansão das áreas urbanas de São João e São Judas.

Também foi neste período que as primeiras obras de infraestrutura urbana de drenagem e pavimentação das vias públicas tiveram início. Os primeiros reclamos por drenagem aparecem nos jornais da época de 1902; no entanto, somente a partir de 1915 começou a drenagem pluvial das ruas centrais da cidade, que ainda não eram pavimentadas.

A pavimentação das ruas de Itajaí teve início no ano de 1940, sendo a rua Hercílio Luz a primeira a receber paralelepípedos; e contou também com galerias subterrâneas para drenagem pluvial e esgoto. Um modelo que não teve continuidade, visto que não se tinha onde lançar o esgoto da cidade, senão no rio Itajaí-açu; solução julgada, a seguir, inapropriada.

Pavimentar as ruas da cidade se transformou, desde então, na grande demanda de moradores da área urbana nos anos de 1940 e 1950, juntamente com o abastecimento de água. A primeira rede de abastecimento d'água como já se viu fora inaugurada a 15 de junho de 1897, com água coletada no manancial da Fazenda e abastecia as poucas ruas do centro urbano. Já em 1928 a rede recebera o reforço da caixa d'água da Ressacada, sendo melhorada e ampliada. Mas o crescimento da cidade fizera com que o serviço de abastecimento d'água, operado pelo município, necessitasse de reaparelhamento e ampliação. Para tanto, município e governo do Estado de Santa Catarina firmaram convênio pelo qual o serviço foi repassado para a área estadual e realizadas as obras da estação de captação do rio Conceição, no morro Araçá e da Caixa d'água da rua João Bauer, inauguradas em 1954, que permitiram as melhorias necessárias ao abastecimento da cidade.

Pavimentação da rua Alfredo Trompowsky, 1970. Acervo: FGML/CDMH.



A coleta e tratamento do esgoto, por sua vez, não mereceu atenção nesse período, visto que desde 1920 o município instituiu a obrigatoriedade do uso de fossas sépticas para as residências da zona urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Itajaí, como se viu, nasceu ao redor do seu porto, local para onde convergiam pessoas e mercadorias de toda a região. O fundeadouro natural era localizado junto à barra do rio Itajaí-mirim, porto antigo e abrigado. Contudo, pela iniciativa do comerciante Agostinho Alves Ramos, fora trazido para a frente do seu negócio e da capela, primeiro lugar do porto comercial; por fim, a partir dos anos 1950 se transferiu o porto para onde ficou construído o cais.

À medida que as atividades portuárias cresceram, foi preciso abrir vias de acesso ao lugar de embarque e desembarque das mercadorias, o centro da cidade. Daí a abertura das primeiras vias públicas urbanas estruturais, como as ruas 7 de setembro, Silva e a avenida Marcos Konder, pensada na segunda década do século XX como vetor da intermodalidade porto/ferrovia e que felizmente não se concretizou por esta via, mas muito tardiamente em 1962 pela ruas Indaial e Felipe Reiser.

Os primeiros bairros surgiram com a primeira expansão do perímetro urbano em 1893 e ficaram localizados ao norte, a Barra do Rio Pequeno e ao sul, a Praia da Fazenda. A Barra do Rio Pequeno se desenvolveu a partir do desembarque de imigrantes para o Vale do Itajaí, em 1850; da localização de comerciantes que passaram a atender a estes recém-chegados e outros moradores e de empreendimentos como a serraria de Konder & Cia, depois adquirida, no início do século XX, pelo alemão Gottlieb Reif, que ali estabeleceu uma fábrica de tabuinhas para caixas de charutos, origem da futura Companhia Fábrica de Papel Itajaí. Na Praia da Fazenda, por sua vez, o povoamento se deu com o parcelamento das terras da fazenda estabelecida em 1793, onde se formou uma destacada comunidade de pescadores e o alemão Ernest Oswald Schneider e seu irmão, em 1887, deram início às atividades do Curtume Schneider.

O avanço da cidade para oeste e a criação de um centro urbano mais expandido se fez sob ação própria que juntou interesse público e investimento de capital privado. Todavia, já na extensão do primeiro perímetro urbano não se deixa de perceber a influência de empreendimentos comerciais/industriais na formação de outros aglomerados urbanos (bairros) e, conseqüentemente, na extensão da cidade.

Enfim, pode-se afirmar que a administração de Itajaí, nos primeiros cem anos do Município, ficou marcada, na gestão das questões do espaço urbano – normatização, obras e serviços - por três de seus gestores, os quais marcaram época nas decisões administrativas: Dr. Pedro Ferreira e Silva, Coronel Marcos Konder e Lito Seára (Carlos de Paula Seára).

Pedro Ferreira, por exigir que a malha viária da cidade se constituísse de ruas retas e largas, rompendo com o costume da época colonial de ruas apertadas e sinuosas. O padrão viário, mantido na maior parte da cidade, assegurou a mobilidade urbana com fluidez por mais de cem anos. Esta exigência e outras normatizações urbanísticas não se fizeram sem resistências e críticas ao prefeito; por exemplo, Guilherme Müller, o mais antigo e conhecido construtor da cidade, declarou em seu diário, em 1899, estar “em pé de guerra” com o Dr. Pedro Ferreira, a quem chamou de “pequeno doutor negro”, por causa de normas que considerava “idiotas”. Marcos Konder, com visão de futuro, em 1925 já antevia que “possui Itajaí todas as condições necessárias para ser um grande entreposto do sul do Brasil”, a se referir ao porto e à excelente localização geográfica da cidade; daí pensar nos eixos viários de comunicação dos quadrantes norte/sul e leste/oeste da cidade; na ligação da futura rede ferroviária ao porto; na construção da ponte sobre o rio Itajaí-mirim na Barra do Rio, dentre outras realizações estruturantes. Lito Seára, por dar consequência a esses eixos viários e consolidar parâmetros urbanísticos modernos: vias amplas, pavimentadas e ajardinadas, atendendo as necessidades de movimento e estética urbana.

Por estas decisões tomadas com antevisão e acerto, a cidade evoluiu bem urbanisticamente até os finais dos anos de 1950. Decisões acertadas que, no entanto, em algumas ocasiões, não se sustentaram; como por exemplo, quando da formação do bairro São João, sem regulação alguma, e na cumplicidade com o surgimento da área urbana degradada do antigo Matadouro, a primeira na cidade.

REFERÊNCIAS

- BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense (Das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro). Florianópolis, CNI/FIESC:1988.
- CARDOSO, Valter. A Expansão Urbana de Itajaí. Relatório de Pesquisa Apresentado à Disciplina de Geografia Econômica do Curso de Geografia da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí: Univali, 1998.
- CORRÊA, Lobato Roberto. Região e Organização Espacial. São Paulo, Ática:7. ed.2000.
- D`ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. Itajaí, Prefeitura de Itajaí/Fundação Genésio Miranda Lins: 1982.
- D`ÁVILA, Edison. Itajaí, O Começo da História. Itajaí, Fundação Genésio Miranda Lins/Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí: 2003.
- D`ÁVILA, Edison. A História do Legislativo. Itajaí, Câmara de Vereadores de Itajaí: 2012
- KONDER, Gustavo. Balneário Cabeçudas. In Blumenau em Cadernos. Blumenau-SC, Fundação Casa Dr. Blumenau: Tomo XII, jul 1971, n. 6
- KONDER, Marcos. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente em 8 de abril de 1916. Itajaí, Typographia Novidades: 1916.
- KONDER, Marcos. Palavras e Realizações do Prefeito Municipal de Itajaí Marcos Konder. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense: s/d
- LINHARES, Juventino. O Que A Memória Guardou. Itajaí, Editora UNIVALI: 1997.
- MÜLLER, Carlos Henrique. Pioneirismo Industrial: O Curtume Schneider. In Anuário de Itajaí 2012, Itajaí, Fundação Genésio Miranda Lins: 2012.
- ROTHBARTH, Marlene D. da Silva. Lá vem o Ônibus. In Anuário de Itajaí – 2002 . Itajaí, Fundação

Genésio Miranda Lins: 2002.

RUSSO Granja, Hilene do Amaral Pereira (org.). Porto de Itajaí. Itajaí, Atraka: 2013.

SERPA, Ivan Carlos. Entre o Rio e o Mar – História da Administração Pública Municipal de Itajaí entre 1950 e 2000. Itajaí, S&T Editores: 2010.

Acervos

Arquivo Luiz Gonzaga Agostinho – Câmara Municipal de Itajaí

Fundo Câmara Municipal de Itajaí – Leis, Decretos, Resoluções e Portarias – 1863/1895 – Caixa 01

Fundo Prefeitura Municipal de Itajaí – Leis, Decretos, Resoluções e Portarias – 1895/1931 – Caixa 01

_____ . 1923/ 1939 – Caixa 02

_____ . 1936/1941 – Caixa 03

PERIÓDICOS

Blumenau em Cadernos – Blumenau-SC, Tomo I, Ano 1957, Tomo XII, Ano 1971, Tomo XIII, Ano 1972, Tomo 56, n. 4, Ano 2015, Tomo 56, n. 5, Ano 2015 – Fundação Casa Dr. Blumenau – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação de Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins/Itajaí-SC

O Progresso – Itajaí-SC, 1899/1902 – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins/Itajaí-SC

O Pharol – Itajaí-SC, 1904/1906 – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins/Itajaí-SC

Jornal do Povo – Itajaí-SC, 1935/1960 – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins/Itajaí-SC.

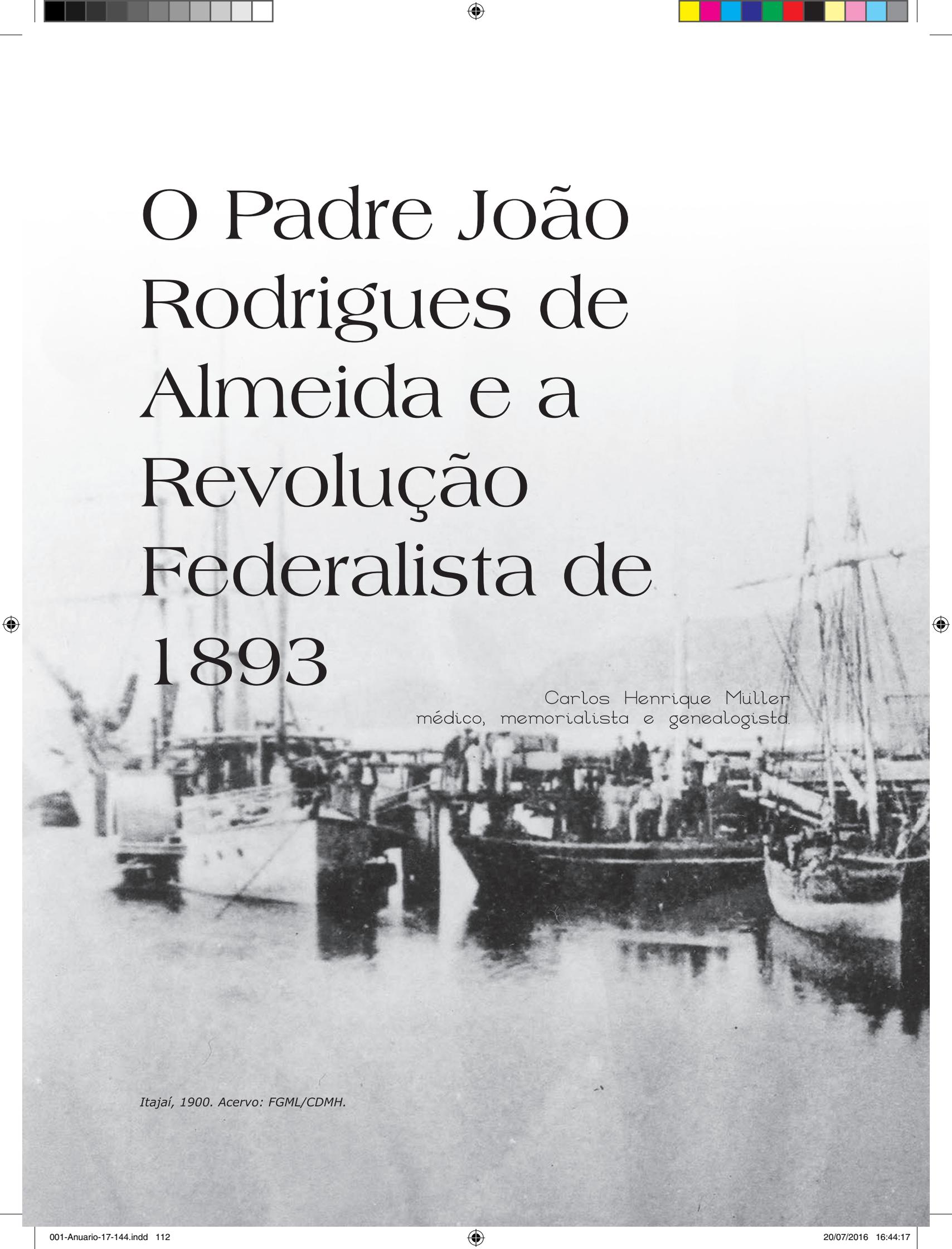
*Itajaí, década de 1920. Rua Hercílio Luz.
Acervo: FGML/CDMH.*





O Padre João Rodrigues de Almeida e a Revolução Federalista de 1893

Carlos Henrique Müller
médico, memorialista e genealogista.

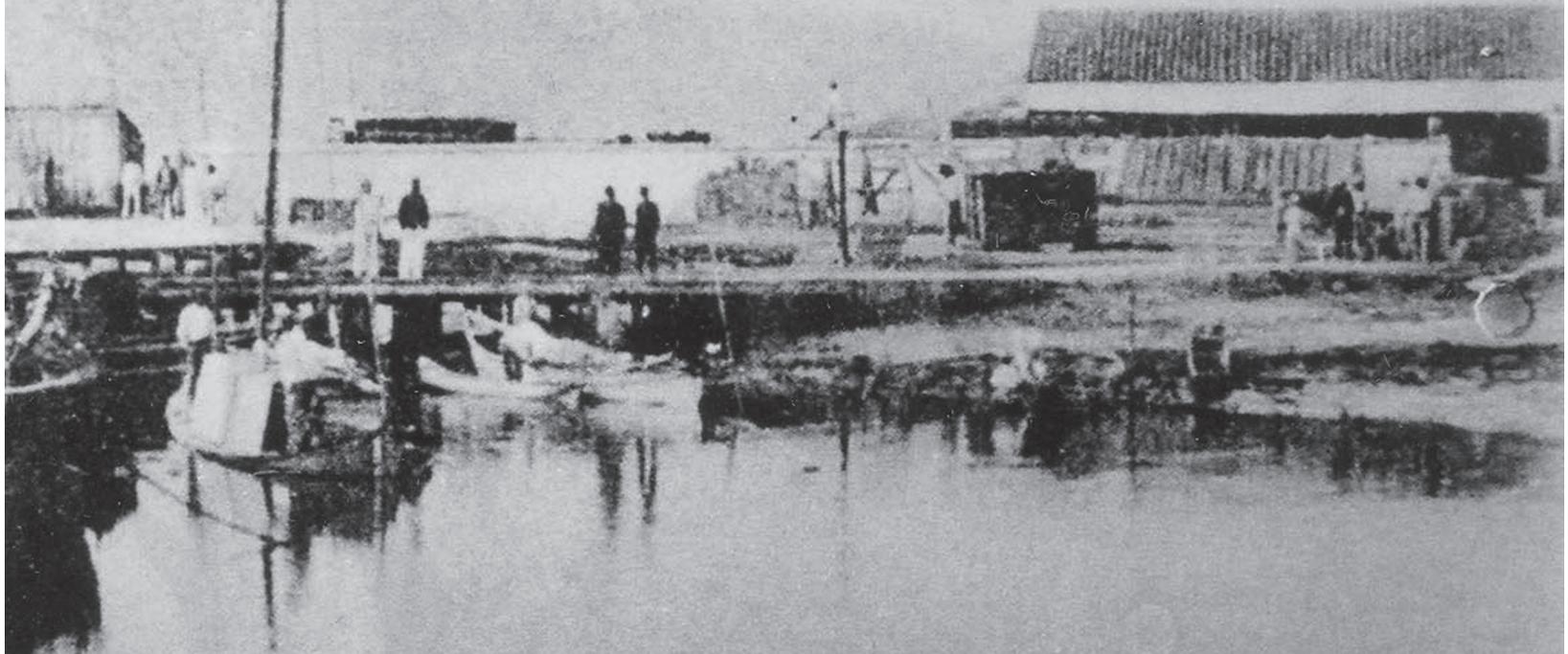


Itajaí, 1900. Acervo: FGML/CDMH.



DURANTE LONGOS ANOS, uma figura ativa e marcante, não somente em Itajaí, como também em toda região, foi o Padre João Rodrigues de Almeida. Segundo ele próprio, era apenas uma pessoa apaixonada pelo Brasil, mas ele também possuía esta mesma paixão pelo sacerdócio e pela política. Nascido em 1830, na pequena vila de São Pedro do Sul, no Bispado de Viseu, em Portugal, um vilarejo distante pouco mais de cem quilômetros ao norte da cidade de Coimbra, era filho de José Joaquim de Almeida Dias e de Luísa Maria de Jesus. Fora ordenado Padre em 1854., e veio para o Brasil três anos depois, permanecendo no Rio de Janeiro por dois anos, sendo nomeado Vigário da Igreja de São Gonçalo, em Niterói.

Seguiu para Santa Catarina em outubro de 1859, onde inicialmente se estabeleceu na Penha, local aonde já vivia um irmão dele, falecido precocemente em 1870. Logo depois, foi designado para a Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, onde ficou até 1860. Durante mais de trinta anos, atuou nas Paróquias de Itajaí, de Porto Belo, e de Camboriú. A sua atuação na política começou cedo, quando ele ainda estava na Penha, e aí se envolveu nas eleições para a Câmara Municipal, o que causou desagrado em boa parte dos políticos tradicionais. Mas ele foi, aos poucos, conquistando a simpatia de seus fiéis e de um modo geral de todo o povo, devido ao modo como ele se dedicava às comunidades onde vivia.



Um bom exemplo disto aconteceu em Itajaí, durante um surto de febre amarela que acometeu a cidade nos meses de abril e maio de 1878. Ele foi tão atuante no auxílio às famílias atingidas pela enfermidade, que recebeu o reconhecimento por suas ações através de uma nota de agradecimento publicada pelas lideranças comunitárias,





*Padre João Rodrigues de Almeida.
Acervo: FGML/CDMH.*



católicas e luteranas, no jornal “A Regeneração”, a qual foi assinada por José Pereira Liberato, Antonio Pereira Liberato, Henrique Luiz Schneider, Eduardo Dias de Miranda, Gustavo Salinger, Marcos Konder, Guilherme Asseburg, Samuel Heusi, Guilherme Müller, entre outros. Este prestígio adquirido junto à população fez com que ele fosse eleito Deputado à Assembleia Legislativa da Província, para o mandato exercido entre os anos de 1880 a 1881.

Até o final da monarquia, ele foi uma liderança influente na política da região, mas com a proclamação da República, o Padre Almeida foi perdendo a sua força política e algum tempo após o término da Monarquia, ele se transferiu definitivamente para Itajaí. Mesmo perdendo parte do prestígio anterior, ele foi eleito vereador nas eleições de 1892, quando os federalistas elegeram a maioria dos vereadores para a Câmara Municipal. Ele era, naquela ocasião, o Vice Presidente da Câmara, até o momento que eclodiu a Revolução Federalista de 1893.

Na ocasião, mesmo que nunca tenha admitido ser o autor do fato, foi ele quem, provavelmente, se apoderou ou facilitou a tomada de toda soma em dinheiro existente nos cofres da Câmara Municipal de Itajaí pelas tropas de Gumercindo Saraiva, quando estas chegaram à cidade. Em pouco tempo, chegaram também os soldados liderados por Pinheiro Machado e começaram os combates na cidade, ocorridos no mês de dezembro, e com a expulsão dos federalistas, o Padre Almeida, alertado por fiéis de que seria preso, fugiu

*Emanuel Pereira Liberato.
Acervo: FGML/CDMH.*

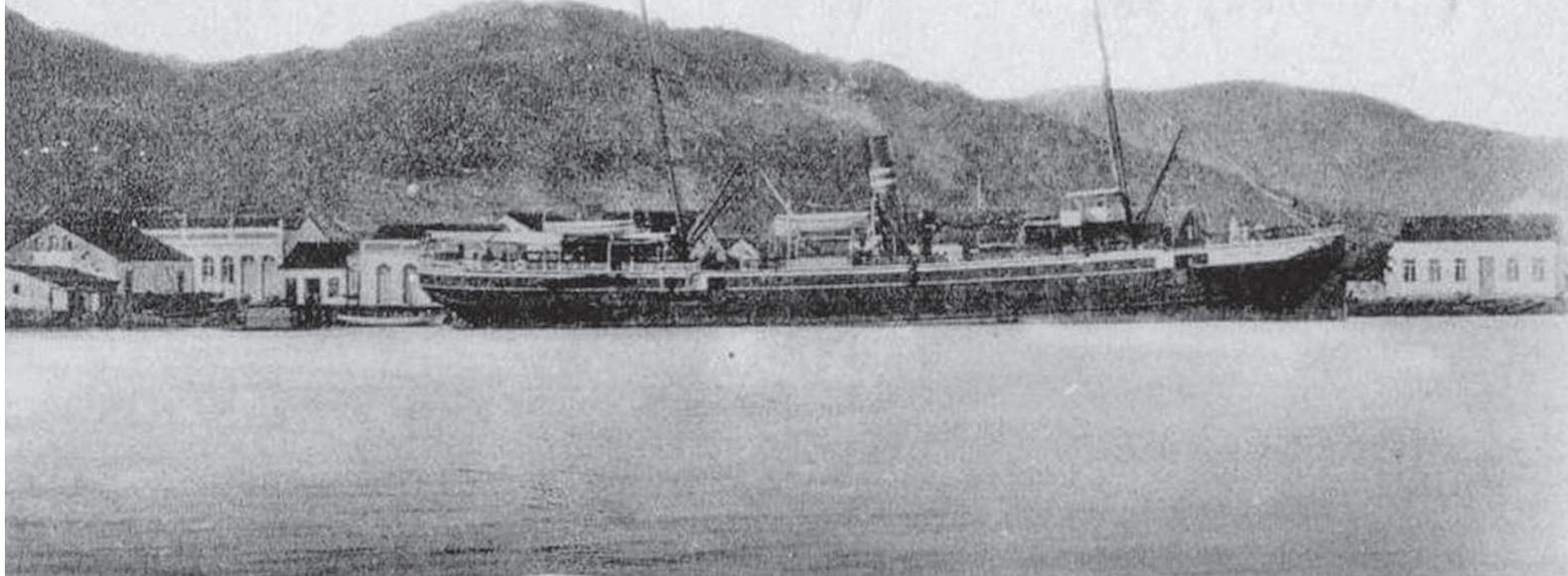
antecipadamente para a Armação de Itapocorói, juntamente com outros cidadãos que também se encontravam nas mesmas condições.

Tão logo foram descobertas estas fugas, uma missão militar composta de oito homens, com ordens expressas de prendê-lo, foi enviada para lá com o objetivo de trazê-lo até a altura daquilo que havia sobrado da ponte do Rio Pequeno, e de queimá-lo vivo neste local, porque era o Padre também acusado pelos legalistas de ter mandado destruir aquela ponte para deter o avanço de suas tropas. No amanhecer do dia 12 de dezembro, a missão enviada para a sua prisão chegou à residência do Vigário da Penha, Vicente de Argenzio. Porém, o Padre Almeida, novamente alertado por fiéis, dali conseguiu escapar antes da chegada dos soldados. Submeteram o Vigário Argenzio a um interrogatório e vasculharam todos os aposentos de sua residência, encontrando alguns pequenos pertences do Padre Almeida, que foram esquecidos na pressa dele sair do local. Os soldados então levaram o Vigário local para que ele fosse até Itajaí dar explicações aos Generais Lima e Machado, juntamente com Antonio Joaquim de Macedo, comerciante local e outros cidadãos de Itajaí que foram capturados: Carlos Frederico Seara, então Administrador da Mesa de Rendas de Itajaí, Adolpho Gonçalves da Luz, filho do comerciante Donato Gonçalves da Luz, e o prático da barra do rio, Francisco Ezequiel Tavares.



*A então Matriz de Itajapi.
Acervo do autor.*

Acervo do autor.



Edition de la Mission Brésilienne de Propagande - Paris 28. Bd des Italiens
BRÉSIL. - Etat de Santa Catharina. — Le port d'Itajahy

O Vigário da Penha e Antonio Joaquim Macedo foram soltos por interferência de um Oficial do Exército que conhecia ambos. Os demais foram enviados para Blumenau, junto com outro preso, Agostinho Pica Pau, que foi acusado de ter servido as tropas legalistas a bordo do vapor Progresso. Agostinho foi fuzilado nas imediações de Gaspar; já Carlos Seara e Tavares foram soltos logo depois. Adolpho Luz foi enviado para a localidade de Morro Pelado, aonde deveria ser fuzilado. No deslocamento, se aproveitando de um momento de descuido dos soldados, ele fugiu, sofrendo alguns ferimentos leves ocasionados pelos tiros. E assim, o Padre Almeida continuou escondido, escapando, por hora, livre da prisão.

No dia 16 de abril de 1894, aconteceu a rendição dos revoltosos em Santa Catarina e, com a retirada das tropas da cidade, a vida cotidiana foi aos poucos voltando à normalidade habitual. O Padre Almeida retornou e assumiu as suas funções na Igreja, porém, agora, de um modo mais retraído. Ele ainda estava sob a vigilância do governo, fruto do espírito de revanche que assolava aquele período. Assim, passados pouco mais de dois meses, veio a seu encontro e de outras pessoas uma tropa enviada pelo Governador Provisório do Estado, o Coronel Antonio Moreira César, com a ordem de prendê-lo e conduzi-lo até a capital, o que foi cumprido durante a madrugada do dia 12 de junho daquele ano.

A bordo do Vapor Angra dos Reis seguiram como prisioneiros, além dele, os irmãos Tobias Becker e José Becker Filho, que haviam retornado do refúgio na Argentina, na esperança de apenas responderem ao processo militar e cumprirem ao tempo de prisão decorrentes das mesmas. Além destes, estavam entre os presos,

Benjamin Carvoliva, o autor do hino e música da revolução federalista, e ainda José Lopes Ferreira Junior. Quando o navio passou nas proximidades da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, os irmãos Becker foram ali desembarcados através de uma lancha e dali nunca mais eles saíram. Já o Padre, chegando na Capital, foi encaminhado para a prisão improvisada no “Parthenon Catharinense”, e posteriormente foi ele levado à presença de Moreira César, que exigiu dele a reposição imediata do valor total em dinheiro tomado da Câmara Municipal de Itajaí. Afirmou que enquanto tal quantia não fosse devolvida, ele seria mantido, enquanto ele fosse o Governador, como o seu “prisioneiro pessoal”. Temendo pela vida do Padre, já que os engenheiros franceses, que também estavam presos no Parthenon, tiveram o mesmo destino dos irmãos Becker, os fiéis, os amigos e os superiores eclesiásticos começaram a se mobilizar.

Para atingir a soma exigida pelo Governador, foi providenciada a venda das posses e dos bens do Padre e muitos comerciantes também contribuíram em dinheiro. Mesmo após a entrega da quantia exigida, o seu destino ainda seria o fuzilamento, pois já estava marcada a execução do Padre Almeida para o dia 24 de junho, não sendo por coincidência, a escolha do dia de São João, uma data religiosa. Esta decisão não foi unicamente de Moreira Cesar e, sim, conjunta, com os chamados “Conselhos de Guerra”, constituídos na maior parte por políticos que foram afastados pelos federalistas; e eles tinham o poder de julgar e determinar as penas dos acusados de participação na Revolução. Novamente, devido à interferência de comerciantes influentes e também da Arquidiocese de Florianópolis, ele conseguiu escapar da pena de morte, mas isto, mediante uma condição imposta por Moreira Cesar. O Governador exigiu dele uma carta escrita, aonde o Padre manifestasse o desejo voluntário de deixar o Brasil, uma forma de mantê-lo afastado de Itajaí e de Santa Catarina, para sempre. Não tendo outra escolha, assim o Padre fez. Solto, ele conseguiu partir para o Rio de Janeiro, graças à ajuda de Emanuel Pereira Liberato, que lhe deu o dinheiro da passagem e, lá chegando, a Arquidiocese da Capital providenciou a sua moradia provisória, mas tudo isto ainda sob a vigilância dos governistas. O tempo se encarregou de terminar com os poderes e com a influência do Coronel Moreira Cesar e ele conseguiu, no dia 16 de agosto de 1894, obter a sua liberdade provisória, através de um “habeas corpus” emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

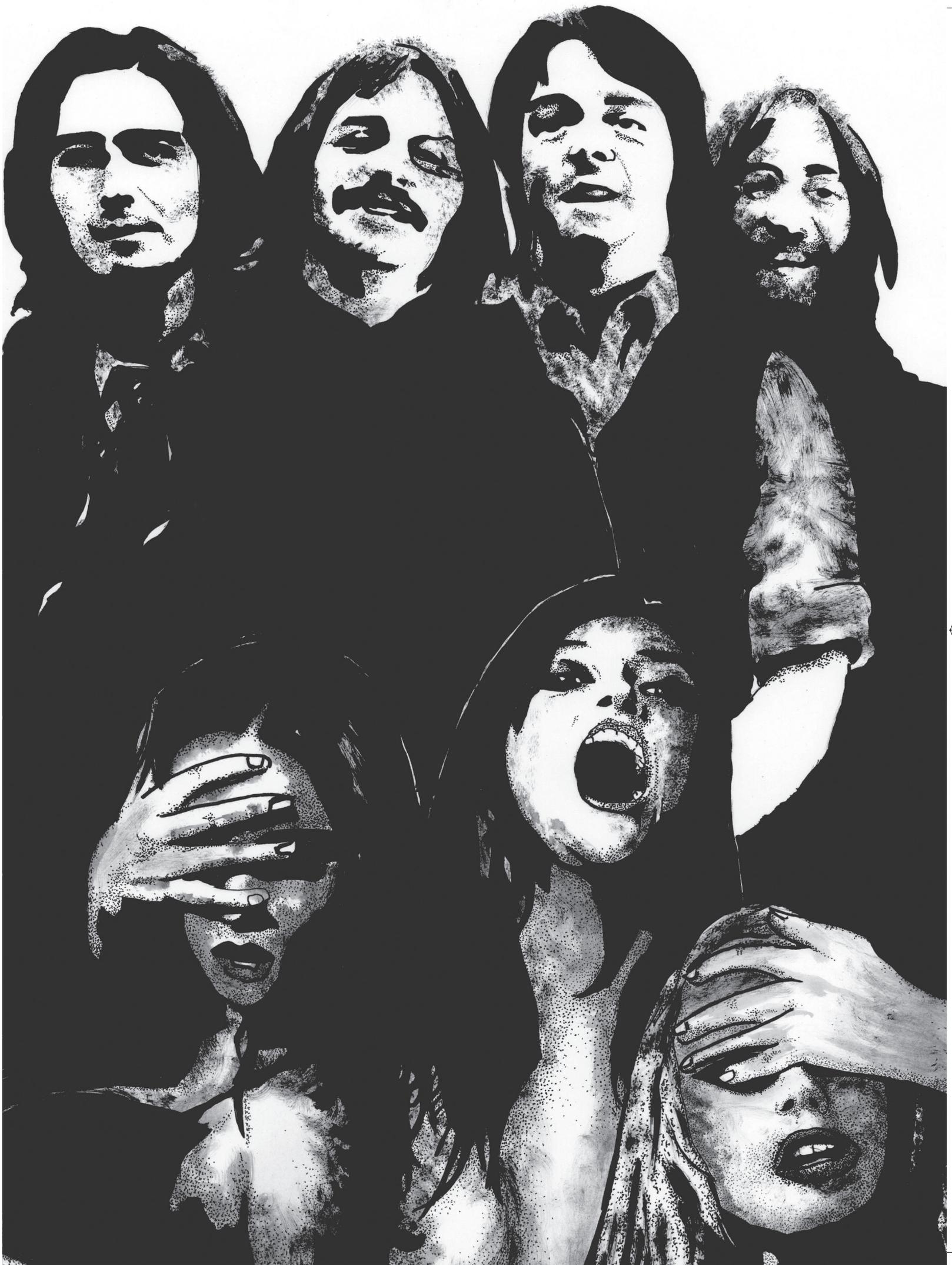
Quando se completou o primeiro aniversário dos fuzilamentos ocorridos na Fortaleza de Anhatomirim, isto no dia 25 de abril de 1895, o Padre Almeida foi convidado para celebrar uma missa, na Igreja São Francisco de Paula, por ter sido ele uma das vítimas da perseguição daquele período. Finalmente, no dia 03 de julho de 1895, foram proferidas as sentenças de todos os denunciados por terem tomado parte na revolução, tendo ele e Emanuel Pereira Liberato sido absolvidos dos crimes de que eram acusados. Pôde enfim continuar a exercer seu ministério sacerdotal na Igreja Matriz de Santa Rita, na cidade do Rio de Janeiro, até 1911.

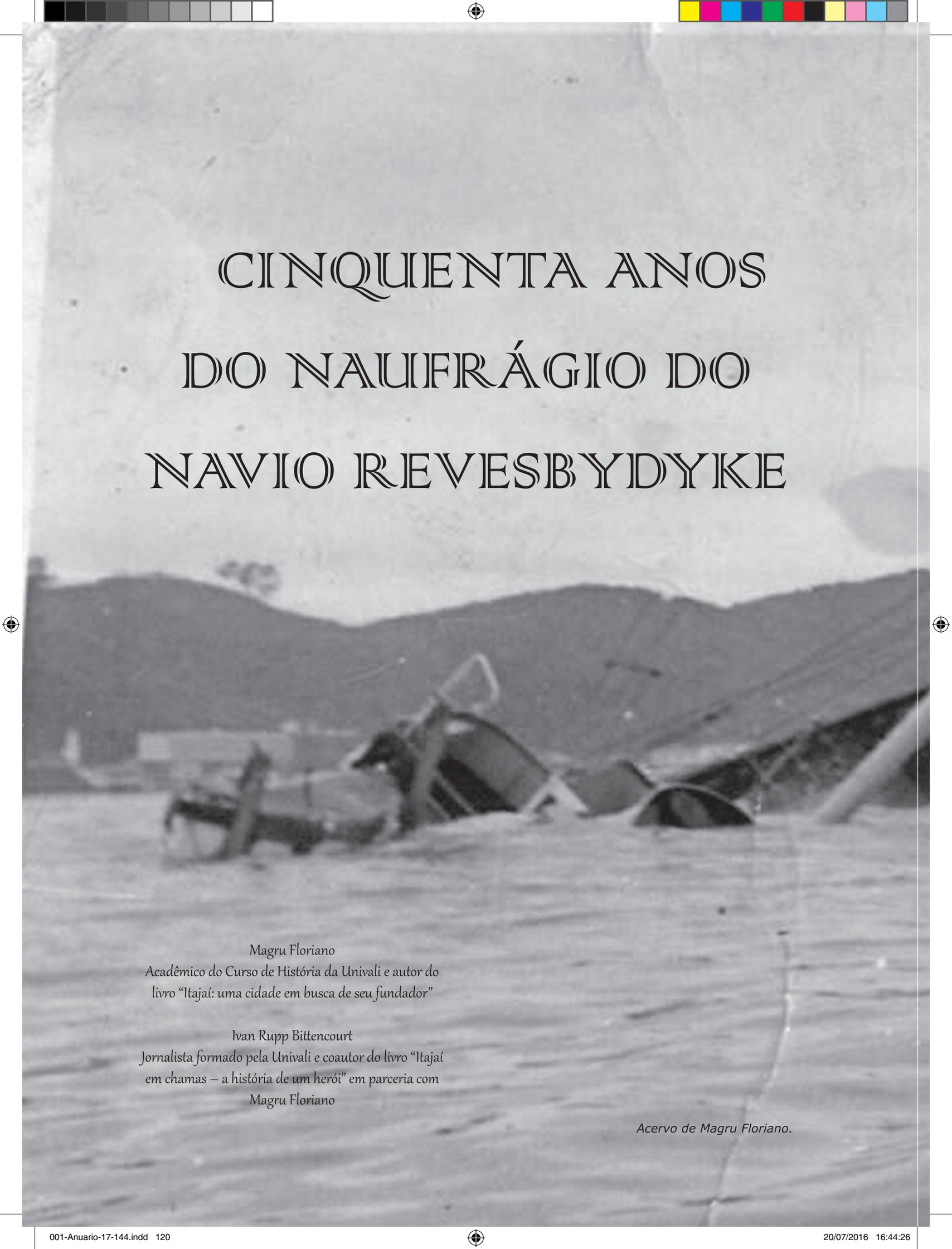
O Padre Almeida, no período compreendido entre o final de 1894 e o início de 1895, escreveu as suas memórias sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina, na redação do Jornal “O Apóstolo”. Embora tenha omitido alguns fatos e exagerado na descrição de outros, ele descreveu com uma riqueza de nomes e de detalhes diversos fatos ocorridos em Santa Catarina naquele período. Não é necessário ser um grande conhecedor da história do Brasil para saber o que se sucedeu a Moreira César, no Arraial de Canudos, em 1897. Já o Padre Almeida, veio a falecer de morte natural, em 20 de setembro de 1911, ainda exercendo o sacerdócio, estando praticamente no anonimato e contando na época mais de oitenta anos de idade, tendo sido sepultado no Cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju, na cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ANAIS DO SENADO FEDERAL. **Sessão em 02 de maio de 1864**, p. 176-177, 1864. Rio de Janeiro, 1864.
- CARVOLIVA, Agenor. **Sermão de lágrimas**. Revista O Malho. Rio de Janeiro, n. 325, p. 25, 24 de agosto, 1939.
- D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí, Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982.
- JORNAL O Apóstolo. Rio de Janeiro, 21 de dezembro, 1894.
- _____. Rio de Janeiro, 23 de dezembro, 1894.
- _____. Rio de Janeiro, 28 de dezembro, 1894.
- _____. Rio de Janeiro, 06 de janeiro, 1895.
- _____. Rio de Janeiro, 18 de janeiro, 1895.
- JORNAL O Dia. Florianópolis, 24 de setembro, 1911.
- JORNAL República. Florianópolis, 05 de julho, 1895.
- JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de setembro, 1911.
- JORNAL Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 25 de abril, 1895.
- MÜLLER, Carlos Henrique. **Subsídios para a genealogia e história das famílias Müller, Schneider, Friese e Ehrlich**. Arquivo pessoal do autor.
- REVISTA Blumenau em Cadernos. **Interessante memória**. Blumenau, t.2, n.7, p. 121-124, 1959.
- PIAZZA, Walter F. **Dicionário Político Catarinense**. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, p.39, Florianópolis, 1985.







CINQUENTA ANOS
DO NAUFRÁGIO DO
NAVIO REVESBYDYKIE

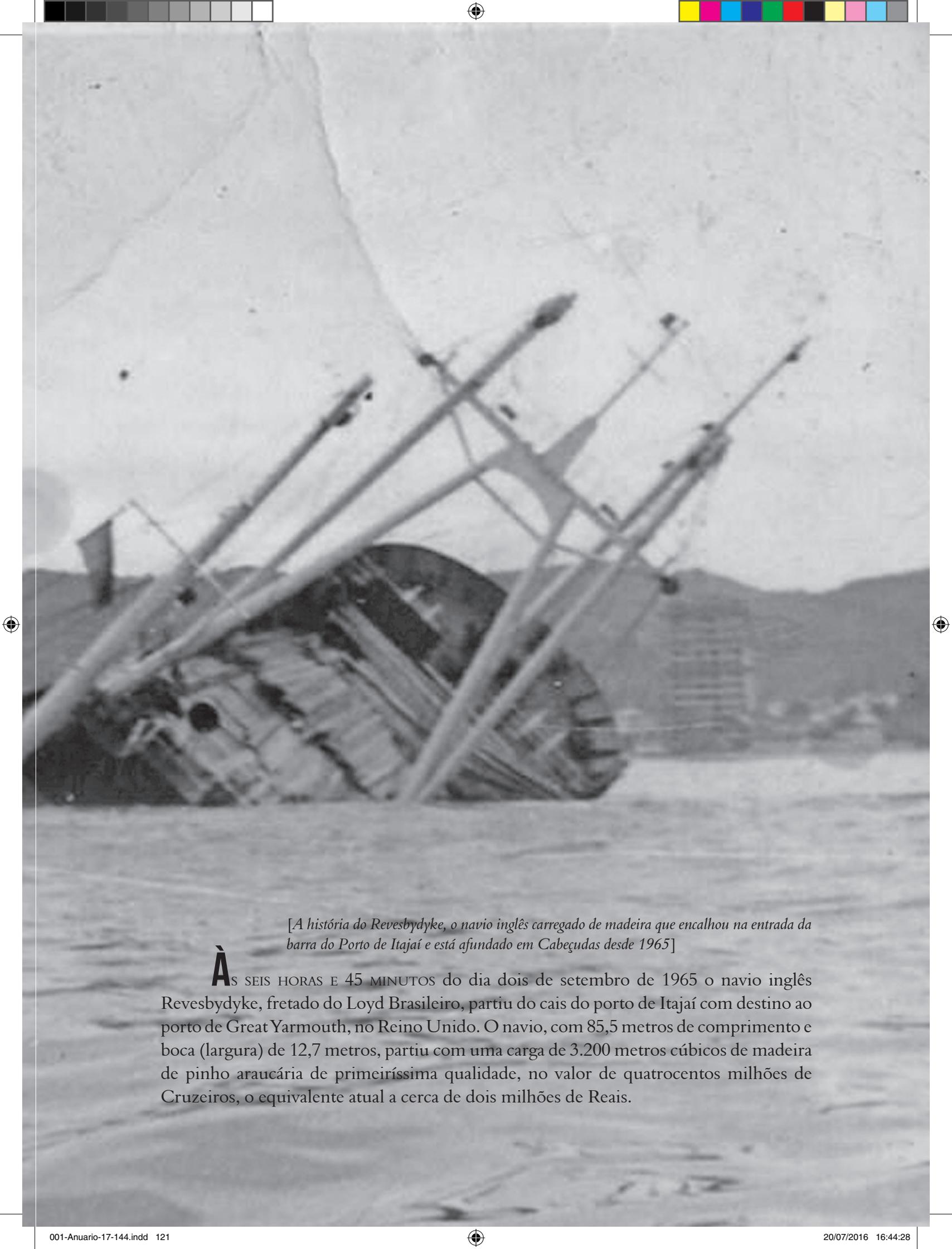
Magru Floriano

Acadêmico do Curso de História da Univali e autor do
livro “Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador”

Ivan Rupp Bittencourt

Jornalista formado pela Univali e coautor do livro “Itajaí
em chamas – a história de um herói” em parceria com
Magru Floriano

Acervo de Magru Floriano.



[A história do Revesbydyke, o navio inglês carregado de madeira que encalhou na entrada da barra do Porto de Itajaí e está afundado em Cabeçudas desde 1965]

ÀS SEIS HORAS E 45 MINUTOS do dia dois de setembro de 1965 o navio inglês Revesbydyke, fretado do Loyd Brasileiro, partiu do cais do porto de Itajaí com destino ao porto de Great Yarmouth, no Reino Unido. O navio, com 85,5 metros de comprimento e boca (largura) de 12,7 metros, partiu com uma carga de 3.200 metros cúbicos de madeira de pinho araucária de primeiríssima qualidade, no valor de quatrocentos milhões de Cruzeiros, o equivalente atual a cerca de dois milhões de Reais.

A viagem, entretanto, durou muito pouco: às sete horas e vinte minutos, quando saía na boca da barra de Itajaí, uma onda fez o navio adernar (pender) para a esquerda (bombordo), encalhando em seguida. Com o movimento brusco, cabos de aço arrebentaram e a carga que estava no convés tombou para o lado esquerdo, parte caindo no rio, parte se espalhando pelo convés do navio que, adernado, teve seus porões inundados pela água que invadia as vigias inexplicavelmente abertas na lateral do casco.

Além das taboas e pranchões de madeira, também alguns marinheiros caíram na água, outros se jogaram, segundo notícia publicada na época pelo jornal “A Nação”, que cobriu o acidente em edições consecutivas a partir de quatro de setembro daquele ano.

Descontrolado, o Revesbydyke atolou num banco de areia situado próximo ao lado norte do molhe da entrada da barra, ficando toda aquela quinta-feira e também na sexta entregue ao movimento da maré, obstruindo a entrada do canal de acesso ao porto. No afã de desencalhar o Revesbydyke, grande quantidade de madeira foi atirada ao mar para que o navio flutuasse e bombas d'água foram acionadas na tentativa de esvaziar os porões, mas os esforços foram em vão.

Para retirar o navio que contava praticamente todas as dependências inundadas, foi acionado o rebocador Tridente, da Marinha de Guerra do Brasil, que chegou sábado no local do acidente. Enquanto isso, dezenas de embarcações e centenas de pessoas nas praias próximas e nas margens do Rio Itajaí recolhiam a enorme quantidade de taboas e pranchões de madeira atirados às águas pela tripulação e pelo pessoal que tentava salvar o navio do naufrágio. Àquela altura, a carga já era considerada perdida.

Mais de três dias depois do encalhe, aproveitando a maré alta e sob os esforços do rebocador Tridente, o Revesbydyke foi levado na noite de sábado para domingo, de



Acervo de Magru Floriano.

quatro para cinco de setembro, até o largo defronte à praia de Cabeçadas, desobstruindo, finalmente, a entrada da barra do porto de Itajaí.

No domingo, durante todo o dia, e ainda na segunda-feira de manhã, curiosos observavam o navio ao largo de Cabeçadas. O cargueiro apresentava, pelo menos aparentemente, uma boa flutuação, segundo os relatos da época. Na tarde de segunda-feira, cinco, a partir das catorze horas, entretanto, o Revesbydyke começou a afundar. Primeiro pela popa, ficando só a proa à vista, e depois completamente.

A batalha para salvar o navio inglês havia sido perdida. Junto com ele, centenas de metros cúbicos de madeira foram para o fundo. O último esforço da tripulação do rebocador Tridente foi convencer o comandante do navio, o inglês Edgar Stanley Collins, a abandonar o barco, uma vez que, segundo relatado no jornal “A Nação”, de 07 de setembro daquele ano, o comandante tencionava afundar junto com o Revesbydyke. Com algum esforço, entretanto, foi demovido da ideia.

Àquela altura, fora o comandante Collins, todos os tripulantes já estavam a salvo hospedados em hotéis da cidade. Nos meses seguintes, a única evidência do naufrágio foi alguma taboa ou prancha que ainda se soltava do navio e vinha dar na praia para alegria de alguns, e a proa do Revesbydyke que era facilmente avistada ao largo, marcada por boias, até se quebrar e afundar completamente, e lá está até hoje.

A MEMÓRIA DE GUNTER DEEKE

Praticamente todo o drama vivido pelo navio Revesbydyke foi assistido de camarote por Gunter Deeke, que trabalhava na empresa marítima Samarco, de propriedade de seu pai. Gunter residia na época, e reside até hoje, numa parte elevada do Balneário de Cabeçadas. Ele lembra bem do acidente, que em sua opinião teve como causa principal a irresponsabilidade no carregamento do navio. É ele quem conta:

O Revesbydyke era agenciado pela Agência Transmarte, cujo titular na época era o “Seu” Pedro Salles. A finalidade da escala era um carregamento de madeira de pinho intermediado pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira (CCEM), mas o capitão cometeu o maior erro possível em questão de estabilidade náutica ao permitir uma sobrecarga muito acima da lógica. Encheram os porões e sobre o convés carregaram uma quantidade exorbitante de madeira. Até um leigo podia ver a olho nu o erro absurdo no carregamento daquela nau.

Deeke conta que depois do encalhe a bombordo a ponte de comando tentou desacelerar o motor telegrafando a manobra à casa de máquinas, mas já era tarde porque pelas escotilhas abertas a água já havia silenciado o motor Rolls Royce do navio. Na versão do agente marítimo, dois oficiais correram a frente da nau e, por cima das pilhas de taboas, soltaram as amarras fazendo com que muita madeira caísse na água e que o

navio endireitasse consideravelmente, guinando para a direita (boreste), batendo com a proa nas pedras do molhe sul. Naquela posição, atravessado no canal, o Revesbydyke ficou até a chegada do rebocador Tridente, dois dias depois.

Com a chegada do Tridente, o navio foi, segundo Gunter, rebocado para longe da barra, posicionando-se em alto mar a cerca de dois ou três quilômetros, em frente da praia de Cabeçadas. Mas nem deu tempo da tripulação soltar os cabos e o rebocador já trouxe de volta o Revesbydyke para próximo do litoral, desta vez na altura da praia do Jeremias, local onde está até hoje afundado. No dizer de Deeke, o casco do navio havia sido rasgado pelas pedras no encalhe na entrada da barra, e seu naufrágio foi eminente. Naufrágio que Gunter assistiu de posição privilegiada:

Eu assisti a tragédia do terraço de minha casa em Cabeçadas. Com meus olhos, munidos por um bom binóculo, vi e ouvi o movimento e os gritos desesperados da tripulação que chegavam a mim trazidos pelo vento nordeste. O Revesbydyke estava com a proa voltada para a Atalaia e afundava lentamente de popa, adernado a bombordo. Solto o navio, o rebocador da Marinha aproximou sua popa ao casco da nau agonizante para resgatar a tripulação, que pulava do Revesbydyke para o Tridente.

Deeke confirma a hesitação do capitão em abandonar o navio:

Assisti, de binóculo, dois marinheiros puxando com toda força o comandante da cabine de comando. Nesse esforço, um dos marinheiros ainda acabou levando um tombo devido a grande inclinação do navio a bombordo. Depois de muito puxa-empurra, o comandante cedeu e os três homens desceram pelas escadas externas do navio até o convés, que estava no mesmo nível da popa do rebocador.

RESCALDO

Aquela seria, e foi, a última viagem do comandante Edgar Stanley Collins, apontado pelo Tribunal Marítimo Brasileiro (no Processo nº 5.568, encerrado em

15/10/1970) o responsável pelo acidente com o Revesbydyke, juntamente com o imediato Anthony F. Withington. Segundo o acordão do julgamento, o

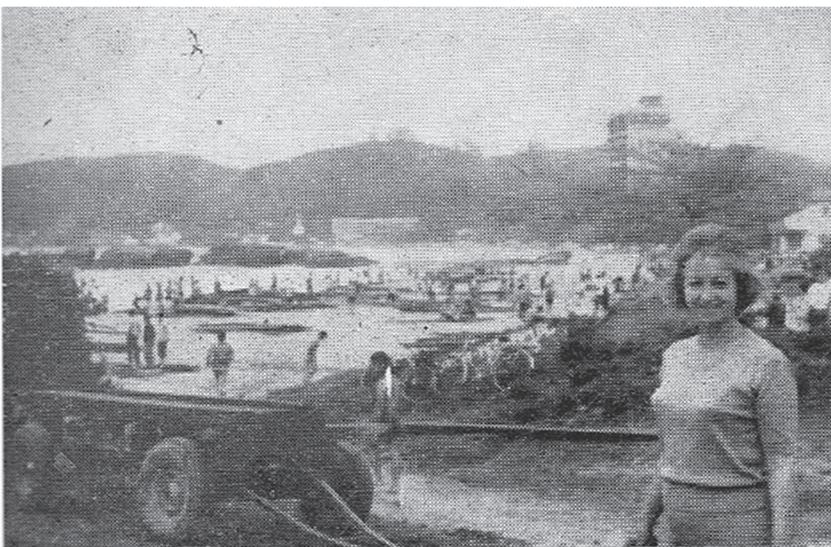
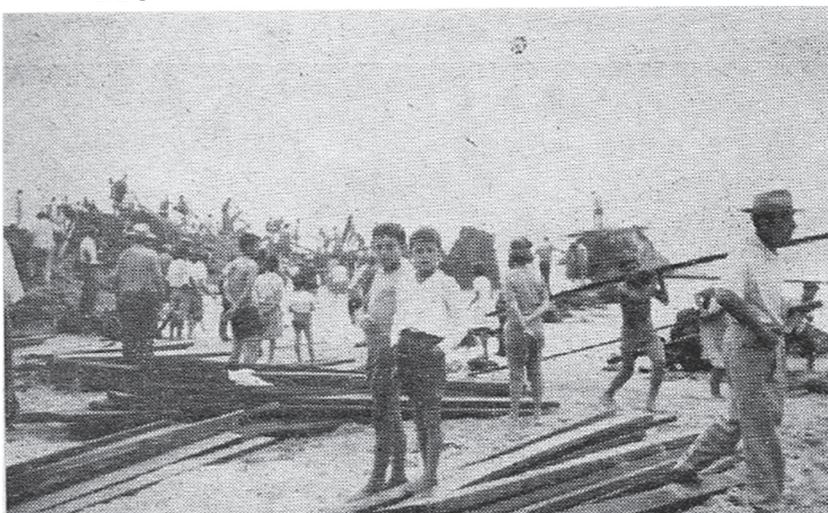


Foto publicada na Revista do Sul. Uma grande quantidade de madeira sendo recolhida na praia de Cabeçadas. Acervo: FGML/CDMH.

Foto publicada na Revista do Sul. Uma grande quantidade de madeira sendo recolhida na praia de Cabeçudas. Acervo: FGML/CDMH.



capitão e o imediato foram julgados responsáveis pela imperícia no carregamento do navio e imprudência ao desatracar naquelas condições. A pena foi a interdição do exercício das funções dos acusados em águas brasileiras pelo prazo de dois anos, mais custas processuais.

Aquela era a segunda viagem do Revesbydyke, um navio de pequeno porte construído pelo estaleiro Goole Shipbuilding & Repairing Co. Ltd., na Inglaterra, e lançado às águas em janeiro de 1965, pertencente ao armador Klondyke Shipping Co. Portanto, tratava-se da primeira viagem do navio a portos brasileiros. Primeira e única.

Após um ano do naufrágio, relembra Gunter Deeke, o armador itajaiense Abílio Ramos contratou uma empresa especializada para retirar o motor Rolls Royce do navio afundado. Foi assinado um contrato de risco. Grandes tambores de ferro foram confeccionados na tentativa de suspender o navio, tendo tais tambores permanecido por muitas semanas na entrada da praia da Atalaia. Depois de várias tentativas, entretanto, constatou-se a inviabilidade da operação.

Quanto a madeira que caiu do Revesbydyke, as histórias são muitas, assim como são muitas as casas e obras feitas com as taboas e pranchas de pinho de primeira resgatadas das águas ou que deram na praia naqueles dias do acidente. Conta-se que não havia prego que resistisse muito tempo presos àquelas taboas carregadas de salinidade. Os pregos logo enferrujavam, e as taboas caíam das paredes, o que alguns interpretavam como uma espécie de maldição do navio afundado.

Muita madeira ficou ainda nos porões do navio. Nos anos 1990, uma equipe de mergulhadores resgatou parte dela para ser utilizada na fabricação de cabos de vassoura. Retirada a crosta externa, a madeira estava ainda em ótimas condições. Sobre os tanques de óleo diesel abarrotados que levariam o Revesbydyke de Itajaí até a Europa, não encontramos registro de sua retirada. Tampouco se recorda Gunter Deeke de ter sido feita essa operação: “Talvez ainda esteja dentro dos tanques no fundo do mar”, cogita. Se for assim, há ainda afundada junto com o Revesbydyke uma bomba relógio ecológica.



Foto publicada na Revista do Sul. Uma grande quantidade de madeira sendo recolhida na praia de Cabeçudas. Acervo: FGML/CDMH.

A MEMÓRIA DE DAGOBERTO BLAESE JÚNIOR

Dagoberto publicou depoimento sobre o episódio no site “Clube dos Entas” - mantido na internet pelo

memorialista Paulo Rogério Maes - no dia oito de janeiro de 2015. Sobre o naufrágio do Revesbydyke diz:

Lembro bem deste acidente. O navio adernou e teve as máquinas paradas pois uma vigia na casa de máquinas fora esquecida aberta [...] O navio ficou adernado bem no meio da boca da barra. Poderia ter sido salvo mais à tarde, quando chegou o rebocador da Marinha (parece-me o Triunfo – R25), o mesmo não pode logo pegar os cabos para rebocar o navio pois faltavam “carimbos” da empresa de seguros (burocracia). Só no dia seguinte o mesmo começou a puxar o navio, mas já era tarde. Ele ficou batendo nas rochas do molhe-norte e fez vários furos no casco. Eu estava lá no molhe-sul e por pouco o próprio rebocador não bateu no molhe-sul pois estavam prestando atenção no navio e esqueceram da navegação. De repente foi um tal de soar alarmes e fechar escotilhas pois por pouco quase não tínhamos duplo problema [...].

A MEMÓRIA DE SAGY D. TALEGNANI

Sagy publicou seu depoimento no dia primeiro de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente”, mantido na internet por Magru Floriano. Sobre o naufrágio diz:

Este navio saiu do porto com muita madeira. Ele estava bem torto quando saiu e acabou batendo nas pedras da barra. Os tripulantes cortaram as amarras [...] no convés, tentando salvar o navio. Ele ficou dias na frente da praia e o pessoal estava usando bombas para retirar a água dos porões. Nada adiantou. Lembrei bem que depois de ele ter afundado foram colocados grandes tanques de ar para tentar tirar o navio do fundo, mas foi tudo em vão [...]

Na época a madeireira em que meu pai trabalhava carregou bastante madeira no navio. [...] Eu estive a bordo do navio com meu pai um dia antes dele partir. No dia da partida nós estávamos na barra para ver ele sair, tinha muitas pessoas lá.

A MEMÓRIA DE ELISANGELA ANDRÉIA DE OLIVEIRA

Elisângela publicou seu depoimento no dia trinta de julho de 2015 também no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

De tempos em tempos as amarras arrebentam e acaba boiando pranchas até a areia e por sorte fui contemplada com uma, ela veio com uma camada de conchas, lixei e fiz um aparador. [...] Quem recolheu foi um amigo nativo que mora em Cabeçudas. Comprei dele. Ela veio cheia de conchas e nas pontas tinha um tipo de “fita isolante”, acredito que era um tipo de fita para proteger a madeira das amarras. Ela está original, apenas passo cera em pasta incolor para tratá-la uma vez por mês, devido o tempo que ficou no fundo do mar ela vai ficando esbranquiçada. Acho que por causa do sal. A prancha mede três metros de comprimento por trinta centímetros de largura e seis centímetros de espessura.

A MEMÓRIA DE LUIZ FREITAS

Luiz publicou seu depoimento no dia onze de julho de 2015, também no grupo do facebook “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

As casas feitas com essa madeira caíram pelo fato de os pregos se oxidarem. Dizia-se na época que elas caíam por castigo de Deus. [...] Outros diziam que as casas feitas dessa madeira, por ser subtraída de naufrágio, caíam porque dava azar [...].

A MEMÓRIA DE MARIA DIAS RAMOS

Maria publicou seu depoimento no dia 26 de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

Este navio foi comprado pela Navegação Antônio Ramos que chamou uma equipe para tentar salvá-lo, mas foi tudo em vão. Meu pai tentou bastante, lembro-me muito bem [...]

A MEMÓRIA DE PEDRINHO FERREIRA

Pedro publicou seu depoimento no “Itajaí de Antigamente” no dia 26 de julho de 2015. Sobre o naufrágio diz:

[...] todos os pescadores que estavam no arrasto do camarão puxaram madeira para Cabeçudas e Atalaia. A calçada de Cabeçudas parecia uma madeireira [...].

A MEMÓRIA DE GRAÇA HEUSI SCOLA

Graça publicou seu depoimento no dia 26 de julho de 2015 no grupo “Itajaí de Antigamente”. Sobre o naufrágio diz:

Eu também vi o navio afundar. Após começar, todo dia afundava um pouco, era triste assistir. A gente pensava que ninguém queria impedir o naufrágio, mas não tinha mais solução. As madeiras vieram para a praia e as que ficaram no navio foram retiradas por mergulhadores. Tempos depois foram retirar o óleo que ficou no tanque. Retiraram com equipamentos especiais para não vir nada para o mar e sujar a praia. [...] Só sei que o navio ficou com uma parte para fora da água. Todo dia afundava um pouco. Depois foi afundado por uma equipe.

A MEMÓRIA DE TILLA PERAU

Tilla publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia 28 de julho de 2015. Sobre o naufrágio diz:

[...] Eu lembro do naufrágio. O mar parecia estar de assoalho. Meu pai e meu irmão pegaram muita madeira. Meu irmão - Luíz Antônio Pereira - mergulhou por lá anos depois (1995). Estiveram mexendo por lá, dinamitaram e retiraram mais madeira. Ainda tem madeira por lá. A cada ressaca aparece nos arredores ... meu irmão pegou duas no ano passado. Pelo que sei ainda há dois compartimentos lacrados. Tem dias que é possível ver onde está o casco.

A MEMÓRIA DE LUIZ ANTÔNIO PEREIRA

Luiz publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia 28 de julho de 2015 e dias posteriores. Sobre o naufrágio diz:

[...] lembrei de um outro fato que deve ter fotos por aí: era de uma barcaça arredondada que foi contratada pela companhia Ramos para mergulho e recuperação de peças do famoso navio da madeira, e para isto foi feito um contrato com um sócio da companhia Olsen de tratores, de Caçador. O trabalho de mergulho durou quatro anos. Ao terminar o prazo dado pela Marinha o navio devia ser dinamitado. Nessa época eu trabalhava na empresa Irmãos Gomes Indústria e Comércio de Sal, ali na antiga oficina da empresa Malburg (onde hoje fica a Receita Federal).

Em um sábado de 1970 [...] levei um grande susto e quase caí da bicicleta por causa da explosão da casaria do navio. Usaram 1.500 kg



Foto publicada na Revista do Sul. Uma grande quantidade de madeira sendo recolhida na praia de Cabeçudas. Acervo: FGML/CDMH.



de explosivos e um lindo cogumelo de água se levantou com a explosão, mas o susto foi grande. [...]. Uma outra equipe de mergulho, depois de vinte anos, retirou madeira para fazer cabos de vassoura para exportar para a Alemanha. [...] As madeiras da cobertura da casa de meu padraço foram todas pegas do navio com ajuda de estivadores amigos.

Eu e o Esmael (cunhado do Egídio da “Baíuca”) estávamos coletando madeira no mar quando o rebocador da Marinha apareceu e eles exigiram que a madeira fosse recolhida para dentro do rebocar, mas nós fugimos em direção à Praia da Atalaia. Eles nos chamaram por megafone e nós aceleramos em direção à praia. Eles vieram atrás com um “escaler” nos obrigando a abandonar a madeira. Chegaram a dar três rajadas de metralhadora rente à nossa embarcação. Foi desesperador.

Também lembro do episódio da “invasão da Atalaia”. A Capitania dos Portos tinha fuzileiros e policiais civis guardando a madeira que chegava à costa. Quando o pessoal resolveu invadir a Praia da Atalaia para pegar parte da madeira teve militar que chegou a jogar granadas e balas de festim para dispersar as pessoas. Foi o maior corre-corre. O pessoal queria por a mão na madeira porque circulou pela cidade a notícia de que a empresa seguradora tinha dado a carga como perdida.

O serviço de terreiros do porto foi acionado na Atalaia e amontoaram boa quantidade de madeira com a ajuda de tratores e guincho. Quando foi confirmada a história da desistência da carga pela empresa seguradora inglesa as autoridades liberaram a madeira que estava batendo na costa pedindo apenas que não mexessem na madeira que já estava empilhada pelos terreiros. Foi um Deus nos acuda. Aí o Capitão dos Portos apareceu com um megafone e resolveu esvaziar a área. Ameaçou até a jogar granada pra cima do pessoal.

A MEMÓRIA DE JORGE ADRIANI

Jorge publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia cinco de agosto de 2012. Sobre o naufrágio diz:

Lembro-me desse dia. Meu pai, juntamente com um primo, conseguiu pegar algumas tábuas que o pessoal do navio jogou no mar. Estávamos em uma pequena batera. As tábuas foram usadas para fazer uma nova batera para pescaria no Saco da Fazenda.

A MEMÓRIA DE MARQUETTI DADA

Marquetti publicou seu depoimento no grupo “Itajaí de Antigamente” no dia cinco de setembro de 2015. Sobre o naufrágio diz:

[...] lembro muito bem; na época eram cargas e cargas de madeira recolhidas nas praias por caminhões, carroças e até bicicletas. Todo mundo pegando madeira. Nessa época eu morava na Rua Jorge Tzaschel. A polícia chegou a fazer uma barreira na ponte do riacho Schneider tentando recuperar toda a madeira que passava pelo local.



ACORDÃO DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Processo número 5.568 - Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1970.

Naufrágio do Navio REVESBYDYKE em Itajaí

Naufrágio com perda total do navio e da carga. Imperícia no carregamento e imprudência ao desatracar. Condenação do comandante e do imediato. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Este processo refere-se ao acidente de navegação ocorrido com o navio inglês “REVESBYDYKE”, na barra de acesso ao porto de Itajaí, Estado de Santa Catarina, em 2 de setembro de 1965, resultando no afundamento do navio, carregado de madeira. Segundo as declarações do práctico, no inquérito, tendo o navio largado do cais do porto de Itajaí às 6 horas e 45 minutos daquele dia, começou a adernar às 7 horas e 20 minutos, vindo a encalhar no banco na margem norte do canal. Ao pender o navio, fora acionado o telégrafo de máquina, sem obter resposta. Nessa hora, o imediato e o segundo oficial soltaram as peias da carga de convés, da qual parte caiu no mar, endireitando bastante o navio; este pendera para bombordo, guinando por si só para boreste e indo bater nas pedras do molhe sul. Depois que a popa afundou, a proa ergueu-se e o navio girou, ficando com a proa para o mar e, na continuação dos balanços, acabou pendendo para boreste.

O conferente de carga Valdevino Vieira Cordeiro informou que durante o carregamento da parte final do convés, o navio pendera para bombordo, tendo nesta altura o primeiro oficial de bordo mandado que a madeira passasse a ser estivada para o lado oposto, ou seja, para boreste, a fim de compensar o navio. No dia seguinte, ao ser iniciada a operação de carregamento, o navio estava bem equilibrado.

Foram tomados os demais depoimentos que constam dos autos, anexadas numerosas fotografias e o auto de exame pericial realizado no casco afundado, bem como o relatório do socorro e salvamento, operação que, aliás não logrou impedir o afundamento do navio afinal.

As conclusões do inquérito foram no sentido de que o acidente se deveu a lastro insuficiente e foi agravado pelo fato de estarem abertas portas do convés e vigias no costado, que poderiam ser fechadas sem prejuízo para as máquinas, o que teria impedido o alagamento. Foram apontados como responsáveis o comandante Edgar Stanley Collins e o imediato Anthony F. Withington. A Doutra Procuradoria representou contra os dois, que foram citados por edital, sendo defendidos por advogados de ofício.

Isto posto: Considerando ter ficado provado, nos autos, a responsabilidade do comandante Edgar Stanley Collins, por ter lastrado mal o navio e permitido que a

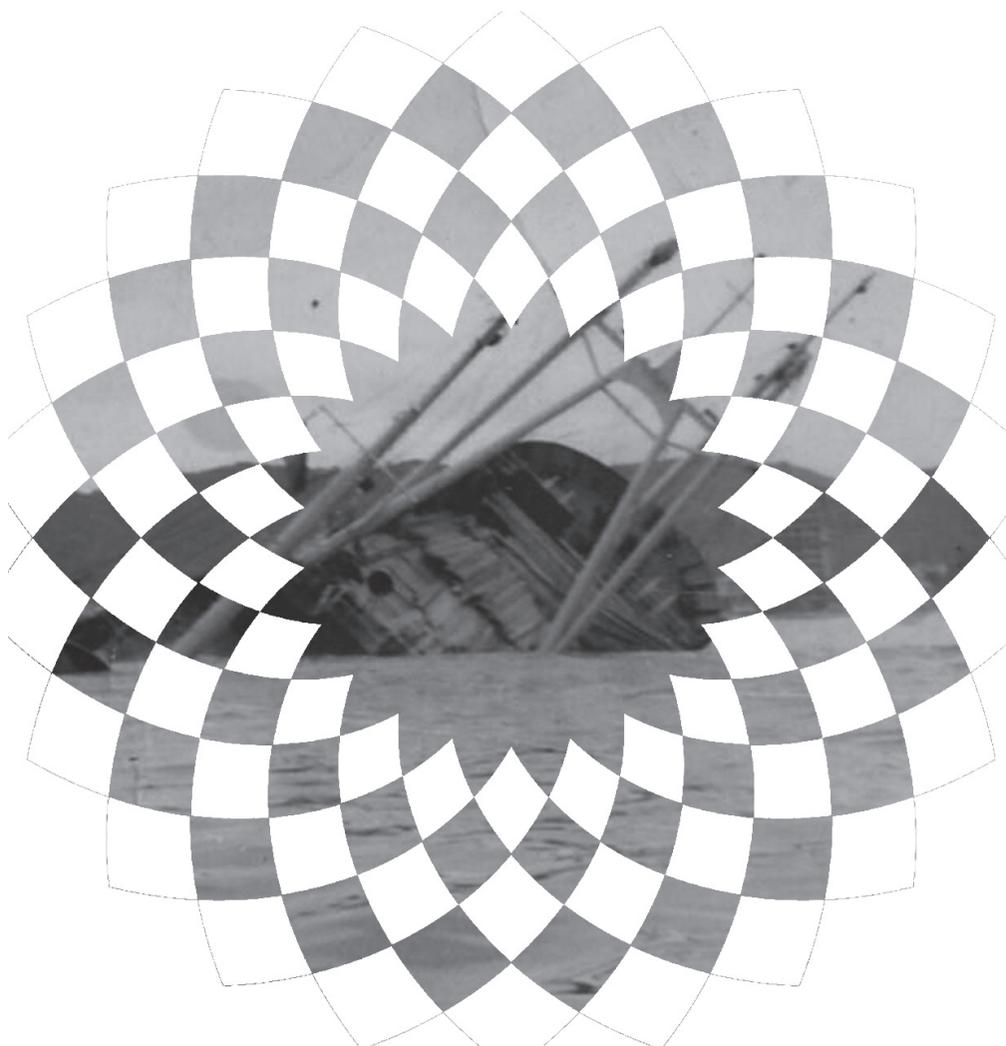


permeabilidade estivesse superior à mínima mediante o fechamento de portas e vigias e porque carregou o navio em discordância com o Livro de Estabilidade e com as ordens do comandante, além de ser imprudente, demorando a completar o lastro.

Considerando tudo mais que consta dos autos.

Acordam os juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: naufrágio com perda total do navio e da carga; b) quanto a causa determinante: imperícia no carregamento do navio e imprudência ao desatracar; c) julgar culpados pelo acidente os representados Edgar Stanley Collins e Anthony F. Withington, por incursos no artigo 14, letra “a” e art. 15, letras “c” e “d”, combinados com o artigo 124, letras “c” e “i” da lei 2.180/54, aplicando-lhes a pena de interdição do exercício de suas funções em águas brasileiras, pelo prazo de dois anos, e custas processuais.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1970.



Itajaí

ano 1909

o olhar de Anibal Amorim

Carlos Henrique Müller
Médico, memorialista e genealogista



DIA 23. A 1/2 HORA DEPOIS DE MEIA-NOITE, o “Saturno” deixou o ancoradouro da ilha das Garças, rumo de Itajaí. São 6 horas da manhã. Temperatura suavíssima. O sol levanta-se, radioso, para o lado do mar. A entrada do porto é soberba, mas perigosa. Longe, um horizonte de verdes montanhas. O navio passa cauteloso entre um monte de flanco vertical e a ponta de um promontório de areia. A manobra tem qualquer coisa de emocionante. Um desarranjo qualquer no leme e o paquete far-se-ia em pedaços, de encontro à rocha, sobre a qual assenta o farol da barra. Quando saltei em Itajaí, eram sete horas da manhã. Saí a percorrer as ruas traçadas à hispano-americana, largas, retilíneas, com suas casas novas e bonitas, quase todas de um só andar, ladeadas de jardins, cujas flores perfumavam ainda mais o ar da manhã.

Os quintais, cheios de sol, com as suas hortas bem cuidadas. Numa das ruas centrais, àquela hora matutina, encontro um bando de crianças, vestidas de branco, com fitas multicores a tiracolo. À mão traziam ramalhetes de flores.



Rua Lauro Müller. Itajaí, 1904.
Acervo: FGML/CDMH.



Em frente do cortejo infantil, uma banda de música. Iam para a Igreja, cujos sinos tocavam desde a hora da entrada do vapor. A minha imaginação e a minha retina hão de guardar, para toda a vida, a impressão daquele quadro: uma cidade, moça e ganida, que despertava á luz de um sol esplêndido, debaixo de um céu profundamente azul. E aquele bando de crianças, aqueles jardins, aqueles quintalejos com laranjeiras floridas, e àquelas montanhas, ao longe! Quadro magnífico, que a impotência da palavra não pode reproduzir.

Itajaí descansa à foz do rio do mesmo nome, à beira do oceano e fica apenas a quatro horas de Blumenau, em pequenos vapores. Conta, atualmente, oito mil habitantes. É iluminada à luz elétrica, tem água canalizada e rede de esgotos. Sentem-se ali o gênio e o bom gosto da raça teutônica, cujo espírito de iniciativa e progresso os naturais assimilaram. A gente do povo é muito simples. Nas vias publicas cumprimenta a qualquer forasteiro.

É domingo. A população encaminha-se para a missa. Os homens e as mulheres são sadios e corados. Está-se em presença de uma raça superior, em elaboração.

É a transfusão lenta do sangue germânico em sangue nacional. Há ali 50 % de alemães. Principais vias públicas: Hercílio Luz, Lauro Müller e Pedro Ferreira. Projeta-se uma avenida, à beira mar. Tem ainda o nome de Lauro Müller a melhor praça ajardinada para a construção da qual cada habitante concorreu com a pequena quantia de 200 réis.

Publicam-se os seguintes jornais: O “Novidades” e o “Pharol”. Existem uma igreja católica e outra protestante. O comércio, grande e pequeno, está entregue aos alemães.

Há escolas municipais, alemãs e brasileiras, A renda do município é de cerca de 50 contos por ano. O intendente, a quem a cidade muito deve, é o Dr. Pedro Ferreira, médico pernambucano, que há 16 anos se acha à frente do governo do município. Este exporta madeiras, açúcar, aguardente e outros produtos. Há quatro hotéis bem confortáveis. O “Grande Hotel” e o “Brazil” são os melhores. Na igreja, à hora da missa, um padre alemão faz uma predica, numa meio alemã, meio portuguesa. Fora, o sol canta o hino da vida sobre as palmeiras das praças e as laranjeiras dos quintais murados.

Como deve ser bom viver em Itajaí, no silencio de uma vida quase bucólica, sem barulho de automóveis, nem o acotovelamento da multidão anônima e selvagem da Rua do Ouvidor! Eu passaria ali, de bom grado, uma dezena de anos.

Numa das ruas mais pitorescas, encontro um rico palacete, construído no centro de uma grande área ajardinada, onde os jasmims abundavam. Era quase a única flor que ali havia. Lembrei-me de Petrópolis, com as suas hortênsias e as suas magnólias plantadas à beira do Piabanha.

Itajaí tem à sua frente o mar alto. Ao fundo, um anfiteatro de montanhas.

Recorda, tirando o mar, a cidade da Feira de Santana, na Bahia. Ambas se parecem pela beleza e trato das suas ruas e pelo aspecto agradável das suas vivendas.



Itajaí é inteiramente plana, e tem área para uma população de cem mil almas.

Parei à porta de uma escola pública. Nesse momento, entrava um menino sobraçando livros. Perguntei-lhe se aquela escola era brasileira ou alemã. Respondeu-me que alemã, e que ali estudava primeiras letras, muito contra seu gosto, pois desejava frequentar uma escola brasileira.

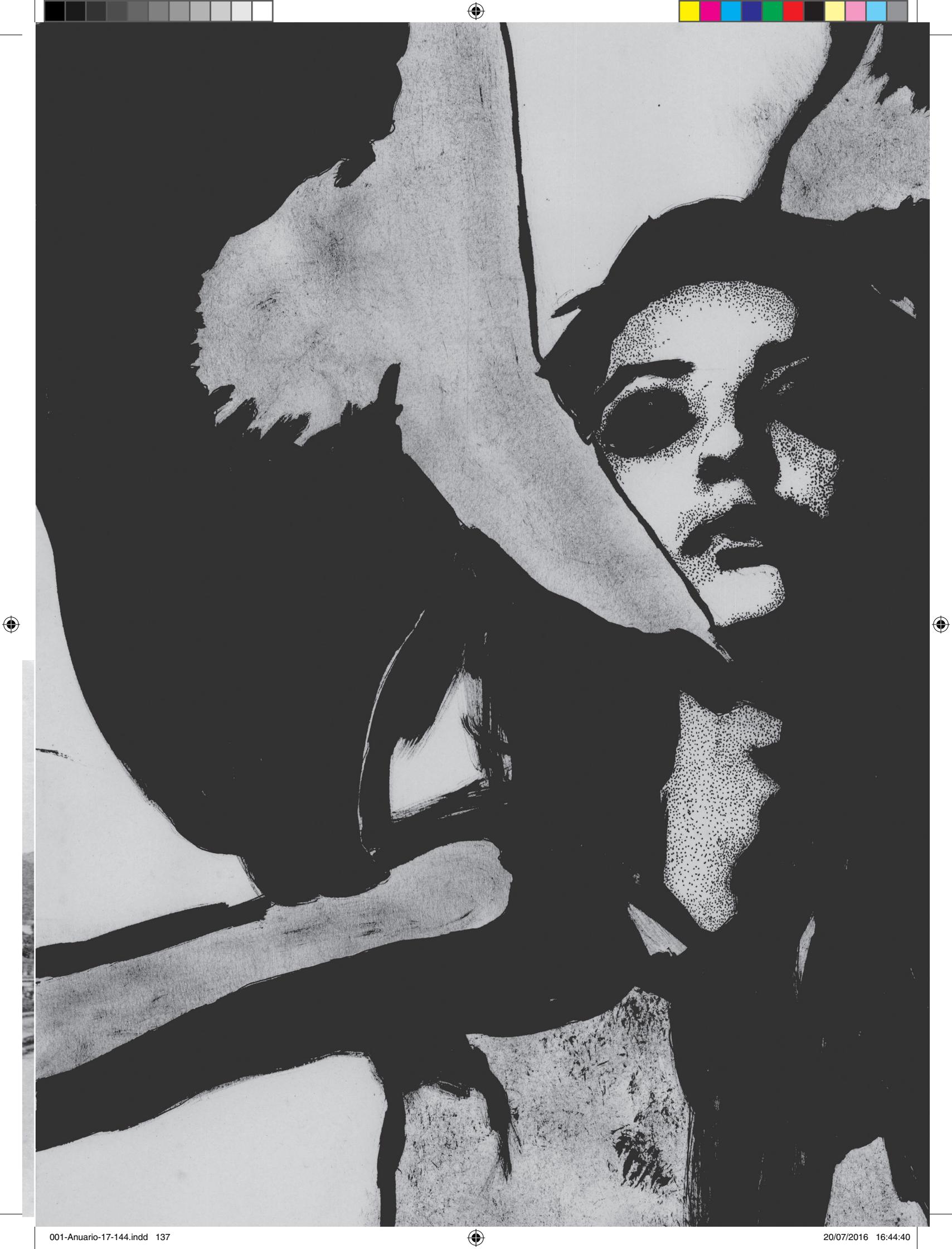
Os seus avós eram alemães. Seus pais, porém, apesar de brasileiros, o obrigavam a frequentar uma escola de professores alemães, onde só se falava a língua germânica. Talvez o leitor veja nesse pequeno episódio um sintoma, ou melhor, uma prova da germanização lenta de uma boa parte do Brasil meridional.

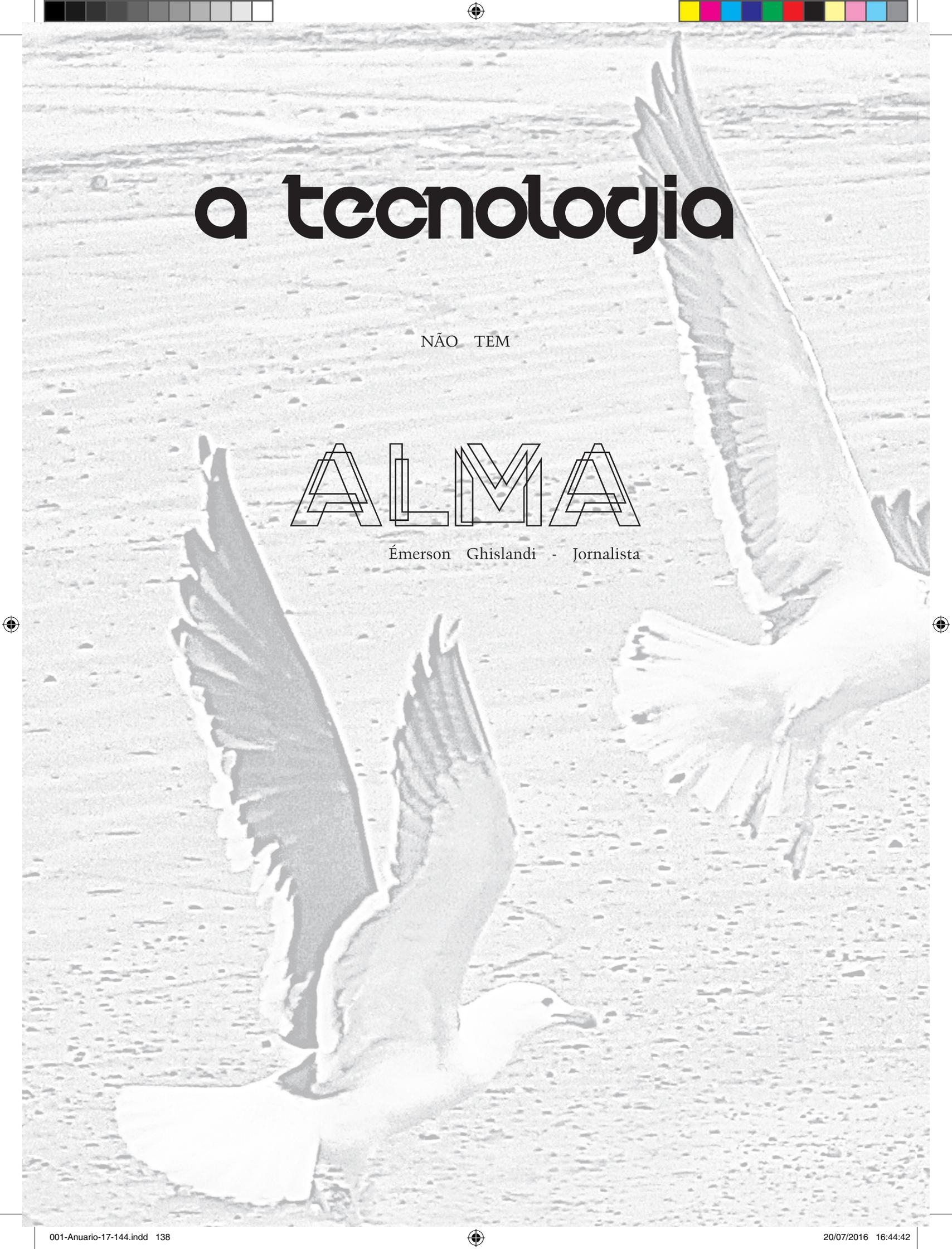
REFERÊNCIAS

Amorim, Aníbal. **Viagens pelo Brazil**. 1909. Rio de Janeiro. Livraria Garnier. Páginas 276-278. [s.d];

Itajaí - início do século XX.
Acervo: FGML/CDMH.





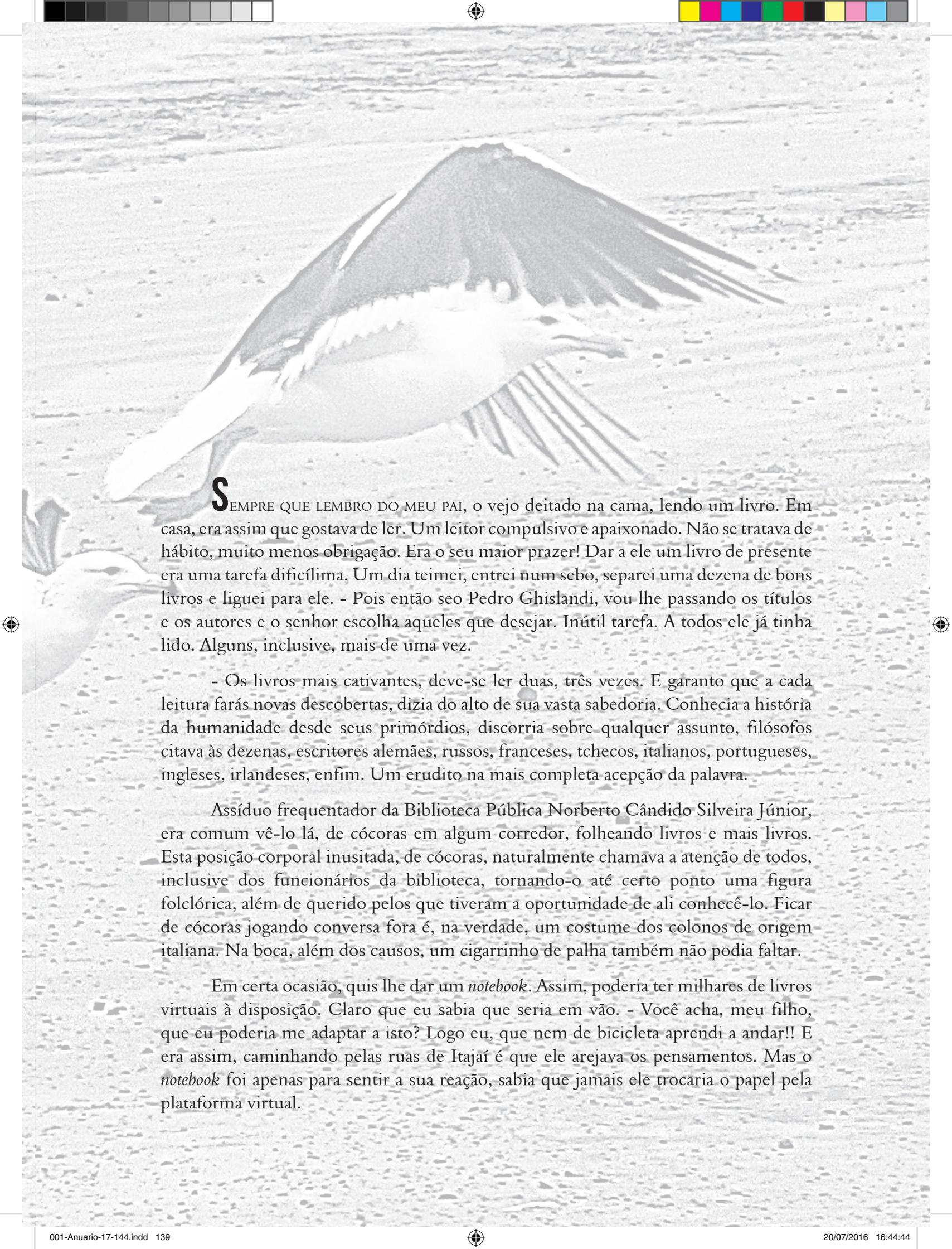


a tecnologia

NÃO TEM

ALMA

Émerson Ghislandi - Jornalista



SEMPRE QUE LEMBRO DO MEU PAI, o vejo deitado na cama, lendo um livro. Em casa, era assim que gostava de ler. Um leitor compulsivo e apaixonado. Não se tratava de hábito, muito menos obrigação. Era o seu maior prazer! Dar a ele um livro de presente era uma tarefa difícil. Um dia teimei, entrei num sebo, separei uma dezena de bons livros e liguei para ele. - Pois então seio Pedro Ghislandi, vou lhe passando os títulos e os autores e o senhor escolha aqueles que desejar. Inútil tarefa. A todos ele já tinha lido. Alguns, inclusive, mais de uma vez.

- Os livros mais cativantes, deve-se ler duas, três vezes. E garanto que a cada leitura farás novas descobertas, dizia do alto de sua vasta sabedoria. Conhecia a história da humanidade desde seus primórdios, discorria sobre qualquer assunto, filósofos citava às dezenas, escritores alemães, russos, franceses, tchecos, italianos, portugueses, ingleses, irlandeses, enfim. Um erudito na mais completa acepção da palavra.

Assíduo frequentador da Biblioteca Pública Norberto Cândido Silveira Júnior, era comum vê-lo lá, de cócoras em algum corredor, folheando livros e mais livros. Esta posição corporal inusitada, de cócoras, naturalmente chamava a atenção de todos, inclusive dos funcionários da biblioteca, tornando-o até certo ponto uma figura folclórica, além de querido pelos que tiveram a oportunidade de ali conhecê-lo. Ficar de cócoras jogando conversa fora é, na verdade, um costume dos colonos de origem italiana. Na boca, além dos causos, um cigarrinho de palha também não podia faltar.

Em certa ocasião, quis lhe dar um *notebook*. Assim, poderia ter milhares de livros virtuais à disposição. Claro que eu sabia que seria em vão. - Você acha, meu filho, que eu poderia me adaptar a isto? Logo eu, que nem de bicicleta aprendi a andar!! E era assim, caminhando pelas ruas de Itajaí é que ele arejava os pensamentos. Mas o *notebook* foi apenas para sentir a sua reação, sabia que jamais ele trocaria o papel pela plataforma virtual.



No centro, de terno claro (ao fundo), o Professor Pedro Ghislandi. Acervo do autor.

- A tecnologia não tem alma!, disse enfático para encerrar o assunto. E eu concordo com ele. Nada como o saboroso ritual de ter o livro nas mãos, folheá-lo, admirar a capa, a contracapa, analisar a apresentação do tema, o projeto gráfico. É uma magia que não pretendo descartar. É o mesmo que você assistir a um filme na TV e no cinema. A emoção é outra! Mas há espaço para todos os suportes, sem que precisemos necessariamente abrir mão de um ou de outro. O mesmo vale para os jornais. O papel e a informação virtual podem conviver pacificamente, e assim penso que será ainda por um bom tempo.

Infelizmente o professor Pedro partiu para sempre em outubro de 2013, mas deixou um grande exemplo a ser seguido pelos filhos e por seus inúmeros alunos: a paixão pela leitura e o amor incondicional à língua portuguesa. Ele não merece cair na vala comum do esquecimento!

INESQUECÍVEL MESTRE - Faz quase três anos que vi meu pai pela última vez. Enquanto viveu, foi um farol a iluminar minh'alma e um estímulo para enfrentar os íngremes caminhos que tive que trilhar nesta tortuosa caminhada chamada vida. É a ele a quem recorria nos momentos mais difíceis, naquelas horas mais angustiantes, em que tudo parecia ruir à minha volta.

Era dos seus sábios conselhos e do vasto conhecimento que ele havia acumulado ao longo de décadas de leitura e de vivência que eu me nutria, como náufrago agarrado a uma boia salvadora em mar revolto.

Sinto falta mais ainda da sua presença calma e apaziguante, dos momentos em que, deitado no tapete da sala, ouvindo ópera ou música erudita, via-lhe lágrimas a escorrer pelo rosto - tal era a sensibilidade ímpar -, de vê-lo deitado na cama em seu ritual diário de leitura, da paz e do saber que transmitia em suas palavras. Sim, as palavras, sempre bem colocadas e gramaticalmente impecáveis eram a sua paixão maior. Não deixou uma só frase escrita!

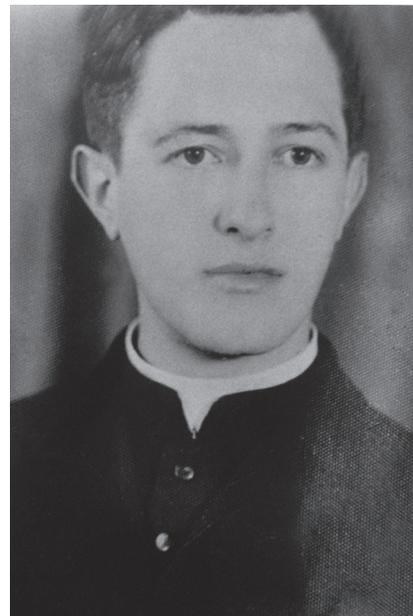
A sua vocação era a palavra falada, professor que foi de diversas gerações de itajaienses, especialmente no Colégio Salesiano, onde se fez um dos fundadores, na época do padre Pedro Baron. Prefeitos, deputados, governadores e uma vasta gama de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento passaram pelos ensinamentos do professor Pedro Ghislandi.

Latim, francês, história, geografia, entre outras disciplinas, ministrou durante a sua longa trajetória docente. Mas era à língua portuguesa que dedicava a sua mais fervorosa devoção. Lembro-me, desde a mais tenra idade, da sua intolerância a qualquer erro gramatical que eu ou qualquer dos seus quatro filhos ousasse cometer. Com a severidade própria que normalmente impunha em seu semblante, corrigia-nos sempre que pronunciávamos algo que se contrapunha às regras do bom português.

E assim aprendíamos, no dia a dia da convivência, qual o pronome adequado, qual a flexão correta do verbo, a concordância, a ortografia, enfim, como falar e escrever sem praticar nenhum sacrilégio à sua amada língua pátria. Este comportamento ele manteve até o final dos seus dias, e agradeço à sua persistência, pois não fosse assim, por certo não seria eu o que sou hoje.

Acabei seguindo seu exemplo e me apaixonando também pela palavra. Mas, ao contrário dele, dediquei-me à palavra escrita, formando-me jornalista e, agora, esboçando os primeiros passos como aprendiz de escritor. Acostumado ao exercício da reportagem, foram raras as ocasiões em que me desviei ou atrevi-me a escrever artigos ou crônicas.

E foi justamente depois do falecimento de meu pai que passei a exprimir-me não mais com a apuração



*Pedro Ghislandi, quando seminarista.
Acervo do autor.*



Pedro Ghislandi. Acervo do autor.

dos fatos que resultam no texto jornalístico, mas na forma de escrituras que assumem a revelação de sentimentos e recordações que me assomam a memória e a alma. É como se tivesse hibernado por 20 anos e, de repente, acordado para um novo e iluminado mundo!

Penso que meu pai, no íntimo mais profundo, desejava que eu fosse dotado de alguma grandeza, notável de alguma forma, culto na mais perfeita acepção da palavra, que tivesse lido toda a enciclopédia literária já escrita pelo gênero humano.

Gostaria de tê-lo orgulhado ainda enquanto vivo meu pai! Mas tentarei ser, pelo menos em uma ínfima parte, aquilo que sonhavas para mim! E se conseguir ser alguém de alguma grandeza, certamente deverei esta dádiva a você professor Pedro Ghislandi, de quem muito me orgulho de ter como pai e privilegiado confidente. Descanse em paz!

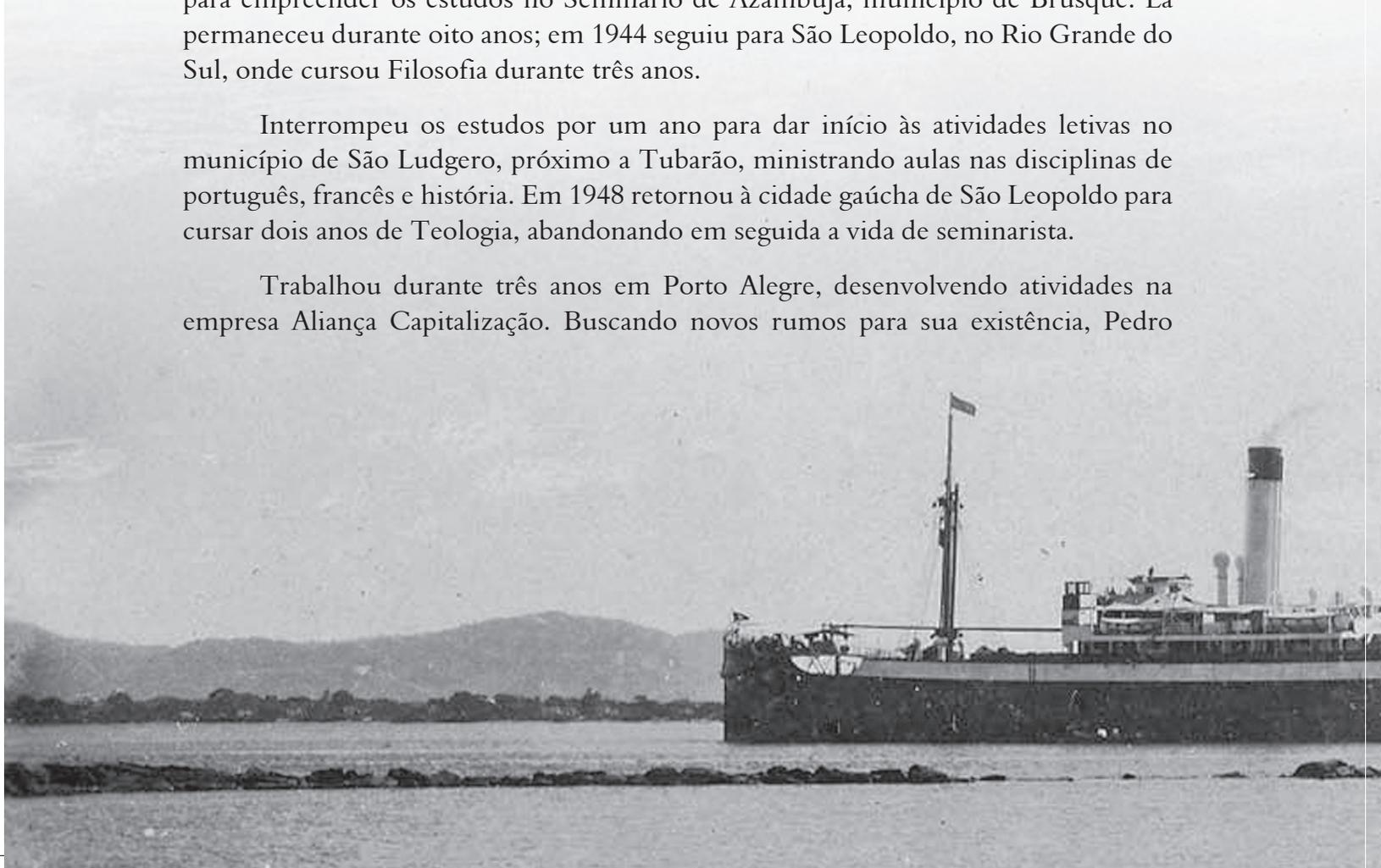
BREVE BIOGRAFIA

O professor Pedro Ghislandi nasceu em 20 de fevereiro de 1925 em Nova Veneza, pequeno município de colonização italiana localizado no Sul de Santa Catarina. Foi casado por quase 60 anos com Luiza Euza Canella Ghislandi, com quem teve quatro filhos: Margareth, Émerson, Fernando (já falecido) e Paulo, que lhe deram oito netos.

Ávido pelo conhecimento desde tenra idade, com apenas 12 anos deixou os pais Giácomo e Hercília e outros 15 irmãos - que se dedicavam à lida na lavoura -, para empreender os estudos no Seminário de Azambuja, município de Brusque. Lá permaneceu durante oito anos; em 1944 seguiu para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde cursou Filosofia durante três anos.

Interrompeu os estudos por um ano para dar início às atividades letivas no município de São Ludgero, próximo a Tubarão, ministrando aulas nas disciplinas de português, francês e história. Em 1948 retornou à cidade gaúcha de São Leopoldo para cursar dois anos de Teologia, abandonando em seguida a vida de seminarista.

Trabalhou durante três anos em Porto Alegre, desenvolvendo atividades na empresa Aliança Capitalização. Buscando novos rumos para sua existência, Pedro



Ghislandi decidiu voltar para Santa Catarina. Desta feita escolheu a cidade de Itajaí, dando continuidade aqui à sua vocação para a vida docente, à qual se dedicou por mais de 40 anos, trabalhando arduamente de manhã, à tarde e à noite.

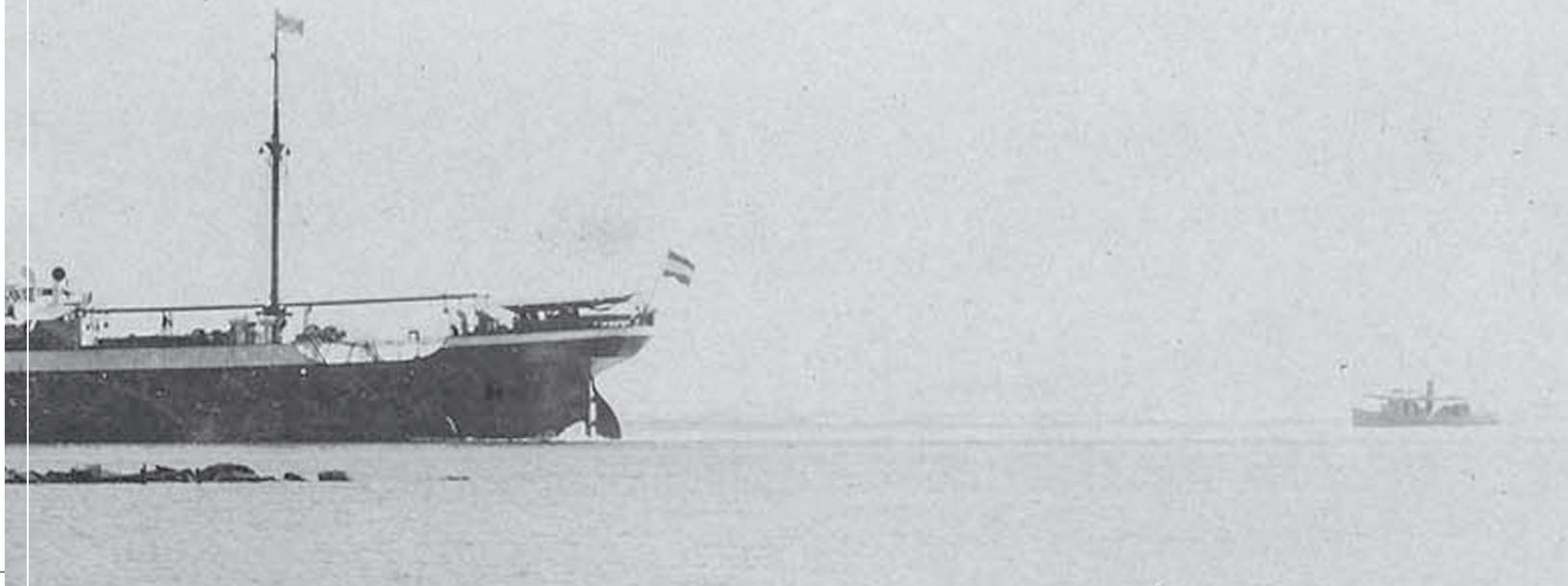
Foi professor a partir de 1953 no então Ginásio Itajaí, mantido pelo Banco Inco e que acabou sendo adquirido em 1956 pela Ordem Salesiana. O Ginásio Itajaí passou então a denominar-se Colégio Salesiano, sob a direção do padre Pedro Baron.

No Salesiano, na qualidade de um de seus fundadores, iniciou uma profícua trajetória como mestre. Dominando conhecimentos nas mais diversas áreas, deu aulas de português, francês, geografia, história, latim e ciências durante 25 anos, dedicando-se em especial à sua amada língua portuguesa.

Durante o período noturno lecionava também na hoje extinta Escola Técnica de Comércio de Itajaí, mais conhecida como Colégio Morisco. Exerceu a docência ainda nos Colégios Nilton Kucker e Fayal, encerrando definitivamente a carreira no magistério nos primeiros anos da década de 1990.

Nos mais de 40 anos dedicados à sala de aula, passaram pelos ensinamentos do professor Pedro Ghislandi dezenas de milhares de alunos, muitos deles projetando-se profissionalmente nas mais diversas carreiras, formando-se médicos, engenheiros, advogados, juízes, professores, empresários etc. Outros ingressaram na vida pública, elegendando-se vereadores, prefeitos, deputados, senadores e até governadores.

Foi uma vida obstinada na busca de oferecer o melhor de si para a Educação, dando uma contribuição das mais valorosas para o município de Itajaí, onde é estimado e elogiado por aqueles que tiveram o privilégio de ser seus alunos. Em reconhecimento à sua obra educacional ele foi agraciado em 2004 - em sua primeira edição - com o Prêmio Professora Onadir da Silva Tedéo de Educação, instituído pela Câmara de Vereadores de Itajaí para homenagear aqueles que se destacaram e contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Educação itajaiense.





Este livro foi composto nas fontes Aldine401 BT, corpo 12,3/entrelinhas 15,7, para textos; Aldine401 BT, corpo 10,8/entrelinhas 13,7, para citações; Aldine721 BT, corpo 18/entrelinhas 24, para títulos; e impresso em papel pólen soft 80 gramas para Fundação Genésio Miranda Lins no inverno de 2016
Itajaí - SC - Brasil



ESTA CIDADE ESTÁ EM MIM
E NOS OLHOS ONDE TUDO VEJO E SEI:

Foto: Cristiano Burile Caldart

AQUI ERGUEM-SE AS TORRES

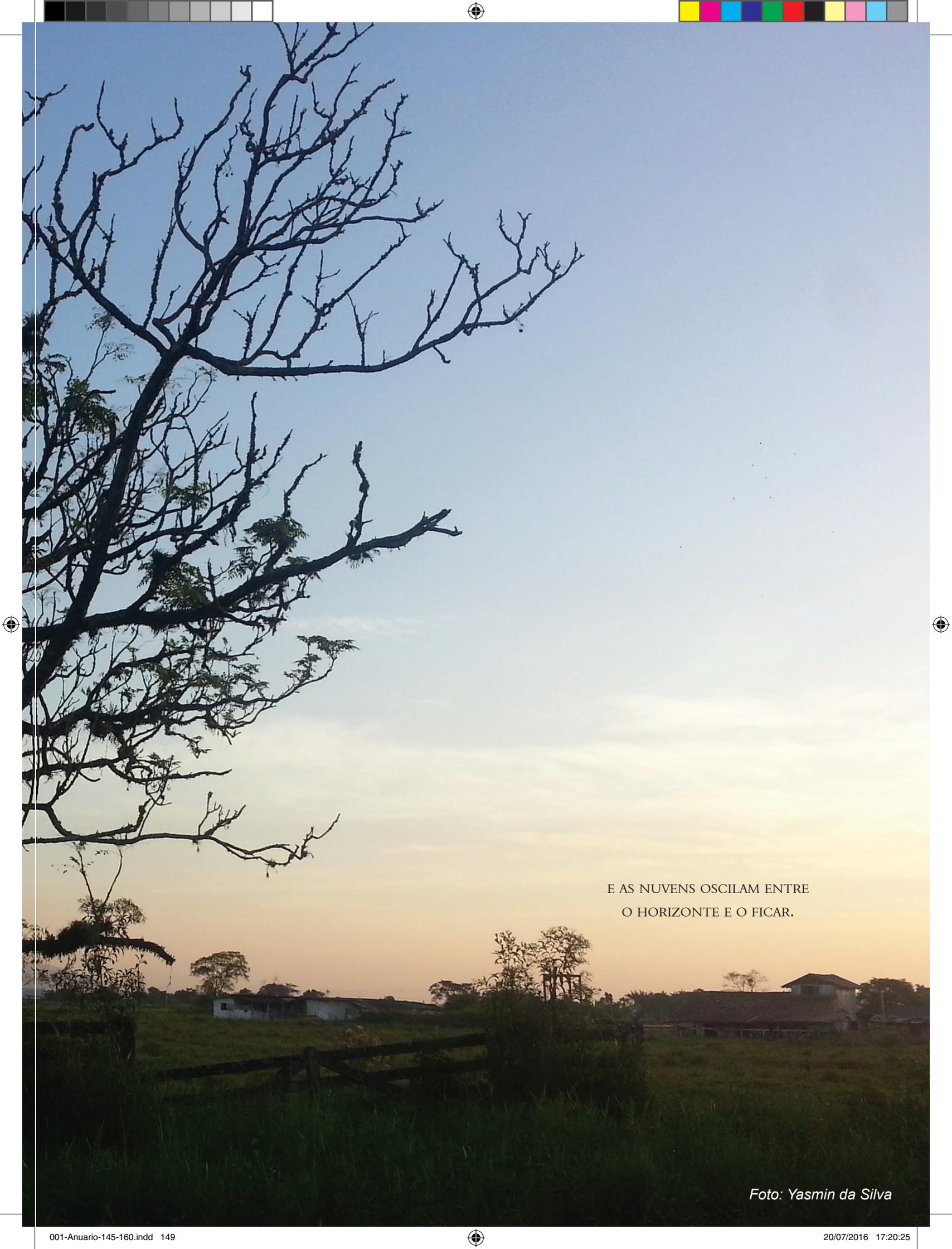
E OS PENSAMENTOS



Foto: Rafael Silvério

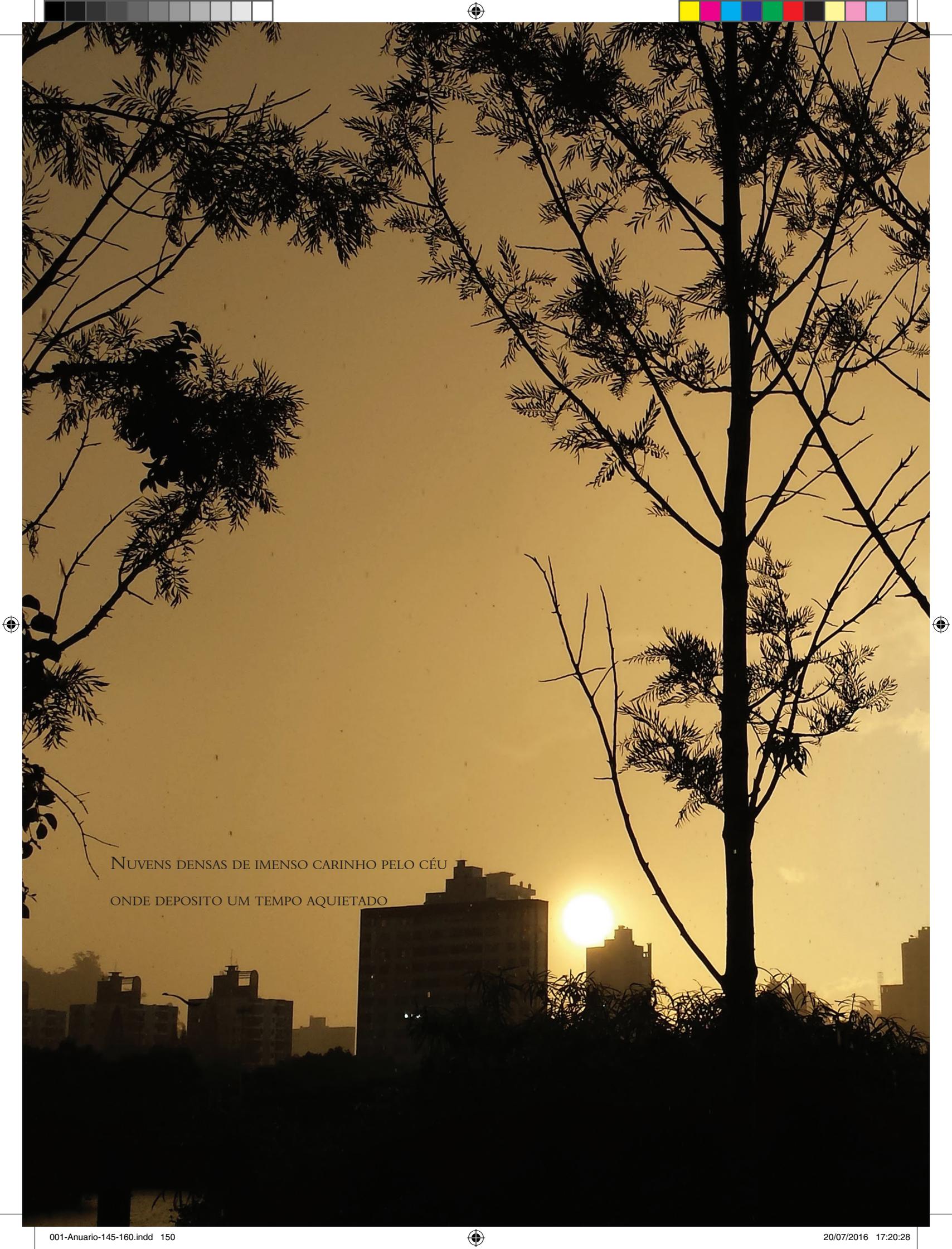






E AS NUVENS OSCILAM ENTRE
O HORIZONTE E O FICAR.

Foto: Yasmin da Silva



NUVENS DENSAS DE IMENSO CARINHO PELO CÉU
ONDE DEPOSITO UM TEMPO AQUIETADO

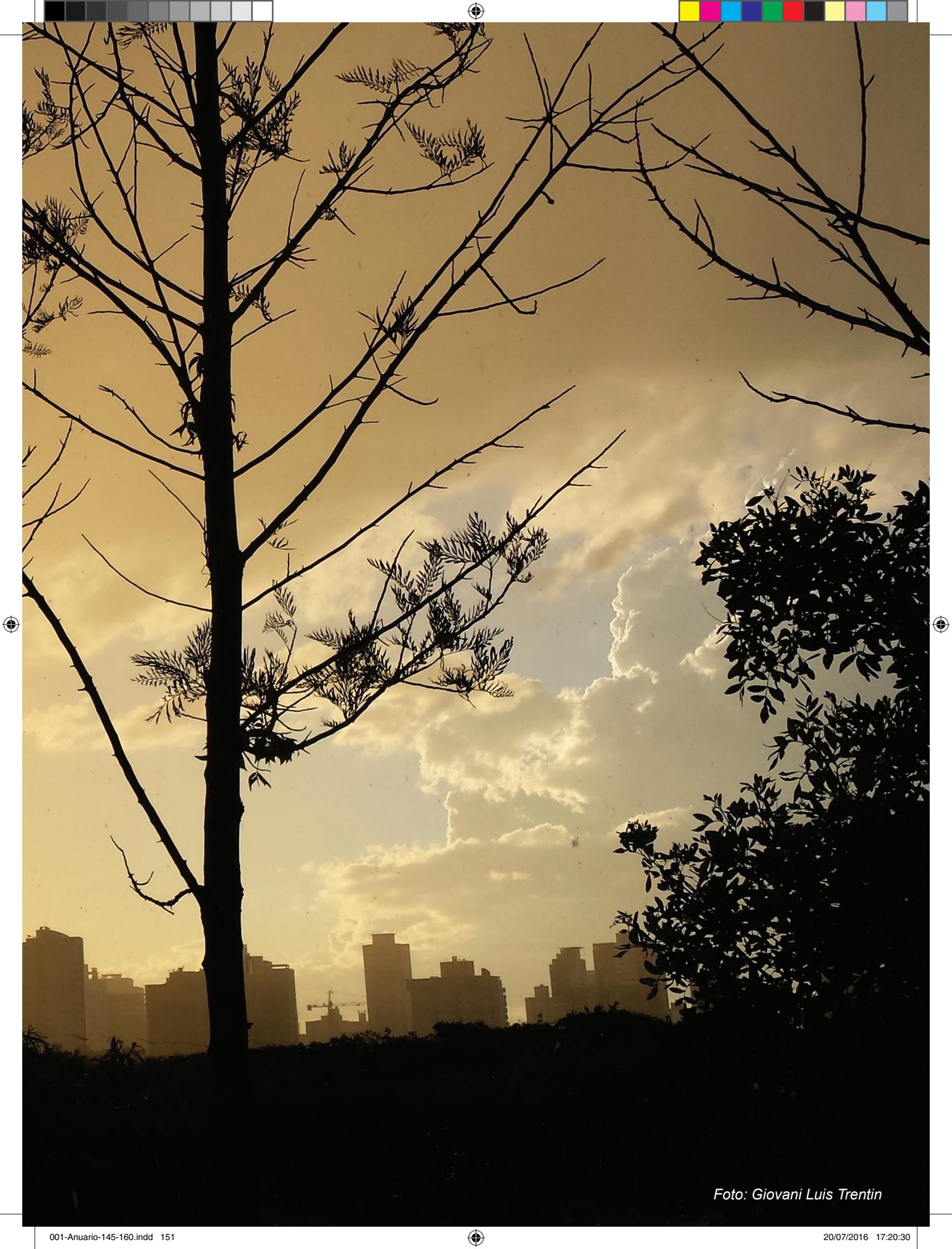


Foto: Giovani Luis Trentin



Foto: Marcelo Filho



QUE CABE E SE FAZ
E REFAZ E SE DESFAZ
NAS RUAS OCULTAS

TRILHADAS ENTRELAÇADAS
PERDIDAS OU NUAS...





Foto: Jainer Paz

ÀS CABEÇAS SEMIBAIXAS

NÃO ALTERAM O ESPETÁCULO

POIS DO ALTO BEM SE VÊ:



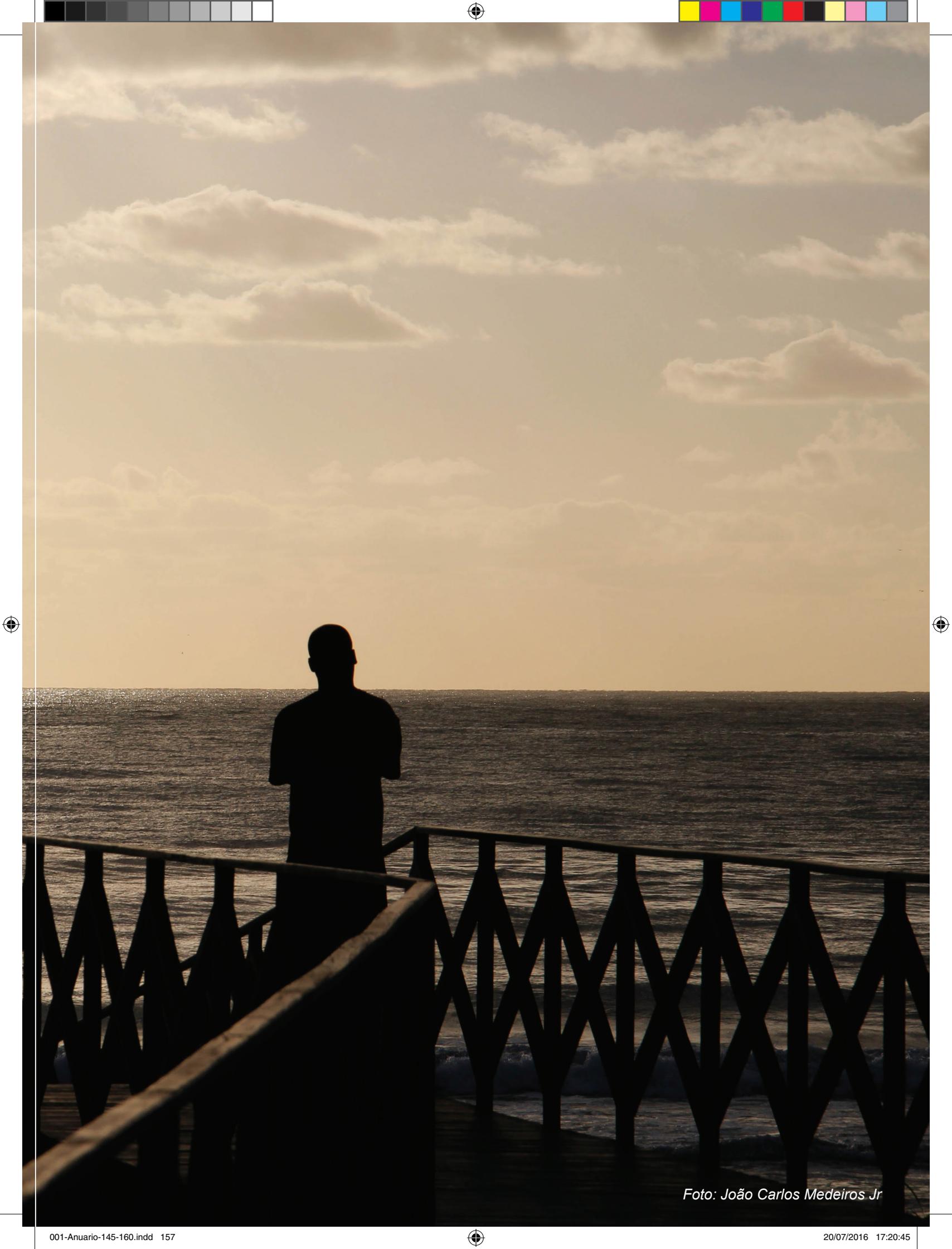


Foto: João Carlos Medeiros Jr

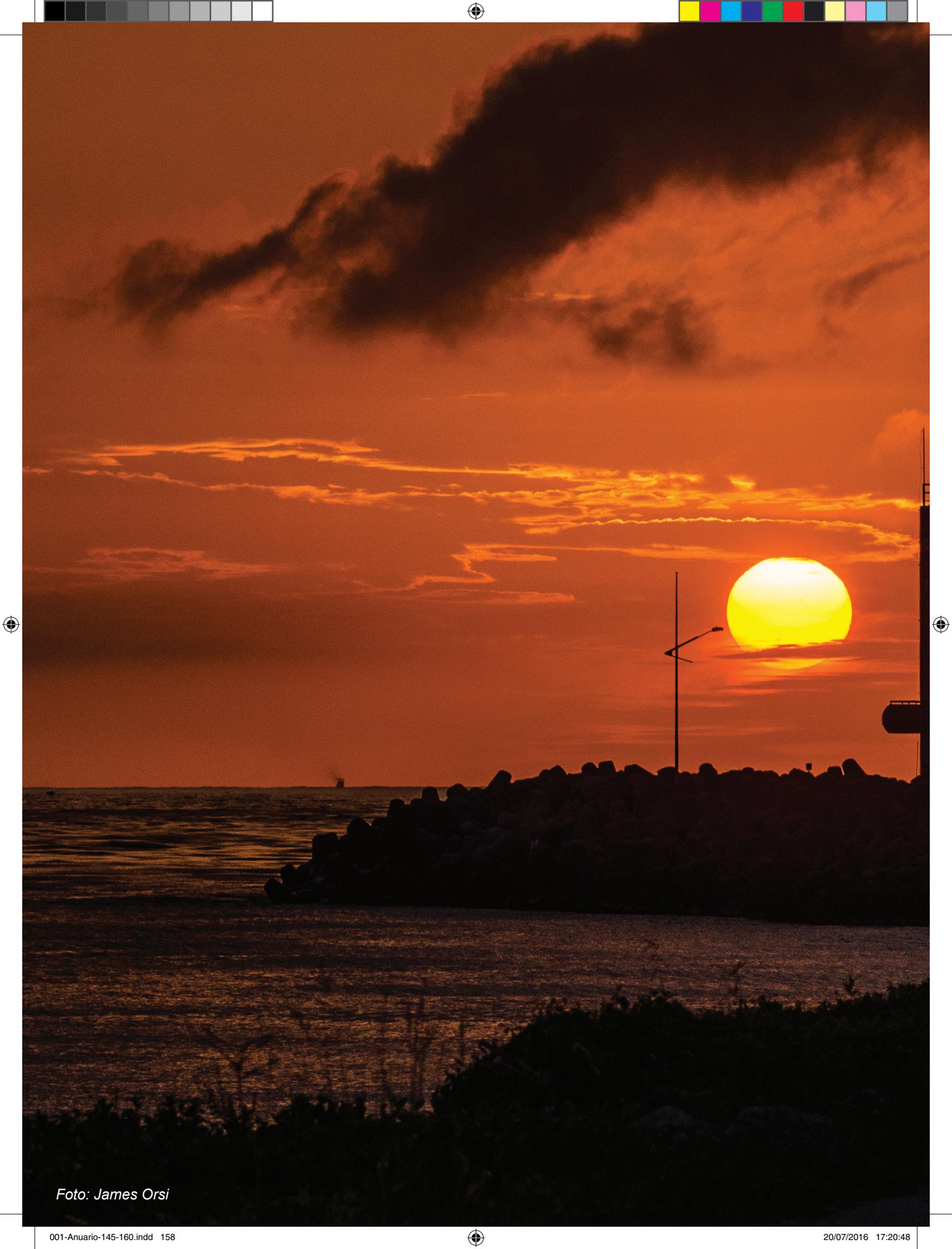
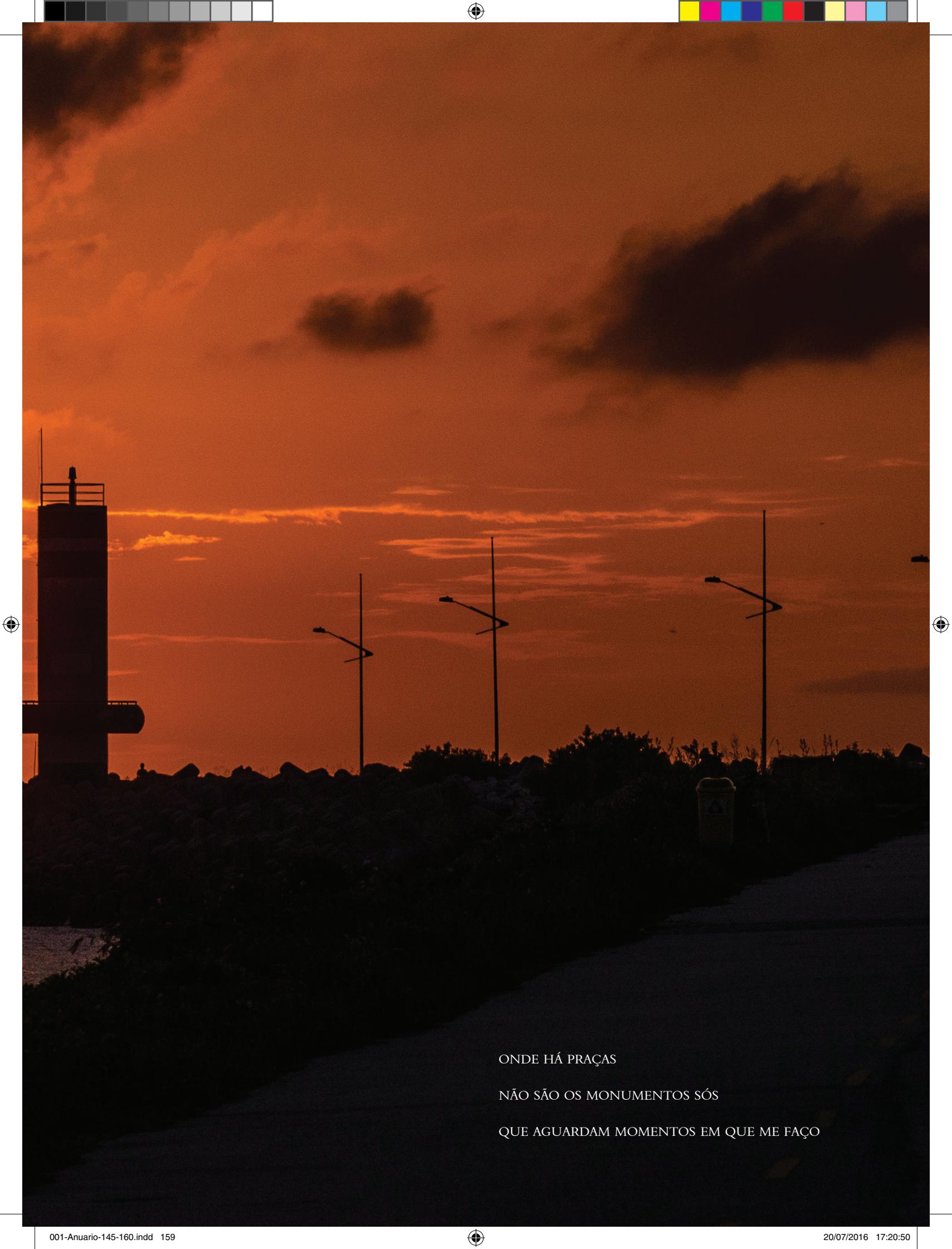


Foto: James Orsi



ONDE HÁ PRAÇAS

NÃO SÃO OS MONUMENTOS SÓS

QUE AGUARDAM MOMENTOS EM QUE ME FAÇO

É A CIDADE QUE PULSA

PASSO A PASSO...

R. Lenzi - Contínuo Ato

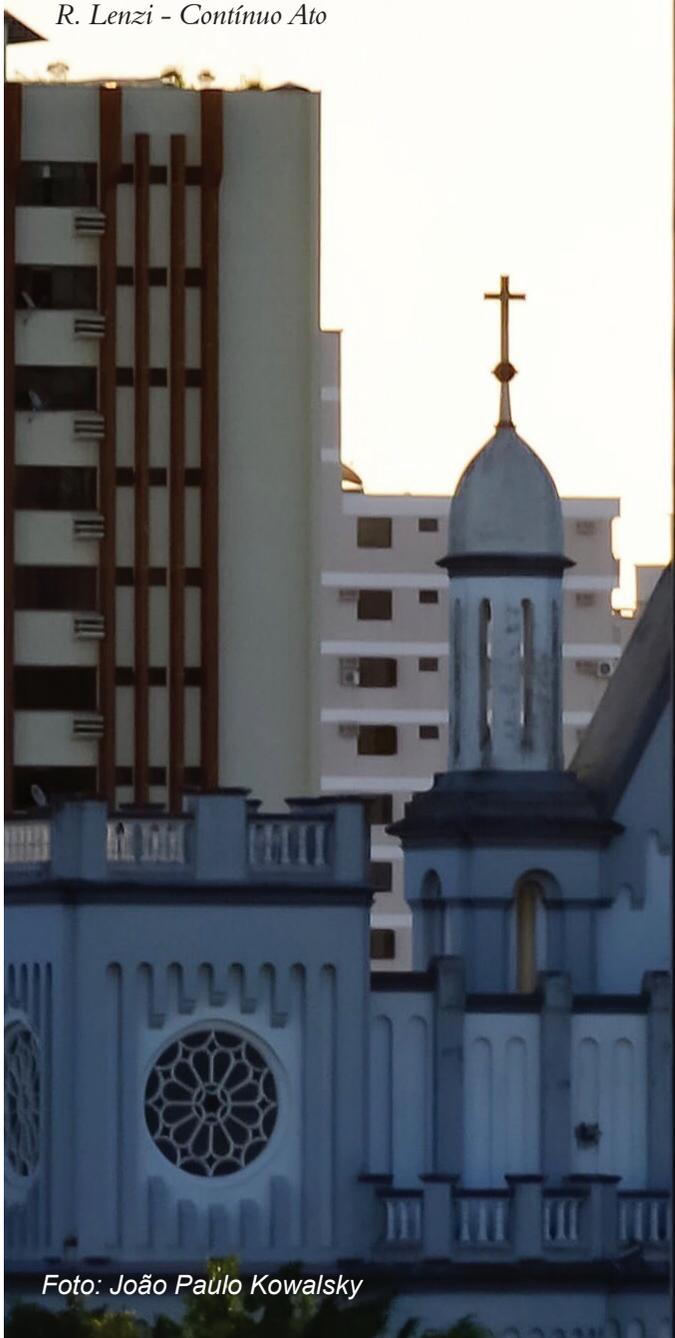


Foto: João Paulo Kowalsky

